CONVIVIVM

Dezembro 1962

ANO I - NÚMERO 7 - VOL. 1

Filosofia Social
Doutrina Social da Igreja
Ciências Sociais
Economia
Filosofia Política
Antropologia Cultural
Aspetos da Cultura Brasileira
Valores da Nacionalidade

literatura — artes plásticas
cinema — teatro — música

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CVLTVRA

SÃO PAULO • BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA
DEZEMBRO 1962

Diretor Geral
Domingos Crippa

•

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2715 — Telefone 70-6542.
São Paulo — Brasil

•

A revista Convivivm *reserva-se o direito de publicar ou não os artigos espontâneamente enviados à Redação. Os originais não serão devolvidos.*

•

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1962

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr$	1.500,00
— número avulso	Cr$	150,00
— número atrasado	Cr$	250,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US$	13,00
— número avulso	US$	1,50

Assinatura de Benfeitor ... Cr$ 20.000,00

CONVIVIVM

DEZEMBRO 1962

ANO I — NÚMERO 7 — VOLUME 1

SUMÁRIO

ARTIGOS

COMENTÁRIOS

LITERATURA

TEATRO

CINEMA

RESENHA

A PRESENÇA DA IGREJA NA FORMAÇÃO CULTURAL DO BRASIL

DOMINGOS CRIPPA

1. *A dificuldade do problema.*

O tema, por sua própria natureza difícil e árduo, torna-se sumamente complexo e delicado no momento atual da história e da formação histórica do Brasil. Conserva tôdas as dificuldades que lhe são próprias e adquire a complexidade de um momento histórico transitório, mas decisivo. Próprias são as dificuldades naturais de todos os temas que põem em confronto a Igreja, como instituição espiritual e sobrenatural, e uma nação terrena, essencialmente ligada às circunstâncias mutáveis do tempo. Novas são as dificuldades que surgem do confronto com uma nação que, como o Brasil, começa a tomar consciência de si mesma e a se preparar para a realização de um destino histórico próprio.

O tema é delicado exatamente porque a Igreja, destinada à salvação eterna dos homens, não pode ser reduzida às proporções de uma nação particular, preocupada com a sorte temporal dos indivíduos que a constituem. A Igreja, ecumênica por natureza e por missão, transcende os limites específicos de qualquer nação, sejam eles econômicos, sociais, políticos, culturais e mesmo religiosos. Povos, raças e culturas diferentes congregam-se no interior da mesma Igreja, unidos pelo vínculo do mesmo amor, constituindo por isso um novo povo Deus. As oposições e as diferenças entre esses povos, essas raças e culturas, são superadas nas dimensões próprias do amor de Cristo.

Ainda que isto tenha, às vêzes, acontecido, a Igreja não pode identificar-se com uma nação ou uma cultura particular. Sua finalidade é a salvação sobrenatural de todos os homens; sua obra missionária — e a Igreja é essencialmente missionária — tem como fim exclusivo conduzir os homens

à fé e à salvação (1). Seu comportamento perante as civilizações e culturas que, no seu caminhar missionário encontra, é de respeito, de admiração e de redenção. Ninguém melhor do que Pio XII definiu esse caráter supra-cultural do cristianismo. Apesar de longo, é oportuno transcrever aqui todo o trecho da encíclica *Evangelii Praecones*; "A Igreja, desde a origem até hoje, sempre seguiu a norma prodentíssima de não permitir que o Evangelho destrua, nos vários povos que o recebem, qualquer parcela da bondade e da beleza que enriquece a índole e o gênio de cada um. A Igreja, quando civiliza os povos sob a inspiração da religião cristã, não procede como quem corta, lança por terra e extermina uma floresta luxuriante, mas sim como quem enxerta árvores bravas com qualidades escolhidas, para que elas venham a dar frutos mais saborosos e sazonados... Por isso a Igreja Católica não desprezou nem lançou fora as doutrinas dos pagãos, mas, pelo contrário, purificou-as de todo êrro e impureza, desenvolveu-as e aperfeiçoou-as com a sabedoria cristã. Assim também fez com as artes e a cultura, que a tão alto grau tinham chegado entre alguns povos; recebeu-as acolhedora, desenvolveu-as com afã e elevou-as a um apogeu talvez nunca atingido. Os costumes particulares dos povos não os reprimiu violentamente nem as suas instituições tradicionais, mas tudo santificou; e até, embora transformando o espírito e o conteúdo dos dias festivos, soube aplicá-los à celebração das memórias dos mártires e dos sagrados mistérios". E, citando um discurso de 1944, continua Pio XII: "O apóstolo é mensageiro do Evangelho e pregoeiro de Jesus Cristo. Não tem o encargo de transplantar a civilização especìficamente européia para as terras de Missões. Mas deve preparar esses povos, que se orgulham às vêzes de civilizações milenares, para acolherem e assimilarem os elementos de vida e de moral cristã, que fácil e naturalmente se adaptam a tôda verdadeira cultura profana e lhe conferem a plena capacidade e fôrça de assegurar e garantir a dignidade e felicidade humanas"(2).

---

(1) Na Encíclica "Evangelli Praecones", de 2 de junho de 1951, Pio XII assim definia a finalidade das missões: "A primeira finalidade das Missões é, como todos sabem, fazer com que a luz do cristianismo brilhe com maior esplendor ante as novas gentes e faça surgir dentre elas novos cristãos... A Igreja não tem a mínima intenção de dominar os povos ou de se apoderar das coisas temporais, pois seu único anelo é levar a todos os povos à luz sobrenatural da fé, promover a civilização e a fraterna concórdia entre as nações". *Documentos Pontifícios*, 80, Ed. Vozes, 1958, n.º 22-23.

(2) Ibidem, n.º 55, 57, 59.

A Igreja, instituição ecumênica, não se identifica com as culturas e civilizações particulares; transcende-as. Mas nessa transcendência não as ignora. Toma-as e as transforma, tornando-as instrumentos dignos e santificados da fé que anuncia aos povos. É por isso que o caráter supra-nacional e supra-cultural da Igreja não a impede de aclimatar-se de tal maneira aos povos que evangeliza e às culturas que busca purificar que se torne própria e específica de cada lugar onde surge, isto é, verdadeiramente nacional. Citamos o mesmo Pio XII: "Mãe de tôdas as nações, de todos os povos e de cada um dos homens, nossa santa Mãe a Igreja em parte alguma é estrangeira; ela vive ou, ao menos por sua natureza, deve viver entre todos os povos" (3).

Idêntica a si mesma, uma e única para todos os povos e em tôdas as culturas, a Igreja diversifica-se em todos os lugares numa riqueza esplêndida de fisionomias e num colorido deslumbrante de formas e hábitos culturais e religiosos.

A dificuldade de definir exatamente a responsabilidade da Igreja defronte a uma cultura particular nasce, como acabamos de ver, da sua própria natureza e missão. Ecumênica — deve tornar-se particular, supra cultural — deve inserir-se nas culturas que encontra, buscando cristianizá-las.

Se, em si, o problema das relações entre a Igreja e a formação histórica de uma nação é, pela sua natural complexidade, difícil e delicado, torna-se ainda mais árduo quando esta nação se encontra num dos difíceis momentos de sua determinação histórica. Tal determinação supõe sempre rupturas, transições, modificações fundamentais, que atingem tôda a ordem existente.

Tal é o caso específico do Brasil. Vivemos um dos momentos mais contraditórios, confusos e incertos da nossa História. Na incerteza do momento histórico, que não é de natureza apenas nacional, porque os acontecimentos internacionais têm repercussões decisivas nessa determinação, todos querem decidir. Todos manifestam sua opinião, todos definem seu ponto de vista. Todos estabelecem princípios de ação para a atitude que cabe ao Brasil assumir na hora presente, todos apontam caminhos de libertação e afirmação da realidade nacional e dos seus valôres. Muitas dessas opiniões

---

(3) Encíclica *Fidei Donum,* D. P., 119, 1960, n.º 20 .

e dêsses princípios são colocados sob a autoridade moral e espiritual da Igreja. A dúvida e a incerteza do momento justificam ou ao menos explicam essa multiplicidade de opiniões e teorias. Unidos, na sua grande maioria, pelo mesmo interêsse de servir à causa e aos valôres nacionais, divergem uns dos outros na compreensão do momento histórico, na conceituação das diversas realidades que devem constituir a nação e na determinação dos tipos de estruturas políticas e sociais que devem sustentar sua vida e sua cultura. É óbvio que, num ambiente formado por esta diversidade de opiniões, reine a confusão e o desacêrto. Ora, é dentro dêste ambiente ideològicamente confuso que devemos compreender e definir a missão e a responsabilidade da Igreja.

Há mais uma circunstância importante que torna mais difícil essa compreensão e definição. A Igreja possui uma dimensão temporal própria, que a coloca acima da história de tôdas as nações e culturas. Têm, estas, seu tempo histórico fixo e determinado, misteriosamente insuperável. Limitam-nas momentos intransponíveis, dentro da sucessão histórica dos povos e das culturas. Elas são essencialmente temporais, sujeitas à mutabilidade e à sucessão do tempo histórico. Aparecem e desaparecem, sucedem-se e se intercalam, num movimento misterioso e indecifrável. A Igreja, ao contrário, mesmo vivendo no tempo, não está sujeita ao tempo. Está na história, mas transcende-a a cada instante. É eterna, isto é, durará até o termo dos tempos. Assiste tranquila ao nascimento e à decrepitude dos povos, das culturas e das nações. Em sua longa história, povos surgiram e desapareceram; culturas afirmaram-se, floresceram e morreram; nações surgiram e, após momentos de glória e de poder, foram vencidas.

Por isso, a Igreja não tem pressa, não se precipita. Os dias e os anos são mais longos para ela. Ela sempre tem tempo para agir e para esperar. O Brasil, no entanto, tem pressa, porque seu tempo é limitado.

2. *O problema da cultura.*

Há um fato inegável, constitutivo da atual circunstância histórica brasileira. O Brasil acorda para a sua própria e gigantesca realidade e ensaia os primeiros movimentos para sair do seu "berço esplêndido". Quer encontrar-se a si mesmo e por isso realiza um esfôrço hercúleo em todos os domínios da vida material e espiritual; quer descobrir seus

próprios valôres e tudo fazer para encontrar seu autêntico ser e seu verdadeiro destino histórico.

No entanto, para se saber o que se é, é necessário saber antes o que se deve ser e para se saber o que se deve ser importa conhecer em precedência o ideal a realizar, a figura particular a desenhar. A perfeição de uma coisa está na adequação entre o que se é e o que se deve ser. Nenhum artista realiza um quadro ou uma estátua sem antes ter concebido sua idéia. A figura inicial, a idéia prototípica, é o que se deve ser. Realizada a obra, o artista saberá se ela é de fato o que devia ser, se na verdade realiza a idéia ou imagem preconcebida..

Transpondo a comparação para o plano da realidade histórica, devemos dizer que nada de útil e de construtivo fará o Brasil para ser o que deve ser se antes não houver sido desenhada minuciosamente sua figura cultural. Está fora de dúvida que esta figura corresponderá aos elementos constitutivos da nação, sejam históricos ou geográficos, étnicos ou religiosos, racionais ou passionais. A cultura no Brasil será autênticamente brasileira na medida em que projetar, no plano das realidades históricas, a verdadeira figura daquilo que a nação está destinada a ser, vistos os elementos que a constituem.

É através da cultura que um povo toma consciência de si, de suas possibilidades e do seu destino. A cultura resume o que um povo é e o que alcança realizar na ordem dos valôres materiais, morais e espirituais. "Cultura, como condição da sociedade, escreve Huizinga, existe quando o domínio sôbre a natureza no campo material, moral e espiritual assegura um estado superior e melhor do que aquele que adviria das condições naturais existentes, estado cujas características se resumem num harmonioso equilíbrio de valôres materiais e espirituais, e num ideal mais ou menos homogêneo, para cuja consecução convergem as várias atividades da comunidade" (4).

É evidente que a cultura não pode surgir do nada, fruto de uma geração espontânea. Sendo condição para a sobrevivência de uma sociedade, ela mesma requer condições para existir, supõe bens materiais e espirituais, que a possi-

---

(4) J. HUIZINGA, (*In de Schaduwen van Morgen*) *Nas sombras de Amanhã*, Diagnóstico da Enfermidade espiritual do nosso tempo, trad. de M. Vieira, Saraiva, S. Paulo, 1946,pág. 35.

bilitem e determinem sua existência e suas características. Tais bens, que a cultura transformará em valôres, não podem ser inventados. Ou existem ou não existem. Existindo, é necessário determiná-los inicialmente, para, em seguida, estabelecer as condições e a natureza de uma cultura brasileira.

Neste particular, há uma realidade inegável, ainda que diminua dia a dia o número daqueles que dela tenham clara consciência. O Brasil desde o início da sua história está ligado a um mundo determinado de valôres culturais e espirituais; está filiado culturalmente e històricamente ao mundo ocidental cristão. Mundo ocidental, isto é, mundo greco-romano-germânico. Êste passado não pode ser recusado exatamente porque é passado. O passado é sempre um ter-sido que determina o presente. Os valôres do mundo ocidental cristão tornaram-se os bens culturais e espirituais próprios do Brasil, e que deverão ser transformados nos seus verdadeiros valôres.

Por outro lado, deve-se notar que êste mundo ocidental cristão nos foi trazido pelos portugueses inicialmente, que foram os autores do primeiro bosquejo cultural do Brasil. Isto significa que a cultura ocidental cristã nos veio através do mundo ibérico.

Os homens que em nome da Fé e do Império português puseram os pés nesta terra, e todos aquêles que os seguiram no mesmo gesto de posse, provieram de mundos culturais determinados. Traziam consigo, consciente ou inconscientemente, o mundo da cultura e dos valôres espirituais de onde provinham, e o transplantaram para a nova terra, com seus hábitos e costumes, com sua religião e sua poesia, com suas instituições culturais e jurídicas. Nem podiam despir-se dêste lastro cultural, dêsse patrimônio do qual eram talvez inconscientes portadores, fruto da reflexão, da oração, das intuições e do trabalho de muitos séculos. O Brasil jamais poderá negar essa filiação histórica sem negar-se a si mesmo(5), porque se trata de uma dependência constitutiva. O

---

(5) "Filiados pela lingua, pela raça, pelas características culturais e pelas tradições, ao mundo latino, não poderíamos nos distanciar dos povos a que nos prendem tantas afinidades, sem violentarmos nosso próprio corpo social, alterando-o em sua fisionomia cultural e em suas características nacionais mais peculiares". R. CASTELO BRANCO. *Um programa de política exterior para o Brasil,* Ed. Brasiliense, São Paulo, 1945, pág. 31.

ter-sido, o passado que não passa, determina o presente como uma fôrça decisiva e irresistível; o futuro e o presente são desdobramentos do passado, que, por isso mesmo, permanece no presente, não enquanto passado, mas enquanto herança viva, que dá sentido e conteúdo ao presente e ao futuro.

O que caracteriza uma verdadeira civilização é sua continuidade histórica. Se não continua no tempo é porque morreu, desaparecendo num passado que é apenas passado. A cultura no Brasil ou será uma recordação e uma renovação dessa herança cultural, ou não será jamais cultura brasileira. A recordação e a renovação possibilitam e garantem a continuidade de uma cultura. Sem continuidade não há cultura, mas apenas arroubos pessoais e individuais, que jamais atingirão as profundezas da alma nacional. A cultura deve renovar-se, continuando a ser ela mesma. Continua a ser idêntica a si mesma na medida em que a mesma mundividência sustenta tôdas as suas manifestações. Renova-se, assumindo novas formas, criando novas figuras e diferentes expressões. Mudam-se as vestes, muda-se, às vêzes, o próprio corpo, mas a alma continua sendo a mesma.

O sentido dessa continuidade cultural só o alcança quem possuir uma consciência histórica. É exatamente essa consciência histórica que falece em quase todos os que ùltimamente têm escrito e falado sôbre a cultura brasileira. Esquecem que os novos elementos, as realidades nacionais e autóctones, as novas criações, só têm sentido e valor culturais na medida em que se inserem numa tradição viva. A impossibilidade de uma cultura sem passado, é a impossibilidade de uma cultura sem tradição. Portanto, a luta contra a *tradição,* entendida como ligação a um passado cultural, como *phylum* vital que liga um homem, e todos os seus valôres e criações técnicos, estéticos, éticos e religiosos, à sua cultura é consequência de uma completa ausência de consciência histórica.

Impossível determinar uma cultura, compreender sua vitalidade e potencialidade, seus elementos fundamentais e seus esquematismos originários, sem ligação vital com o passado, sem a continuidade identificadora. Nenhum homem aos setenta anos poderá negar-se como criança de sete anos, ainda que não o seja mais, porque destruir-se-ia enquanto pessoa individual. Não seria o que é, se não tivesse sido aquela criança de sete anos. É a continuidade vital. O mesmo vale no âmbito da história de um povo, e no da cultura. Ela não surge do nada — "ex-abrupto" — mas é construida pe-

nosamente, no desabrochar de tôdas as virtualidades e riquezas latentes num povo, possibilidades estas que constituem a matriz originária de uma cultura. As possibilidades e riquezas, de onde o trabalho humano tirará novos valôres, estão na tradição viva.

A cultura no Brasil não pode ser entendida isoladamente, como realidade que está e permanece por si mesma. Tôdas as atividades humanas são desenvolvidas dentro de um campo de valôres culturais e espirituais, dentro de uma determinada abertura da realidade, dentro de uma visão específica do mundo, do homem e de Deus. Todos aqueles que falam da cultura brasileira, das suas possibilidades, das condições para o seu desenvolvimento, dos seus valôres próprios, nunca deveriam esquecer esta verdade importantíssima: êles mesmos são portadores de uma cosmovisão particular, que não foi por êles inventada, mas recebida. A religião, a filosofia, a arte, as tradições, a raça lhe comunicaram essa visão determinada do mundo. Ninguém surge neste mundo espontâneamente, sem pai, sem mãe, sem povo, sem nacionalidade, sem estar integrado numa tradição cultural e religiosa.

Eis, portanto, a afirmação de importância capital, que nenhum conhecedor da realidade histórica brasileira recusará: o Brasil não nasceu hoje, nem surgiu espontâneamente, sem ligação nenhuma com um passado plasmador. Surgiu inserido num conjunto cultural mais amplo e mais grandioso, que é o Ocidente cristão. Ocidente cristão, entende-se, enquanto determinado tipo histórico de existência humana, enquanto maneira específica de considerar a vida, enquanto determinada concepção do mundo, do homem e de Deus, enquanto mundo constituido pelos valôres religiosos e culturais cristãos e pré-cristãos, integrados na mesma mundividência.

Não se trata de saber se devemos ou não pertencer ao Ocidente cristão, porque nós somos esse Ocidente Cristão, dêle proviemos e somos o que somos porque a êle pertencemos. Nós o constituimos com os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades das demais nações européias e americanas. Integrado numa tradição cultural multisecular que o precede, o Brasil nem por isso renuncia à sua essência e à sua história, ou deixará de ser êle mesmo, porque representa um fato único e singular no conjunto dos fatos históricos do Ocidente, constituindo uma experiência nova do ponto de vista histórico e cultural.

Na verdade, a cultura ocidental não é uma maneira de ser única. Nela inserem-se as mais variadas e diversas maneiras de ser, as mais díspares tradições, as mais diversas experiências humanas, no campo da religiosidade, da arte, da filosofia, da música, da poesia, da arquitetura; as mais contraditórias concepções de vida; as mais opostas antropologias e teologias. É exatamente esta variedade e riqueza de experiências e de possibilidades, esta possibilidade constante de escolher um caminho único, novo e personalíssimo na vida, que constitui uma das características fundamentais da cultura e da tradição ocidental. Que mundo infinito de possibilidades vai de Platão a S. Agostinho, de Aristóteles a S. Tomás de Aquino, de Esquilo a Goethe, de Homero a Dante, de Marco Aurélio a S. Gregório Magno, de Constantino a Carlos Magno, de Epicuro a S. Francisco de Assis, de Plotino a S. João da Cruz, de Cícero a Maquiavel, de Lutero a S. Terezinha do Menino Jesus, de João Duns Escoto a Hegel, de Parmênides a Heidegger, do templo grego à basílica romana e à catedral gótica, de Palestrina a Verdi, de Mozart a Beethoven e Wagner. E, no entanto, todos são ocidentais, todos pertencem ao mesmo mundo de valôres culturais e espirituais, apesar de tudo aquilo que os diversifica e separa.

Esta riqueza de possibilidades de afirmações e de atitudes verifica-se em todos os campos: na teologia, na filosofia, na mística, na arte, na política e na economia. Mas, em tôdas elas, há um apêlo e uma ligação com o mesmo mundo de valôres fundamentais. É isto que lhe dá undiade, e o opõe a outras visões do mundo. É evidente que a Igreja Católica, conservando a cultura grega e a romana, e convertendo a cultura germânica, é o elo de união e de unidade de tôdas as formas de vida e de todos os tipos culturais do Ocidente.

É por isso que no Brasil deve surgir uma experiência cultural nova, autênticamente brasileira, sem deixar de ser ocidental e cristã, sem se desligar do espírito vivificador da tradição ocidental. Deve-se mesmo dizer que, dado o fato histórico de o Brasil ter surgido dentro do mundo ocidental cristão, a cultura brasileira será brasileira na medida em que se apegar fielmente à tradição cultural e religiosa dêsse Ocidente cristão. Caso contrário não será brasileira, porque não há outro Brasil diverso daquele que sempre existiu.

A afirmação do valor da tradição à qual estamos vitalmente ligados não implica nenhuma assimilação de modêlos já realizados, nem uma adaptação da vida e da cultura na-

cionais aos valôres e formas do passado, sem viabilidade no presente. A tradição cultural que o Ocidente cristão outorgou ao Brasil deve ser enriquecida e completada pelos valôres próprios e autóctones existentes ou criáveis.

De fato, realiza-se, no Brasil, uma experiência nova, dentro da tradição cultural do Ocidente. A Igreja, difundindo em terra totalmente virgem seu espírito ecumênico e sua catolicidade, possibilitou a convivência pacífica dos mais diversos povos da Europa, da Africa, da Asia e da própria América, portador cada povo de seus valôres espirituais próprios. A ação civilizadora da Igreja, formando o Brasil, desde os primórdios, de acôrdo com os princípios cristãos, permitiu a união de tôdas as gentes sob o mesmo céu e sôbre a mesma terra, sem distinção nem diferença entre gentio e judeu, entre grego e bárbaro, ocidental e oriental, branco e preto. Esta formação ecumênica, possibilitando um novo tipo de convivência humana, está dando origem a uma modalidade cultural sem precedentes, um tipo particular de nacionalidade, uma visão singular do mundo e da história, com reflexos em todos os domínios da cultura.

A conclusão é óbvia. Possibilitando e favorecendo essa nova experiência humana e essa nova tentativa cultural, a Igreja está ligada às mais profundas raízes da nacionalidade e da cultura brasileira. Dela recebeu o Brasil a possibilidade de ser o que é, e por isso deixará de ser êle mesmo na medida em que negar essa sua origem cristã e católica.

A ligação com o passado cultural, garantida pela Igreja e pelos primeiros colonizadores e mantida durante quatro séculos por todos os que colaboraram na construção do Brasil, longe de induzir à inanição e à esterilidade, é a garantia de tôdas as realizações, a condição possibilitante de tôdas as originalidades. Êsse passado cultural, que determina o presente, longe de empobrecer o Brasil e comprometer seus verdadeiros valôres, cria possibilidades novas, pela riqueza de sua substância histórica, pela fecundidade dos modêlos e normas, e pela variedade de condições que oferece.

3. *A Igreja e a formação histórica do Brasil.*

A vida e a cultura nacionais, garantidas pela continuidade dos valôres ocidentais e cristãos, depende essencialmente da Igreja Católica. É ela a garantia da continuidade histórica e cultural do Brasil. Sem ela desaparece a tradição e

por isso mesmo a garantia de uma autêntica cultura nacional, uma vez que lhe coube presidir ao nascimento da nova nação e de acompanhar de perto seu desenvolvimento.

Mais do que a análise minuciosa dos fatos particulares, é elucidativa uma visão de conjunto que abarque o Brasil inteiro no tempo — do descobrimento aos nossos dias — e no espaço — de Norte a Sul. Não houve apenas a intenção dos conquistadores de dilatar a "Fé e o Império" e a presença da Igreja em tôda a caminhada dos conquistadores portuguêses. Não houve apenas o ato inicial da posse das novas terras, santificado pelo ato principal do culto católico, a Santa Missa. Houve, e isto é muito mais, a presença da Igreja em todos os momentos da vida do novo País e em todos os movimentos da nova história que se iniciava.

Os missionários no seu elan de evangelização, com a finalidade de conquistar para Cristo os índios aqui existentes, criaram as possibilidades para o nascimento imediato de um clero e de uma jerarquia eclesiástica nacionais; fizeram com que o cristianismo amoldasse os hábitos dos neo-convertidos, integrando-os na comunidade nacional e abrandasse os métodos de domínio e a avidez dos conquistadores. As escolas, multiplicadas em todos os recantos do território nacional, os púlpitos das igrejas e as salas de doutrina cristã foram sempre recintos de civismo, onde se formou inicialmente a consciência nacional. É um passado irrecusável. Mas, muito mais, é um passado plasmador. Bispos e sacerdotes participaram ativamente na organização e na defesa da nova pátria, conquistada e catequizada para Cristo, para a Igreja e para o Ocidente cristão.

Nem a rebeldia dos índios, nem o embrutecimento dos conquistadores, nem as perseguições dos pombais todo-poderosos, nem a malícia política, nem a indiferença das autoridades constituídas, nem os erros e as falhas que acompanham todo trabalho humano, conseguiram arrefecer o entusiasmo missionário, que prossegue, hoje como antes, em todos os recantos do País.

As cidades foram nascendo em tôrno das igrejas e à sua sombra as novas comunidades foram se unindo. O que eram as pequenas e as grandes vilas, dispersas pelo imenso território nacional? Uma igreja e ao seu redor um aglomerado de casas, onde a vida era regulada pelos ofícios religiosos e pelo badalar do sino. Tôdas as tradições locais, de norte a

sul, estão impregnadas de espírito cristão. Històricamente, o Brasil está ligado essencialmente ao cristianismo, pela ação missionária e catequética e pela atividade pastoral de todos os dias. Fugir a esta realidade é ignorar e negar a realidade brasileira.

Cabe, portanto, à Igreja uma missão insubstituível na continuidade da ação plasmadora da consciência nacional. Isto é tão evidente que, em tôdas as crises que afetaram a história do Brasil, desde a época das invasões até à atual crise social, provocada pelo desenvolvimento econômico, todos se voltam atentos para a Igreja, à espera de uma orientação e de um programa de ação. Em poucas partes do mundo, tanto se falou da "Mater et Magistra" como no Brasil.

A esperança que todos depositam na ação educadora e civilizadora da Igreja não será certamente defraudada, porque a Igreja, na sua experiência milenar, tendo assistido ao aparecimento e desaparecimento de poderosas nações e civilizações, pode orientar e dirigir o Brasil na sua ascenção nacional e na sua formação cultural. Não só ministrando-lhe os princípios insubstituíveis dessas realizações, mas colaborando eficientemente na sua aplicação histórica.

Se quiséssemos resumir em poucas palavras o que de mais importante a Igreja pode, hoje, oferecer à cultura brasileira em formação, e é também o que de mais importante essa cultura necessita, diríamos ser uma antropologia correta, os princípios fundamentais da ordem social, a garantia da originalidade, a alma para o desenvolvimento e o elo da continuidade vital.

a) *Uma exata noção do homem.*

A antropologia é um dos capítulos principais de qualquer cultura, ao lado da teologia e da cosmologia. Sendo o homem o princípio, o fundamento e o fim da sociedade, a cultura não pode prescindir de uma antropologia. Tôdas as culturas assumem desde o início aspetos humanísticos.

É notório que os humanismos mais diversos buscam com muito afã as simpatias da inteligência brasileira. Para só citar os dois principais, o humanismo liberal e o humanismo marxista. Ambos, no entanto, são essencialmente anticristãos, opostos não só à tradição cultural brasileira, mas à

índole profunda do povo brasileiro, crescido no clima dos princípios da fé cristã.

Para o cristianismo, o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, está destinado a um fim sobrenatural. O pecado original, pecado de tôda a natureza humana, viciou profundamente a inteligência e a vontade humanas. O homem com dificuldade atinge as verdades naturais e alcança as verdades religiosas com muito esfôrço e no meio de muitos erros; sua vontade viciada está inclinada para o mal. Encontra mil impecilhos para praticar o bem, mas é atraída constantemente para as más ações. A redenção de Cristo, remindo o homem da culpa, não lhe restitui a justiça original, mas concedeu-lhe suficientes auxílios espirituais — os sacramentos, a Igreja — para conduzir sua vida dentro dos preceitos divinos.

A doutrina do pecado original pode parecer estranha e obsoleta, mas traduz a verdadeira realidade do homem, essa mesma realidade que a história e a psicologia constatam sem saber justificá-la. É uma doutrina realista, que recusa de um lado o pessimismo total de alguns, que imaginam o homem intrinsecamente mau, e o otimismo ingênuo de outros, que declaram o homem intrìnsecamente bom. O humanismo cristão, pela sua concordância com a realidade, é o único humanismo que leva em conta tôdas as deficiências e os fracassos do homem e da história, e os absorve num plano mais alto.

A cultura brasileira foi inicialmente atraída pelo humanismo liberal, absorvido na França, para onde se dirigiam as jovens inteligências brasileiras. A França positivista e liberal moldou os primeiros ensaios culturais do Brasil imperial. Individualista, racionalista, naturalista e agnóstico, tal o humanismo liberal. Há no fundo do liberalismo uma crença no homem naturalmente bom, pintado por Rousseau, capaz de solucionar por si mesmo todos os problemas que encontra. Quem o perverte é a sociedade dos homens. Não foi sem razão que a Igreja condenou êsse humanismo, que reduz o homem às proporções de um animal bem educado, ou melhor bem domesticado. Condenou a noção liberal da sociedade [6]; condenou o racionalismo, que fazia da razão humana árbitro supremo entre o bem e o mal [7]; condenou o naturalismo, negador do

---

(6) Cf. Pio XI, Enc. *Divini Redemptoris*, D. P., 1, n.º 29.

(7) Cf. *Proposições 3.ª* e *4.ª* codenadas no *Syllabus* de Pio IX; cf. também Pio XII, enc. *Humani Generis*, D. P., 62, n.º 2.

pecado original e das más tendências da natureza humana viciada [8]; condenou seu falso conceito da liberdade[9] e da igualdade de todos os homens [10]. Em conclusão "a ideologia liberal não se concilia com a concepção católica da vida. Ela mutila a realidade e a riqueza da natureza humana, tanto social como pessoal. Desconhece a realidade da sociedade e as exigências fundamentais da ordem social. Deificando o indivíduo, em última análise aviltou-o. É o que a crise da cultura contemporânea demonstra com evidência" [11].

Como afirmamos a pouco o liberalismo francês exerceu profunda influência no Brasil, tendo penetrado em tôdas as suas instituições políticas e sociais. Foi certamente a primeira distorção, que afastou o Brasil de sua autêntica realidade e de sua consciência, formadas pelos princípios do humanismo cristão, presentes nas instituições hibéricas aqui implantadas pelos portuguêses.

Hoje, essas mesmas instituições políticas e sociais são tenazmente infiltradas pelas idéias do humanismo marxista, por obra de intelectuais que, há muito tempo, vêm manifestando suas inclinações e simpatias marxistas [12]. O marxis-

---

(8) Cf. LEÃO XIII, Enc. *Humanum Genus* (1844) e quase tôdas as encíclicas que versam sôbre problemas sociais, nas quais os males da sociedade são atribuidos, como à sua causa última, ao pecado original e às suas consequências na natureza humana.

(9) Cf. LEÃO XIII, Enc. *Libertas* (1888).

(10) Cf. LEÃO XIII, Enc. *Rerum Novarum*, D. P., 2, n.º 26.

(11) C. VAN GESTEL, *A Igreja e a questão social*, Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1956, pág. 333.

(12) Além dos intelectuais dispersos por quase todos os centros de estudo e atuantes em quase tôdas as faculdades, deve-se mencionar explìcitamente o trabalho sistemático do ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros — cujas publicações são já numerosas, além dos cursos ministrados com frequência. Para citar algumas publicações: *Introdução aos Problemas do Brasil*, de vários autores; *Formação e Problema da Cultura brasileira*, de Roland Corbisier; *A questão da Universidade* de Alvaro Vieira Pinto; *Consciência e Realidade Nacional*, do mesmo autor; Coleção "*Cadernos do Povo Brasileiro*", dirigida por Alvaro Vieira Pinto e Enio Silveira e da qual vários volumes foram já publicados; tôdas estas obras, vasadas em termos marxistas, e que constituem uma interpretação essencialmente marxista da história e da cultura brasileiras, foram publicadas pelo ISEB, isto é com dinheiro fornecido pelo Govêrno Federal. Nova coleção acaba de ser lançada pelo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, igualmente marxista e publicada sob a proteção da "Presidência da República". Há atualmente um verdadeiro dilúvio de obras que propõem e defendem as idéias marxistas e socialistas. O pior, no entanto, é que essa traição à cultura brasileira é paga pelos próprios brasileiros!

mo, enquanto humanismo, é a negação de Deus e do homem, a negação de todos os valôres cristãos, que formam a cultura e a nacionalidade brasileiras. O homem marxista é uma entidade biológica que toma consciência de si na "práxis" transformadora, e, enquanto realidade natural, social e material, declara-se deus para si mesmo (13). Todos os princípios do liberalismo estão presentes no humanismo marxista e portanto está sujeito às mesmas condenações. O que possui de próprio, doutrinàriamente, foi mais de uma vez explìcitamente condenado, porque contrário à doutrina católica (14).

Tôdas as espécies de socialismos, nascendo mais ou menos dos mesmos princípios errôneos, implicam concepções errôneas acêrca do homem e são por isso inaceitáveis do ponto de vista cristão. Tôdas as formas de socialismo são tributárias da mesma concepção naturalista do homem. Imaginam que os males sociais e os erros humanos são fruto das estruturas sociais e econômicas. Importa modificá-las para que os homens sejam transformados. Ora, a doutrina católica ensina exatamente o contrário. Reconhecendo a necessidade de modificar as estruturas sociais e econômicas, quando estas se tornam más e já não servem ao homem, afirma que a transformação deve começar na ordem moral e religiosa. A renovação moral é condição da restauração de uma ordem social cristã. Pio XI foi claro para não ser compreendido: "Mas, a considerar as coisas mais profundamente, parece evidente que esta restauração social tão desejada deva ser precedida de uma completa renovação do espírito cristão, que, infelizmente está morrendo naqueles que se ocupam das questões econômicas; sem ela, todos os esforços seriam vãos, e construir-se-ia, não sôbre uma rocha, mas sôbre areia movediça" (15).

É esta questão fundamental, essa colocação cristã do problema, que os socialistas de todos os tipos, incluindo os que se denominam "socialistas cristãos" não entendem. Desde 1910 são conhecidas as tentativas de constituir um

---

(13) Cf. nosso artigo *O Humanismo Marxista*, Convivium, Ano I, n.º 2, págs. 15-39.

(14) Impossível citar todos os documentos pontifícios nos quais o marxismo socialista é condenado. Leão XIII, Pio XI e Pio XII especialmente nunca dispersaram as oportunidades que tiveram de fazê-lo, e o fizeram com clareza e veemência apostólica.

(15) PIO XI, Enc. *Quadragesimo Anno*, D. P., 3, n.º 126.

"socialismo religioso", ou um "socialismo cristão" [16]. O pressuposto era idêntico ao que hoje sustenta e justifica os nossos socialistas cristãos: "O socialismo é uma aspiração por um mundo de justiça e caridade, procurando instaurar o reino de Deus sôbre a terra; é a mensagem de Deus à nossa época. Por outro lado, uma verdadeira religião, um verdadeiro cristianismo, não devem insurgir-se contra a desordem capitalista e aliar-se a um movimento como o socialista que procura o triunfo da justiça na vida social?" [17].

A conciliação entre o humanismo cristão, essencialmente sobrenatural e religioso, e o humanismo socialista, sempre terreno e profano, qualquer que seja sua especificação, é impossível [18]. Ninguém pode duvidar disso, desde que conheça as origens, as aspirações e finalidades do socialismo. A oposição entre êles existentes é a "oposição que existe entre um messianismo terrestre e um messianismo celeste, entre uma ordem social puramente humana e o reino de Cristo Rei" [19]. Por isso, João XXIII manteve com tôdas as letras a condenação do socialismo moderado, feita por Pio XI: "Entre comunismo e cristianismo, o Pontífice (Pio XI) declara novamente que a oposição é radical. E acrescenta não poder-se admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado: tanto porque êle foi construido sôbre uma concepção da vida fechada no temporal, com o bem-estar como objetivo supremo da sociedade; como porque fomenta uma organização social da vida comum tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo para a liberdade humana; como ainda porque lhe falta todo princípio de verdadeira autoridade social" [20].

Em conclusão, nem o humanismo liberal, que não encontra mais defensores em nossos dias, nem o humanismo marxista e socialista, podem ser o fundamento da cultura e da organização social no Brasil. Opõem-se a todos os princípios fundamentais dessa mesma cultura, alimentada sempre por uma noção profundamente católica do homem.

A missão da Igreja neste campo é defender o sadio humanismo que, desde os primeiros missionários, foi ensinado

---

(16) Cf. *Van Gestel,* ob. cit. págs. 348-349.
(17) Cf. Van Gestel, ibidem.
(18) Cf. Pio XI, ib.; C. van Gestel, ob. cit., págs. 350-355.
(19) VAN GESTEL, ob. cit., pág. 354.
(20) Enc. *Mater et Magistra,* D. P. 135, n.º 31.

ao povo brasileiro e moldou sua alma. Uma exata noção do homem deve ser o fundamento para qualquer empreendimento cultural e social. E essa exata noção do homem só a Igreja Católica tem autoridade para ensiná-la. A seu favor não está apenas a verdade revelada e a verdade da experiência cotidiana; está também a experiência histórica dos últimos séculos, totalmente falida.

A experiência cultural brasileira será fadada ao fracasso se seguir as já superadas visões do marxismo e do socialismo. Na doutrina cristã, têm os intelectuais brasileiros os fundamentos do único humanismo històricamente válido nos dias de hoje. Esta doutrina, além de estar presente em tôda a formação histórica brasileira, é, em si mesma, válida, para servir de fundamento a tôdas as culturas.

Tôda a doutrina social da Igreja está fundada numa noção teológica homem, enquanto criado por Deus e, dotado de imortalidade, destinado à visão beatífica de Deus. O ideal supremo é Cristo, Homem-Deus. À luz do mistério de Cristo, a Igreja luta para introduzir em tôdas as civilizações e culturas uma noção cristã do homem. As determinações essenciais da vida política, social e econômica devem inspirar-se nesta antropologia sobrenatural a fim de servirem ao homem, à sua dignidade de pessoa e de filho de Deus [21]. Nenhum desvio cometerá o desenvolvimento cultural no Brasil se for fiel a êsse humanismo cristão, se tiver diante de si, a cada instante o "homem, imagem de Deus, uno e trino, e, portanto, êle também pessoa, irmão do homem Jesus Cristo e, com Êle e por Êle, herdeiro da vida eterna: esta é sua verdadeira dignidade [22]. Relembra João XXIII que nenhum esfôrço humano será útil ao homem se não se nortear pelos princípios do humanismo cristão: "Qualquer que seja o progresso técnico e econômico, não haverá no mundo justiça nem paz, enquanto os homens não tornarem a sentir a dignidade de criaturas e de filhos de Deus, primeira e última razão de ser

---

(21) "O princípio fundamental desta concepção consiste em, cada um dos seres humanos, ser e dever ser o fundamento, o fim e o sujeito de tôdas as instituições em que se expressa e realiza a vida social: cada um dos seres humanos, considerado na realidade daquilo que é e que deve ser, segundo a sua natureza intrìnsecamente social, e no plano divino da sua elevação à ordem sobrenatural". João XXIII, Enc.*Mater et Magistra*, D. P. 135, n.º 216.

(22) Discurso de Pio XII aos operários da Fiat, 31 de outubro de 1948.

de tôda a criação. O homem, separado de Deus, torna-se desumano consigo mesmo e com os seus semelhantes, porque as relações bem ordenadas entre os homens pressupõem relações bem ordenadas da consciência pessoal com Deus, fonte da verdade, da justiça e do amor" [23].

b) *Os princípios fundamentais da sociedade.*

A presença da Igreja na formação e desenvolvimento da cultura brasileira, imprescindível do ponto de vista de um humanismo verdadeiro, é necessária de um ponto de vista de uma realização social perfeita. A sociedade brasileira enfrenta hoje os graves problemas sociais, resultantes do seu próprio desenvolvimento, agravados constantemente pela interferência de problemas políticos, tanto nacionais como internacionais. Uma solução justa de tais problemas é decisiva para a continuidade da história e da cultura brasileiras. Ou a sociedade brasileira resolverá seus problemas de acôrdo com os princípios plasmadores de sua cultura, ou êsses princípios serão destruidos e com êles desaparecerá a própria sociedade brasileira, para tornar-se parcela de um império internacional. Portanto, da solução dos problemas sociais dependerá a continuidade histórica do Brasil, ou a ruptura com o seu passado histórico e a sua ruina.

Ora, ninguém com mais autoridade do que a Igreja para ministrar à sociedade brasileira os princípios fundamentais para solução dos problemas sociais e para a organização da sociedade. Os seus ensinamentos sociais são claros e seguros. Aí estão as inúmeras Encíclicas sociais que, se válidas em todo o mundo, muito mais devem ser num país de formação católica como o Brasil.

A Igreja, sem determinar concretamente as formas políticas nem exigir determinados regimes políticos, interessa-se diretamente na organização das sociedades, seja pelos aspetos morais que esta organização implica, seja porque a sociedade civil é necessária, tendo-lhe Deus confiado a missão de assegurar o bem comum temporal, tão importante para a própria vida religiosa e espiritual dos povos.

Cada sociedade é livre na determinação dos seus modos particulares de vida. A Igreja, sem intervir diretamente na

---

(23) Enc. *Mater et Magistra,* n.º 212.

ordem temporal, onde os Estados são soberanos, indica aquilo que é imprescindível para que a organização social corresponda às mais profundas aspirações e exigências das pessoas humanas, em bem das quais existem as sociedades e tudo aquilo que é necessário para que a ordem social se mantenha.

A garantia de uma convivência pacífica numa sociedade depende dos valores espirituais e morais, nela vividos. A ordem política, as garantias policiais, os códigos de direito serão insuficientes para manter a ordem social se não existirem fundamentos ulteriores da própria ordem social. A Igreja não se cansa de indicar aos homens quais os princípios insubstituíveis dessa ordem social, tendo em vista o bem dos indivíduos e o bem das próprias sociedades [24].

A ordem social tem em Deus sua origem suprema, de onde também provém tôda a autoridade, garantia da ordem social. Pio XII resumiu com perfeição a doutrina da Igreja a êsse respeito, mostrando que essa doutrina longe de ser antiquada e estática, é atual e profundamente dinâmica. Depois de afirmar que o Estado não pode subsistir sem autoridade, e que pessoa, estado e poder público estão ìntimamente ligados, Pio XII prossegue: "Uma vez que esta ordem suprema, sob a luz da sã razão e particularmente da fé cristã, não pode ter outra origem que um Deus pessoal, nosso Criador, resulta que a dignidade do homem é a dignidade da imagem de Deus, a dignidade do Estado é a dignidade da comunidade moral estabelecida por Deus, a dignidade da autoridade política é a dignidade de sua participação na autoridade de Deus". E prossegue mais adiante: "Sòmente a compreensão clara dos fins designados por Deus a tôda a sociedade humana, compreensão unida ao sentimento profundo dos deveres sublimes da obra social, pode colocar aqueles a quem foi confiado o poder em condições de cumprir as próprias obrigações de ordem legislativa, judiciária ou executiva, com aquela consciência da própria responsabilidade, com aquela objetividade, com aquela imparcialidade, com aquela lealdade, com aquela generosidade, com aquela incorruptibilidade, sem as quais um go-

(24) Cf. além das encíclicas sociais, as encíclicas *Sapientiae Christianae, Diuturnum Illud, Immortale Dei, Inscrutabili Dei Consilio*, e *Graves de Communi*, de Leão XIII; *Caritate Christi compulsi*, de Pio XI; *Summi Pontificatus* e as *Radiomensagens* de Pio XII. Além dos documentos citados, há toda a doutrina cristã a respeito da organização social e política dos Estados temporais.

vêrno democrático difìcilmente conseguiria conquistar o respeito, a confiança e a adesão da melhor parte do povo" [25]. Desta forma a ordem suprema dos valores cristão atinge a sociedade no seu âmago, determinando a maneira de ser e de agir sociais, de tal forma que favoreçam o povo, os indivíduos, por quem a sociedade existe.

A Igreja não escolhe os regimes políticos; aceita todos desde que não se oponham aos princípios religiosos e morais que ensina. Aceita por isso como legítimos os regimes democráticos. É ainda Pio XII quem afirmou na citada alocução sôbre a democracia: "Se o futuro pertencer à democracia, uma parte essencial da sua realização deverá pertencer à religião de Cristo e à Igreja, mensageira da palavra do Redentor e continuadora da sua missão salvadora. Ela de fato ensina e defende as verdades, comunica as fôrças sobrenaturais da graça, para realizar a ordem dos seres e dos fins estabelecidos por Deus, fundamento último e norma diretiva de tôda democracia" [26].

Os fundamentos da vida social que a Igreja ensina nascem da Revelação e do direito natural, conhecido pela luz natural da razão. Implìcitamente, portanto, estão presentes em tôda a pregação cristã que vem sendo feita no Brasil desde o descobrimento. Uma noção clara da justiça comutativa, distributiva e social e de suas consequências em tôda a organização social e econômica; a doutrina sôbre a caridade, como complemento e coroamento da obra da justiça; o direito de propriedade, como garantia dos direitos pessoais e como fonte de benefícios sociais; uma doutrina exata sôbre a competência do Estado no domínio dos bens de produção; uma doutrina completa sôbre as relações entre capital e trabalho, sôbre o regime salarial, sôbre o salário-família, sôbre a participação nos lucros e a co-gestão; a superação da luta de classe por meio de uma colaboração franca e operosa entre tôdas as classes sociais e diversas profissões; a defesa das organizações sindicais e profissionais; os princípios fundamentais de uma ordem política e social perfeita, eis o que a doutrina social da Igreja oferece ao Brasil que luta por encontrar a forma de vida social que mais lhe convém. Não são apenas princípios e orientações teóricas, deduzidos es-

---

(25) *Radiomensagem* de Natal de 1944, D. P., 69, n.º 21 e 23.
(26) Ibidem, n.º 43.

peculativamente da Revelação e da razão natural, mas comprovados pela experiência de muitas outras nações.

Concluindo, devemos dizer que a presença da Igreja é imprescindível à sociedade brasileira, especialmente na fase atual de crises sociais.

c) *A garantia da originalidade.*

As realizações sociais e culturais que devem ser operadas no Brasil à luz dos princípios cristãos acima mencionados, devem ter uma tonalidade particular e única, que as torne verdadeiramente nacionais.

A originalidade é um dos caracteres da cultura brasileira em que mais se tem falado nestes últimos anos. Porém, o problema da originalidade deve ser colocado nos seus devidos têrmos e limites. Impossível uma originalidade que negue a tradição. Tratar-se-ia então de novidade e não de originalidade. Além disso uma originalidade que se opusesse a todos os valôres porque existentes alhures seria mais unicidade do que originalidade.

A cultura brasileira deve ser original, mesmo não podendo ser nova nem única, simplesmente porque pertence a um mundo cultural que a precede e transcende.

Por isso todos os nacionalismos devem ser mantidos dentro de um contexto social e cultural válido. Devem ser condenadas como anti-humanas e anti-cristãs tôdas as formas de nacionalismos que possam causar danos à unidade da família humana à qual pertencem igualmente todos os povos. De um lado negam as originalidades de cada povo — sirva de exemplo o bloco das nações que constituem o império russo — e de outro separam êsses povos opondo-os uns contra os outros. Todo o problema está, portanto, em salvar a originalidade cultural de cada povo sem causar danos à unidade fundamental da família humana.

Aqui, mais uma vez, o Brasil deve socorrer-se da doutrina da Igreja. De um lado ela estabelece os liames que devem unir a todos os povos na mesma verdade e no mesmo amor, do outro defende os valores originários de cada povo e de cada cultura. Pluralidade sem quebra da unidade, multiplicidade sem perturbação da harmonia.

Pregando o Evangelho de Cristo, a bondade, a compreensão e o amor, a Igreja colabora para a concórdia entre as nações. Recordou-o Pio XII, no início da encíclica missionária *Evangelii Proecones*: "Parece-nos, contudo, sumamente oportuno nestes tempos procelosos e ameaçadores, em que muitos povos se sentem divididos por interêsses opostos, recomendar de novo a causa das Missões, pois os pregoeiros do Evangelho são mensageiros da bondade humana e cristã, e a todos exortam à fraternidade e compreensão mútua, capaz de superar os conflitos dos povos e as fronteiras das nações. Nesse sentido dizíamos entre outras coisas, na citada alocução: "...O vosso caráter internacional e a vossa colaboração fraterna colocam em plena luz aquêle sinal distintivo da Igreja Católica, que é a negação e contradição viva da discórdia em que se agitam e se debatem as nações, queremos dizer, a universalidade da fé e do amor, que está acima de todos os campos de batalha e de tôdas as fronteiras, acima de todos os continentes e de todos os oceanos, universalidade que vos incita e estimula a atingir a suspirada meta de fazer coincidir com os confins do mundo os confins do Reino de Deus" (AAS 1944, p. 207)" (27).

Ao mesmo tempo em que insiste na universalidade do amor e das verdades cristãs, exige o respeito a tudo o que de verdadeiro, nobre e digno conservam os povos nas suas tradições religiosas e criam nas suas culturas próprias. Citamos, no início deste artigo, as afirmações de Pio XII, tiradas da mesma encíclica sôbre as Missões. Perante as civilizações e culturas que encontram a atitude dos missionários deve ser de respeito, admiração e redenção.

Por isso a Igreja não é levada pelos missionários de um lugar para outro, mas é por êles suscitada em tôda a parte, tirada da potencialidade dos povos e das culturas onde o Evangelho é anunciado. A esse respeito é suficiente mencionar a encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, que cita a encíclica Summi Pontificatus do seu Predecessor: "E, além disso, a Igreja, ao penetrar na vida dos povos, não é nem pode considerar-se nunca uma instituição imposta de fora, porque a sua presença coincide com o renascimento ou a ressurreição de cada homem em Cristo; e quem renasce ou ressuscita em Cristo, não é nunca vítima de coação externa: pelo contrário, sente-se livre no mais íntimo do próprio ser,

---

(27) D. P., 80, n.º 2 e 3.

para se encaminhar para Deus; e tudo se consolida e enobrece quando nêle representa um valor, de qualquer natureza que seja. A Igreja de Cristo, observa acertadamente o Nosso Predecessor Pio XII, fidelíssima depositária da educadora Sabedoria divina, não pode pensar nem pensa em alterar ou menosprezar as características particulares, que cada povo, com zêlo e piedade, e também com compreensível ufania, guarda e considera como precioso patrimônio. O seu fim é a unidade sobrenatural no amor universal, conhecido e praticado; não a uniformidade exclusivamente externa e superficial, por isso mesmo debilitante. A Igreja saúda com alegria e acompanha com solicitude maternal tôdas as diretrizes e medidas, que levam a um prudente e ordenado desenvolvimento de fôrças e tendências particulares, apoiadas nas raizes mais profundas de cada raça, contanto que elas se não oponham aos deveres que derivam, para o gênero humano, de sua unidade de origem e do destino comum (Carta Encíclica *Summi Pontificatus;* Cf. AAS XXXI, 1939, pp. 428-429)" (28).

Esta a razão, porque a Igreja, ecumênica na sua doutrina e organização, é a melhor garantia da originalidade de tôdas as culturas.

d) *A alma para o desenvolvimento.*

O problema do "desenvolvimento" assume, dia a dia, aspetos novos e complexos. Inicialmente, êle é uma realidade, especialmente em certas regiões. A explosão desenvolvimentista surpreendeu o país, que não se encontrava, nas suas estruturas internas, preparado e capacitado para enfrentá-lo. O desenvolvimento industrial foi uma questão de fato, que se impôs à consciência de todos.

Todos conhecem, no entanto, os perigos que o desenvolvimento técnico e industrial importa para uma nação acostumada a um ritmo de vida tranquilo e acomodado. Em si mesmo, o progresso técnico traz graves problemas de cultura, pois, êle só pode ser aceito na medida em que colaborar para a perfeição do homem e servir aos valôres morais e espirituais. Sem isto, êle será anti-humano, contrário aos supre-

(28) *Mater et Magistra,* D. P., 135, n.º 177-178.

mos interêsses do homem, autor da técnica e artista genial do seu uso.

Os esquemas da nova civilização ocidental sofrerão certamente grandes modificações. Pode-se mesmo dizer que a nova civilização nascerá marcada pela técnica e pela utilização da fôrça estupenda do átomo. A cultura não tomou ainda consciência deste fato e sòmente com sofrimento renuncia a antigos hábitos e maneiras de pensar.

Não se pode negar o progresso; não se pode retroceder e voltar à vida poética e bucólica de outros tempos. O Ocidente inventou a técnica e pela técnica domina o mundo todo. As novas máquinas e aparelhos que percorrem e transformam o mundo são certamente portadoras de civilização. Mas qual? Êste o grave problema. A revolução industrial está comovendo os alicerces da nossa civilização cristã e de outras antiquíssimas civilizações.

Mas, a civilização técnica, a "tele-civilização" é morta e mortífera sem o homem. As máquinas são frias e autômatas, nos movimentos ridículos dos seus instrumentos. Por isso já Bergson reclamava um "suplemento de alma" para a civilização técnica que despontava, ameaçadora, nos horizontes de uma civilização humanista. A nova civilização, a sociedade nova que deve compor-se dentro dos limites da técnica das telecomunicações, das viagens supersônicas e interplanetárias, necessita de uma alma. Caso, contrário, o homem será asfixiado. Transformar-se-á num autômato inconsciente, jogado por todos os lados, a serviço de um movimento teledirigido.

Quem dará essa alma à nova civilização técnica? Certamente não os diversos nacionalismos, todos interessados no desenvolvimento. A razão é simples. O nacionalismo, sendo uma atitude política, não tem alma própria, nem pode por isso comunicar uma alma à técnica. Por isso mesmo os nacionalismos, apelando para valôres diversos de acôrdo com as circunstâncias políticas, estão sujeitos aos desvios mais radicais. É necessário dar ao nacionalismo desenvolvimentista um embasamento filosófico e uma alma que lhe dê vida. Sòmente a Igreja pode inserir na sociedade, e especialmente nas novas sociedades que se defrontam com o problema da técnica, uma alma viva capaz de salvar os valôres espirituais ameaçados. Pio XII ocupou-se várias vêzes deste problema, provando a preocupação da Igreja. "Enquanto se esforçam

os povos, escrevia em 1957, por encontrar novos caminhos e modalidades novas, e parecem alguns excessivamente seduzidos pelas ilusões da chamada civilização técnica, é santíssimo dever da Igreja dar a êsses povos, na medida do possível, a excelência da sua vida e os benefícios da sua doutrina, donde nasça nova ordem social, baseada nos princípios cristãos" [29]. No mesmo ano escrevia a encíclica "*Miranda Prorsus*" sôbre o uso do cinema, do rádio e da televisão, citando no início as palavras de Pio XI [30]: é "necessário e urgente tomar medidas para que o progresso da arte, da ciência e da própria perfeição da técnica humana sejam ordenadas, como verdadeiros dons de Deus, para a glória divina e salvação das almas, e sirvam de fato para a difusão do Reino de Deus na terra" [31].

No Natal de 1953, Pio XII dedicou sua alocução aos problemas do tecnicismo[32]. Começa por apontar os seus perigos. "O progresso técnico, primeiramente sonhado como mito onipotente e manancial de felicidade, e depois levado com tôda a sorte de recursos até às mais audazes conquistas, impôs-se às consciências como fim último do homem e da vida, substituindo-se portanto a qualquer espécie de ideais religiosos e espirituais" [33]. A técnica aproximando-se de um esplendor nunca imaginado transforma-se em deus para os homens, restringe seu olhar às realidades materiais e torna-os cegos às verdades religiosas. Cria um novo "espírito" uma nova mentalidade, inacessível à natureza e aos valores religiosos; e inclinada ao materialismo. O "conceito técnico da vida" não é outra coisa senão forma particular de materialismo, enquanto oferece, como última resposta à questão da existência, uma fórmula matemática e de cálculo utilitário" [34].

Não é na técnica que está o perigo, mas no "espírito" que a técnica forma, no conceito técnico da vida. Por isso a ação sobrenatural da Igreja é imprescíndivel, cabendo-lhe dar alma nova ao progresso técnico, nele inserindo os valores eternos da cultura e do espírito.

---

(29) Encíclica *Fidei Donum*, D. P., 119, n.º 11.

(30) Carta encíclica *Vigilanti Cura*, 29 de junho de 1936, dirigida ao Episcopado dos Estados Unidos.

(31) D. P., 123, n.º 9.

(32) D. P., 106.

(33) Ib., n.º 4.

(34) Ib., n.º 15.

O Brasil, como qualquer nação em desenvolvimento, necessita da Igreja, para conservar sua vida espiritual e para preservar os valores humanos presentes na sua cultura. Caso contrário, a técnica e a indústria, dando-lhe o progresso material, provocarão a mais profunda esterilidade espiritual, e a morte de sua verdadeira cultura.

e) *O elo da continuidade vital.*

Outro perigo do tecnicismo progressista é certamente sua total insensibilidade ante os valores da cultura, representados numa tradição criadora. O "espírito técnico" é frio e internamente vazio. Contenta-se com os cálculos e as fórmulas. Não necessita de ligações com o passado, não se nutre dos valores motrizes de uma cultura. Indiferente à religião, à arte à moral, a técnica está, por si, sustentada pelas próprias experiências.

É por isso que os vários movimentos políticos e sociais que surgem numa época de desenvolvimento técnico podem fàcilmente desencadear uma luta entre a técnica e os valores tradicionais que sustentam a vida de um povo, entre a ordem política e social, estribada nesses valores tradicionais e as atividades econômicas e técnicas modernas. Êste conflito é fonte de perturbações sociais e até de uma revolução política.

Para servir aos supremos interêsses da nação, para auxiliá-la na realização do seu destino histórico, a técnica, os planos técnicos, não podem desligar-se do sentido que à tôda a vida social conferem os valores tradicionais da cultura e da religião.

Mesmo progredindo em todos os domínios da técnica, a nação não pode desvincular-se da sua realidade íntima, da sua alma. Se assim fosse o progresso seria mortífero. Como vimos, a Igreja, sustentáculo de uma tradição viva, é a garantia da continuidade histórica e cultural das nações cristãs. O Brasil necessita de uma presença constante da Igreja nesta fase do seu desenvolvimento, para manter-se fiel à sua própria essência espiritual. Esta lhe veio da Igreja e cabe à Igreja conservá-la diante dos perigos das novas mentalidades tecnicizadas.

Em conclusão, presente na história do Brasil desde os primórdios, à Igreja cabe conduzir o esfôrço gigantesco e a

luta da nação de tal maneira a orientá-los dentro das exigências da tradição cultural e a torná-los aptos para enfrentar os desafios do momento e as ameaças, internas e externas, de desvirtuamento e distorção desse trabalho.

O comunismo, essencialmente internacional e apátrida, desenvolve suas atividades no Brasil de maneira constante e sistemática, num sentido oposto ao exigido pela história e pela cultura nacionais. Tais atividades são promovidas em três planos diversos e complementares: no plano doutrinal, no plano social e no plano da estrutura econômica. Para os marxistas êstes planos são os responsáveis pela ordem vigente; especialmente a estrutura econômica é o suporte, a infra-estrutura, da organização feudal da sociedade.

A Igreja, na sua luta para salvar o Brasil da ameaça comunista, deve igualmente desenvolver sua atividade nesses três planos. A Igreja, entende-se todos os católicos, bispos, sacerdotes e leigos. É da sua presença atuante nos planos doutrinário, social e econômico que depende a salvação do Brasil, enquanto nação ocidental e cristã.

A ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO BRASIL

JAMIL MUNHOZ BAILÃO

O exame da situação conjuntural da economia brasileira foge à chamada análise econômica convencional, aplicável aos países econômicamente maduros. No Brasil, país em rápido processo de desenvolvimento econômico, a utilização, por muitos economistas nacionais, dos conceitos de equilíbrio geral e a recomendação de esquemas ortodoxos de política econômica têm-se mostrado ineficiente para resolver os problemas de desenvolvimento. Aliás, foi com base nesses esquemas e conceitos que as previsões feitas por tais economistas, sôbre o crescimento do produto "per capita", a partir de 1954, foram apresentadas de modo muito pessimista. Assim, num estudo sôbre as projeções do desenvolvimento econômico, depois de 1954, elaborado, então, pelo Grupo Misto do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da Comissão Econômica para a América Latina, encontramos as seguintes afirmações: "Uma das conclusões mais importantes a que se chega neste estudo é de que dificilmente se manterá, num futuro imediato, a taxa de crescimento do último decênio. Considerando-se que começa deteriorar-se a relação de preços do intercâmbio — cuja melhoria proporcionou ao Brasil, no último quinqüênio, alguns milhões de dólares — e que suas perspectivas imediatas não são favoráveis; que ao período de liquidação de reservas e de endividamento externo segue-se já, outro, de pesados compromissos financeiros com o exterior; que o valor real das reservas de depreciação, acumuladas nos últimos anos, ficou reduzido, com o aumento dos preços do equipamento importado, não resta, pois, senão perguntar se o ciclo de condições altamente favoráveis, que agora chega a seu fim, será ou não seguido por outro que, de acôrdo com tôdas as evidências, terá características menos favoráveis".[1]

---

(1) Ver "Analisis y Proycciones del Desarrollo Economico — II — El Desarrollo Economico del Brasil", Naciones Unidas, 1956, pág. 3.

As perspectivas da economia brasileira foram, também, encaradas de modo sombrio, na ausência de medidas de estabilização pelo Govêrno Federal, num documento de larga repercussão elaborado por um grupo de economistas do Rio de Janeiro, apresentado ao Presidente da República, que se intitula "Situação e Perspectivas da Economia Brasileira" (2), publicado no segundo semestre de 1955. Apontavam-se, aí, os fatôres negativos, que começavam a entorpecer o ritmo de crescimento da economia brasileira, a partir de 1954: queda da relação de intercâmbio, agravamento da pressão inflacionária, insuficiência de transportes pesados e de energia, bem como o fato de estar crescendo a produção industrial em ritmo mais acelerado do que o crescimento da produção agrícola. Alinhavam-se os efeitos desfavoráveis da inflação: efeitos negativos sôbre a entrada de capitais estrangeiros; distorção de investimentos; desestímulo à exportação e estímulo à importação, agravando, destarte, a posição deficitária do balanço de pagamentos; recrudescimento das tensões sociais; baixa produtividade da economia; etc. A seguir, recomendava-se, naquele documento, uma terapêutica que obedecia à velha ortodoxia tradicionalista: eliminação dos déficits orçamentários, restrição do crédito, reforma cambial, partindo de taxas flexíveis, etc. Novamente, em fins de 1958, ir-se-ia tentar, até o ano de 1959, através do "Plano Lucas Lopes", impor um esquema de estabilização, que seguia a terapêutica do documento de 1955. Do "Plano Lucas Lopes", só restaram, entretanto, os aumentos dos impostos.

O produto real "per capita", no período de 1954/60, em desacordo com as antecipações de alguns dos mais renomados economistas brasileiros ou com alguns estudos de entidades internacionais, teve, no entanto, sua taxa acelerada, em comparação com os anos anteriores. Êsse incremento da taxa foi conseguido, é preciso que se frise, dentro de um dos mais heterodoxos padrões de crescimento da história econômica brasileira: déficits orçamentários, emissões de papel-moeda, substituição deliberada das importações, "deficits" no balanço de pagamentos, inflação, ocupação dos espaços vazios, industrialização a qualquer custo, piora da relação de intercâmbio, etc. A taxa média do crescimento do produto real "per capita", no período 1954/60, aproximou-se dos 4%, taxa essa

(2) Ver "Situação e Perspectiva da Economia Brasileira", edição mimeografada, Rio de Janeiro, 1955.

bem mais elevada do que a obtida em 1947/54, que foi de cêrca de 3%.

As previsões pessimistas acima apontadas, a respeito do comportamento conjuntural da economia brasileira, não levaram na devida conta as mudanças estruturais, que vinham tomando corpo, na economia nacional, principalmente a partir desta segunda guerra mundial. Até um passado recente, a procura externa, ou melhor, o aumento ou diminuição de nossas exportações, constituia o fator dinâmico mais importante na determinação do nível de nossa renda nacional. Em verdade, o Brasil dos dias atuais já começa a apresentar padrões de economia independente, o que significa, de um lado, que começamos a depender cada vez menos do setor internacional, em virtude do rápido desenvolvimento industrial, e, do outro, que nosso crescimento vem adquirindo automaticidade própria. Isto significa que o dinamismo de nossa economia já se está transferindo do setor externo para o nível de investimentos internos. De tal modo, porém, a maioria dos economistas brasileiros acha-se ainda tão acostumada a raciocinar em têrmos de relação de trocas, capacidade para importar, entrada de recursos estrangeiros, mercado comum latino-americano, área de livre comércio, que, muitas vêzes, o esfôrço interno de desenvolvimento tem sido completamente esquecido ou relegado a plano secundário. Assim acontece, por exemplo, com a afirmação seguinte, extraída de um trabalho do competente economista Roberto Campos: "Na realidade, a taxa de poupança não se acresceu com a inflação e, se houve um surto de investimento, êste está mais diretamente correlacionado com o ingresso de recursos externos, seja por aumento no ingresso de capitais, seja por liquidação de reservas no exterior" (3).

Dentre todos os fatôres que têm contribuído para o desenvolvimento econômico brasileiro, destaca-se o processo de industrialização. Êste e a rápida emergência de alguns setôres manufatureiros vêm causando impactos de crescimento, direto e indireto, no sistema econômico, em seu conjunto, favorecendo a modernização do País e se constituindo num poderoso instrumento de mudança estrutural, de múltiplas formas. Como já salientou Walt Whitman Rostow, "o crescimento de tais setôres, com suas novas funções produtivas

---

(3) Ver "Discurso do Ministro Roberto de Oliveira Campos", Revista de Ciências Econômicas, junho de 1957.

de alta produtividade, tende, por si mesmo, a aumentar a produção "per capita"; a colocar a renda em mãos mais produtivas; a pôr em marcha uma cadeia de procura efetiva de novos produtos manufaturados; a exigir um aumento das áreas urbanas, cujo custo de capital é elevado, mas cuja população e organização de mercado auxiliam a tornar a industrialização um processo sempre crescente; e a determinar, finalmente, a criação de novas economias externas, que contribuam para o aparecimento de novos setôres-chaves, quando o impulso inicial dos antigos entrar em declínio" (4).

O nosso desenvolvimento industrial vem se processando no sentido de reduzir a lista de produtos importados, diversificando ràpidamente a produção interna. Inicialmente, foram substituídas, pela produção interna, as importações de bens de consumo e de bens de consumo durável. A maior preocupação de nossa política de industrialização, depois de têrmos atingido uma relativa auto-suficiência na produção de bens de consumo, está, agora, sendo orientada no sentido de substituir, pela produção interna, as necessidades de importação de matérias-primas, combustíveis e bens de capital.

Nos setôres industriais em que já se processou a substituição das importações, a taxa de crescimento passa a depender da expansão do mercado interno e os aumentos de produção acima de certas variáveis, renda e população, resultam em excedentes invendáveis, caso não se consiga exportá-los. São setôres êsses que, pràticamente, atingiram sua "maturação". Estão nesse caso as indústrias de bens de consumo, cuja taxa de desenvolvimento tem sido, em média, bem inferior à taxa de desenvolvimento do produto industrial global. Foi assim que, enquanto, no período de 1955/59, a produção de bens de capital (veículos, máquinas e equipamentos, material elétrico pesado, indústria química pesada, principalmente no que se refere à refinação do petróleo, e à petroquímica, e, com taxa menor de expansão, a indústria siderúrgica, a metalúrgica dos não ferrosos, cimento, fabricação de celulose, etc.) se expandia em cêrca de 150%, a de bens de consumo aumentava sòmente de 20%.

Num futuro próximo, o ritmo de expansão da economia brasileira dependerá, principalmente, da aceleração do rit-

(4) Ver Walt Whitman Rostow, "The Take-off into Self-Sustained Growth", The Economic Journal, março de 1956, n.º 261, pág. 47.

mo de desenvolvimento das indústrias que, como a textil, já atingiram sua "maturação". É de esperar-se, entretanto, que, ainda nos próximos anos, prossiga o processo de substituição de importações de bens de capital, matérias-primas e combustíveis, pela sua produção interna. Nesse caso, teremos, ainda, um crescimento rápido das indústrias de bens de produção, em confronto com as de bens de consumo. A diferença de taxas de desenvolvimento, entre ambos os setôres, se nada impedir o processo de substituição das importações, já em marcha, tenderá, todavia, a ir diminuindo na medida em que as indústrias, atualmente mais dinâmicas, forem atingindo sua "maturação". Chegaremos, então, ao término do processo de substituição das importações, morosamente iniciado a partir de meados do século passado, ativado desde a década dos anos trinta dêste século e grandemente intensificado após esta última guerra.

Um novo processo, talvez dentro de mais alguns anos, deverá iniciar-se na economia brasileira: a "conquista" das enormes potencialidades de seu mercado interno. Nessa nova fase, haverá maiores possibilidades para que condições mais propícias de produtivdade e economias de escala possam, paulatinamente, aparecer. Poderão, também, ser exploradas, embora como fator meramente subsidiário, as possibilidades de exportação para alguns mercados estrangeiros de produtos não tradicionais na pauta exportadora, ainda que êste não seja um dos caminhos mais seguros, porque, igualmente, as demais nações em fase de desenvolvimento estão procurando expandir suas fôrças produtivas internas, através do processo de substituição de suas importações.

As chamadas correntes "darwinistas" do pensamento econômico nacional advogam, para a dinamização dos setôres nos quais foi conseguida a "maturação", o aumento da produtividade que aí seria obtido pela entrada de novas emprêsas, quer através da *liberação* das importações, quer pela absorção de capital estrangeiro, que contribuiriam para eliminar as emprêsas marginais do mercado, a fim de induzir à reorganização e reequipamento das emprêsas que permanecessem, para, enfim, baixar os custos e expandir a procura. São medidas, essas, que procuram influir, inegàvelmente, do lado da oferta.

Na verdade, o dinamismo das indústrias que atingiram sua "maturação" depende muito mais dos problemas da pro-

cura e da "conquista" do enorme mercado potencial brasileiro do que dos problemas da oferta, embora êstes tenham, sem dúvida, sua importância, mas são, antes de tudo, uma conseqüência e não a causa. A expansão da procura criará estímulos e oportunidades de progresso, bem como determinará o aparecimento de condições concorrenciais. Constituir-se-á, ainda, na principal influência energética, no sentido de pressionar os empresários para melhorarem a organização de suas emprêsas.

É por isso que a grande ênfase dada aos problemas do aumento da produtividade, pela maioria dos economistas patrícios, pela maioria de economistas inglêses ou norteamericanos e pelas entidades internacionais que estudaram os problemas de alguns setôres manufatureiros brasileiros, assume um caráter excêntrico. O aumento da produtividade se constitui num subproduto, se comparado às medidas para apressar o ritmo de mudança estrutural, quase que sistemàticamente relegadas ao limbo, nessas análises. A êsse respeito, numa pesquisa intitulada "Produtividade de Mão de Obra na Indústria Textil Algodoeira de Cinco Países Latino-americanos" (Brasil, Chile, Equador, México e Peru), realizada pelos técnicos da Comissão Econômica para a América Latina, são apresentadas as causas fundamentais do atraso da indústria textil latino-americana: falta de propagação do progresso técnico em matéria de equipamento e falta de propagação de progresso administrativo [5]. Teriam sido essas as causas do atraso dêsse importante setor industrial, ou tal situação existe como efeito de mudanças estruturais demasiadamente lentas, no sentido de ampliar o mercado interno e possibilitar melhorias tecnológicas em maior escala?

A manutenção ou o aumento do ritmo de nosso desenvolvimento econômico dependerá, portanto, num futuro próximo, da transformação em atual de nosso mercado interno potencial. Se tal não acontecer, a taxa de expansão da economia brasileira tenderá, provàvelmente, a declinar. Daí a necessidade das chamadas reformas de base (reforma agrária, reforma tributária, reforma bancária e introdução da legislação trabalhista no campo), que, felizmente, já estão preocupando amplos setôres do pensamento nacional. Estas, juntamente com um processo mais rápido de integração das

(5) Ver "Produtividad de la Mano de Obra en la Industria Textil Algodonera de Cinco Paises Latinoamericanos", Naciones Unidas, 1951.

regiões brasileiras entre si, possibilitarão, a longo prazo, uma ampliação mais intensa do mercado interno, para os bens de consumo e de produção.

A atual estrutura econômica brasileira está baseada, de fato, num mercado de pequena extensão, no qual, uma parte de seus habitantes apresenta hábitos dinâmicos de consumo, mas a outra, a maior, é constituída de indivíduos de hábitos sedentários, com pequeno poder de compra. O processo de industrialização não penetrou, ainda, de modo sensível, na atual estrutura social brasileira. As áreas modernizadas do País são pequenas, se comparadas àquelas em que predomina um comportamento econômico irracional. É por isso que que o mercado interno poderá tornar-se um fator obstrutivo, no sentido de diminuir a velocidade da industrialização, principalmente quando o atual processo de substituição de importações perder todo o seu comportamento. Êsse ritmo, se fôr diminuído, tenderá a refrear a transferência da mão-de-obra do setor primário para o secundário ou terciário, ou a aumentar o volume de desemprêgo disfarçado, nas cidades, determinando um processo histórico de mudança estrutural mais alongado no tempo.

No presente estágio de nosso desenvolvimento, problemas aparentemente de natureza conjuntural, como o "deficit" do balanço de pagamentos, a inflação, o "deficit" orçamentário e outros, não devem ser considerados autônomos. Se isto acontecesse, estaríamos colocando nosso alvo principal, que é o desenvolvimento, em plano inferior. A política meramente conjuntural parte da insidiosa hipótese, para os países subdesenvolvidos, dos *recursos existentes* num dado momento, e tem por objetivo manter o maior nível possível de renda nacional e o maior volume de emprêgo, omitindo a necessidade de desenvolver e, principalmente, transformar os recursos econômicos. Nos primórdios da ciência econômica, se alguma ênfase houve relativamente à transformação dos recursos (Adam Smith, por exemplo), ela havia desaparecido completamente, em fins do século XIX. Coube a Marshall selar-lhe a sorte. Êste economista exprimiu e manteve uma fé relativa no progresso gradual e lento. Acreditava, por isso, que *natura non facit saltum,* doutrina essa que afastava a essência do crescimento dinâmico, ou melhor, colocava em segundo plano a necessidade de desenvolver os recursos econômicos. A ênfase passou, então, dos problemas estruturais para os de natureza conjuntural. A análise marginalista dos clássicos, bem como

as teorias do equilíbrio geral e parcial, passaram a ter, na hipótese da distribuição ótima dos recursos disponíveis, a sua principal ferramenta de trabalho. A dinâmica da mudança estrutural era demasiadamente desordenada para poder ser incluída no seu metódico sistema. A teoria econômica passou a manter os fatôres não-econômicos (qualidade e eficiência) fora da análise. Como êles significavam, no entanto, o principal veículo no processo de transformação econômica, a sua omissão tornou a teoria econômica, por motivos lógicos, irreal e inaplivável aos países subdesenvolvidos.

Poder-se-ia, talvez, explicar a importância dada pela maioria dos economistas das nações desenvolvidas ao problema da melhor utilização dos recursos econômicos disponíveis, em detrimento do problema da sua transformação, à luz do desenvolvimento rápido da Inglaterra, da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos. Estas áreas econômicas já se estavam desenvolvendo, de modo intensivo, em fins do século passado, e suas dificuldades estruturais já haviam sido superadas. Consequentemente, à medida em que crescia o volume da produção, nesses países, as suas fontes passavam a preocupar menos os economistas do que sua utilização.

O que chama a atenção de modo especial, no País, dentro de uma perspectiva estrutural, é o crescimento de nossa população, consequência objetiva da elevação do nível de vida. A expansão demográfica vem, mesmo, constituindo, do ponto de vista da aceleração do crescimento do produto "per capita", uma onerosa sobrecarga ao nosso desenvolvimento econômico. Atualmente, enquanto as taxas de mortalidade começam a declinar, principalmente nas grandes cidades, a natalidade continua a apresentar-se dentro de padrões elevados.

Utilizando uma classificação de F. W. Notestein [6], que nos é útil para a análise dos atuais padrões de crescimento populacional brasileiro, podemos reconhecer três tipos de desenvolvimento demográfico: a) alto crescimento potencial (taxa de natalidade elevada e taxa de mortalidade também elevada, mas em declínio); b) período de transição (taxas de natalidade e mortalidade em declínio); e c) pequeno crescimento potencial (taxa de natalidade e mortalidade já baixas, porém, ainda em declínio).

---

(6) Ver F. W. Notestein, "The Population of the World in the year 2.000", Journal of the American Statistical Association, XLV, n.º 251, setembro de 1950.

Existem alguns países pobres, com alta densidade demográfica, que poderiam ser situados fora da classificação de Notestein, porque apresentam, ao lado de uma alta taxa de natalidade, uma alta de mortalidade. Em tais nações de vocação maltusiana, o crescimento populacional é muito pequeno, em virtude do áspero equilíbrio entre mortalidade e natalidade. Não se enquadra, também, na classificação de Notestein, o atual crescimento demográfico norte-americano, oriundo do aumento dos índices de natalidade, com seus consequentes reflexos na estrutura da população.

Grande número de países em vias de desenvolvimento, entre os quais o Brasil, acha-se em fase de alto crescimento potencial de população, fase essa que já foi comum às nações hoje desenvolvidas. Aí, o elemento importante é a extensão da defasagem existente entre o declínio anterior da mortalidade, por efeito do aumento da renda, e o declínio da natalidade, ou, em outros têrmos, o compasso de espera para que a natalidade comece a declinar depois de iniciado o processo do desenvolvimento. A extensão dêsse lapso de tempo depende do aparecimento de causas que, a seu turno, são função de fôrças geradas e sustentadas pelo crescimento da renda real "per capita". Assim, a taxa de natalidade, à medida em que a renda fôr aumentando, começa a diminuir depois de ter, anteriormente, havido um declínio na taxa de mortalidade. O desejo de prole mais numerosa vai se enfraquecendo, em virtude do chamado efeito-sobrevivência, da diminuição da importância dos indivíduos menores de idade como fonte adicional produtora de renda, quando a renda dos pais fôr aumentando, etc. Por sua vez, desde que os menores percam sua importância como agentes econômicos e principiem a aparecer alguns efeitos indiretos do desenvolvimento (urbanização, aumento de escolaridade), a estrutura e a organização sociais vão se modificando. Simultâneamente, as motivações por famílias mais numerosas logo vão diminunindo, também, por efeito do aparecimento de novas oportunidades de trabalho para as mulheres e pelo aumento da mobilidade econômica e geográfica. Em suma, quanto mais ràpidamente a taxa de crescimento da renda "per capita" influenciar o comêço da queda da natalidade e quanto maior a diminuição dessa taxa, menor será a taxa de crescimento da população e a extensão na qual o aumento demográfico absorve os ganhos potenciais da renda nacional.

Os dados estatísticos demonstram, por exemplo, que, no período 1947/58, enquanto a taxa de natalidade permaneceu

mais ou menos constante, a taxa de mortalidade demonstrou, nas grandes cidades brasileiras, sinais evidentes de decréscimo.

A população do Brasil, de cêrca de 27 milhões de habitantes, em 1920, passou para 41 milhões, em 1940; 52 milhões, em 1950, e cêrca de 70 milhões, em 1960. Nosso crescimento demográfico é, portanto, explosivo, e sua taxa, presentemente, uma das mais elevadas do mundo. Assim, no período de 1940/50, o crescimento geométrico da população foi de 2,4%, elevando-se para cêrca de 3%, nos últimos dez anos, o que significa, ano após ano, um crescente contingente populacional a ser nutrido, vestido e provido de todo o necessário.. A população ativa brasileira corresponde, por seu turno, a pouco mais de 1/3 da população total, isto é, cada indivíduo ocupado no processo produtivo deve prover, também, o sustento de cêrca de duas pessoas inativas. A explicação dessa baixa percentagem de elementos econômicamente ativos é dada pela alta taxa de crescimento demográfico, que se traduz numa elevada percentagem de população jovem, em idade improdutiva, em relação à população total, o que não ocorre nos países com estágio de desenvolvimento mais avançado. Uma pirâmide demográfica, com estrutura de idades do tipo "bottom heavy", resulta, pois, num grande número de dependentes e numa relativa deficiência do poder de trabalho dos adultos econômicamente ativos, e que, além disso, contribui para reduzir a diferenciação da fôrça de trabalho e sobrecarregar o consumo, já que uma proporção maior de menores significa, em têrmos atuais, uma porporção menor de elementos produtivos. Um país com tal estrutura populacional e elevadas taxas de natalidade e mortalidade requer, contudo, que sua economia oriente percela considerável dos seus recursos para nutrir crianças que, provàvelmente, morrerão sem atingir a idade produtiva, circunstância desfavorável, que não ocorre nos países com taxas de mortalidade em declínio, onde os novos contingentes demográficos passarão, no futuro, a elevar a percentagem da população econômicamente ativa. Êste último constitui o nosso presente estágio demográfico. Na atual fase, nossa economia necessita, pois, além de manter tão onerosa carga, obter recursos para a sua arrancada. A longo prazo, contudo, a passagem da economia brasileira para um período de transição, sob o aspeto demográfico, tenderá a aliviar seu pesado fardo populacional.

Como já observou Schumpeter [7], algumas vêzes, o aumento da população só apresenta, realmente, os efeitos previstos pela teoria clássica — a queda da renda real "per capita"; outras vêzes, entretanto, pode produzir um efeito energético, que induza novos desenvolvimentos, em consequência do que a renda "per capita" se eleva. No caso brasileiro, a explosão demográfica vem se constituindo num dos mais positivos elementos para aumentar a procura de artigos e serviços básicos, criando condições expansionistas em nosso sistema econômico.

O problema das reformas de base surgiu principalmente, para procurar resolver o dilema do desenvolvimento com inflação ou estabilização sem desenvolvimento. Ao contrário do que aconteceu em alguns países latino-americanos, a inflação tem-se constituído, em nosso País, num poderoso lubrificante para o desenvolvimento. A experiência latino-americana, neste campo, inclui, aliás, as mais diferentes combinações possíveis: inflação com rápido desenvolvimento, inflação com estagnação, estabilização com estagnação e estabilização com rápido desenvolvimento econômico. O Brasil vem sofrendo, neste após guerra, o impacto de uma forte inflação, porém, sua taxa de crescimento é bastante satisfatória.

As tentativas feitas no País, para estabilizar nossa economia dentro dos esquemas ortodoxos de política econômica, redundaram em sintomas francamente desfavoráveis para o nosso desenvolvimento e tiveram que ser abandonadas. É o que atualmente acontece, por exemplo, com a política de restrição de crédito, imposta pela Instrução n. 225 da SUMOC, que, se persistir por muito tempo, poderá conduzir a uma deflação de crédito muito severa em têrmos reais. Ao que parece, o crédito adicional, concedido pelo Sistema Bancário, em períodos sucessivos, na fase inflacionária dos últimos anos, tem oferecido às emprêsas margens de expansão cada vez menores, tendendo, paulatinamente, a tornar-se insuficiente até para a manutenção dos níveis existentes de atividade.

A persistência numa política de restrição de crédito, objetivando evitar a aceleração da taxa de inflação, poderá, no futuro, não só provocar queda da taxa de investimento em têrmos reais e desemprêgo crescente, por não poderem as em-

---

(7) Ver Joseph Schumpeter, "The Creative Response in Economic History", Journal of Economic History, 7, novembro de 1947, pág. 7.

prêsas manter o mesmo nível produtivo, mas, também, crescente espiral salário-preço. Nas crises creditícias passadas, as autoridades monetárias tiveram que recuar, adotando medidas para expandir o crédito. Em países onde uma política de restrição de crédito foi levada às últimas consequências, para combater a inflação, os seus efeitos foram perniciosos. Foi o que aconteceu, em parte, em anos recentes, na Argentina e no Chile. A experiência dêsses dois países parece indicar que a política de restrição de crédito, neles adotada pelas autoridades monetárias, causou uma queda da taxa de investimentos, diminuindo consideràvelmente o crescimento anual da produção, sem extinguir a espiral salário-preço. Na Argentina, o nível de emprêgo e de produção do setor industrial chegou mesmo a diminuir.

De outro lado, a inflação vem sendo contida dentro de certos limites e não se tornou, ainda, galopante. Ela vem seguindo um padrão bem diferente daquele que caracterizou as inflações de após-guerra, em alguns países latino-americanos, que redundaram em colapso econômico. Inclusive, é possível afirmar-se que o relativo êxito da política monetária brasileira foi o de ter mantido, até agora, a espiral inflacionária dentro de certos limites, embora, nos últimos anos, tenha aumentado de intensidade e provocado tensões sociais cada vez maiores. Essas tensões sociais têm sido, outrossim, aumentadas pelo próprio desenvolvimento, que gerou condições para que houvesse uma grande concentração da renda sob o ponto de vista geográfico e setorial. Por isso, o nosso desenvolvimento não tem sido nada equilibrado. Mas, como já observou Singer sôbre êsse problema, "as vantagens do desenvolvimento múltiplo ou equilibrado podem constituir agradável leitura para economistas; na realidade, porém, são novidades sombrias para os países subdesenvolvidos. Faltam, em geral, os recursos para o desenvolvimento simultâneo em muitas frentes de batalha" [8] A êsse respeito, como ponderou Hirschman, num livro estimulante [9] recentemente publicado, se um país estivesse em condições de aplicar a doutrina do desenvolvimento equilibrado, tendo condições para fazer progredir, simultâneamente, todos os setôres e regiões, então, preliminarmente não seria um país subdsenvolvido.

---

(8) Ver Hans Singer, Economic Progress in underdeveloped Countries", pág. 7.

(9) Ver Albert Hirschman, "A Estrategia do Desenvolvimento Econômico", Edição Fundo de Cultura, capítulo 3.

Do ponto de vista social, a inflação, pràticamente, já esgotou suas possibilidades de financiar o desenvolvimento econômico brasileiro. É principalmente por êsse motivo que, na impossibilidade de contê-la a curto prazo por intermédio de uma política de estabilização ortodoxa que ponha em risco o nosso desenvolvimento, novos esquemas de política econômica de natureza qualitativa começam a ser delineados, e já estão penetrando na arena política. — Tais esquemas, que são as chamadas reformas de base, visam, a longo prazo, a aumentar o ritmo da mudança estrutural e a diminuir as pressões inflacionárias.

A reforma agrária é o principal esquema para atenuar a longo prazo os desequilíbrios estruturais ora presentes em nossa fase de desenvolvimento. Em virtude do rápido processo de industrialização e urbanização, a procura por produtos agrícolas cresce nos centros urbanos de forma extraordinária, talvez a uma taxa igual a 10%, ao passo que a oferta tem sido insuficiente, por não responder ao estímulo do preço, o que tem gerado algumas crises do abastecimento, que atingem, de forma mais aguda, as classes de menor rendimento. A necessidade da reforma agrária decorre do elevado grau de concentração da propriedade rural no Brasil. Como salienta a exposição do Conselho Nacional de Economia, "são 12 milhões de lavradores mas dêsse total, apenas pouco mais de 2 milhões são proprietários" [10] É por isso que a reforma agrária terá de estabelecer condições para elevar a longo prazo o número dos que possuem a terra que usam e criar uma classe média na agricultura. De outro lado, em virtude de não funcionarem as leis do mercado com relação aos salários dos trabalhadores agrícolas, torna-se premente a introdução das leis trabalhistas no campo, cujos efeitos se farão sentir a longo prazo. Como é notório, o salário do trabalhador rural é fixado, por condições institucionais, no nível mínimo de subsistência, o que impede até mesmo a mecanização agrícola.

A reforma tributária tem como objetivo principal tornar, paulatinamente, a receita pública adequada ao nível da despesa. Para isso, a reforma tributária deveria atingir, principalmente, setôres de alta concentração de renda, que permanecem fora de tributação, como é o caso da agricultura,

---

(10) Ver "Exposição do Conselho Nacional de Economia", pág. 73, 1962.

que, depois da eliminação do chamado "confisco cambial", não está participando do ônus do desenvolvimento. E, do mesmo modo, gradativamente, procurar eliminar a enorme sonegação de impostos e atingir, mais pesadamente, as despesas suntuárias.

A reforma bancária deveria ter por escopo corrigir certos defeitos de nosso mecanismo de crédito, que refletem, ainda, a estrutura econômica brasileira do século XIX e princípios do século XX. Os principais bancos tradicionais do País ainda operam, de preferência, no campo do financiamento de transações comerciais de algumas mercadorias de exportação, como o café, o algodão e o cacau. Está claro que não há, a rigor, nenhum mal nisso. Atualmente, porém, a estrutura econômica brasileira alterou-se tão profundamente que a questão creditícia fundamental não mais se localiza no crédito para a comercialização de produtos primários de exportação. O crédito terá que se orientar de modo principal para o financiamento dos bens de capital, tanto para a Indústria como para a Agricultura, para o financiamento da venda dos bens de consumo durável e para o da produção manufatureira e agrícola de gêneros alimentícios.

Essas e outras reformas poderão, e deverão, ser levadas a efeito dentro das regras do jôgo da livre iniciativa e da liberdade. Sua finalidade é apressar o ritmo do nosso desenvolvimento. E, como acentuou, recentemente, o professor Galbraith, assessor do ilustre Presidente Kennedy, "o objetivo de um país em desenvolvimento pode ser resumido ràpidamente: colocar-se o mais depressa possível no século XX e dispor dos elementos de bem-estar individual e coletivo — alimentos, roupas, instrução, serviços sanitários, domicílio, diversão e automóvel — que representam, para todos os espíritos, do campo e da cidade, burgueses ou bolchevistas, a existência do século XX" [11]. E conclui: "Aqui e ali, há os que não se importam com isso. Mas, segundo minhas observações, o mais monástico cristão, o mais contemplativo budista e o mais devotado gandista, não se podem considerar completamente seguros contra os encantos da bicicleta, da motoneta ou do rádio transistor" [12].

---

(11) Ver J. K. Galbraith, "Desenvolvimento Econômico: Sistemas Rivais e suas Vantagens Comparadas", 1.º Cad. Jornal do Brasil, 24/6/62, pág. 26.
(12) J. K. Galbraith, idem.

INSTITUIÇÕES BÉLICAS DO BRASIL

(Conclusão)

RICARDO ROMÁN BLANCO

V

"SALTEOS" FEITOS EM NAVES

A segunda grande divisão de que nos dão conta os documentos é a de "Salteos feitos em Naves".

Já mostramos [60] em que consistiam tais "salteos", e quais as técnicas empregadas pelos salteadores para encher seus navios de índios ou mouros escravizados. Passaremos, agora, a referir outros documentos, que além de confirmar a existência da instituição, também revelam o mecanismo da mesma.

Os "salteos em naves" feitos tanto por mar, como pelos rios, foram os mais numerosos e importantes e também os mais pingues, dado o enorme número de escravos apresados.

Assinale-se que a maior parte dos "salteos" realizados no Brasil, assim como os levados a efeito nas Canárias, por iniciativa dos castelhanos, e mais os efetuados desde Andaluzia contra os mouros, foram, todos, sem exceção, praticados em naves. No Brasil, maior é o número dos "salteos" de "brancos contra índios", sendo quase totalmente desconhecidas as duas outras modalidades, ou sejam, os "salteos" de índios contra brancos" e os de "índios contra índios". A razão do fato reside no tipo de embarcação usada pelos índios: as fracas e leves canoas. Se assim acontecia no Brasil, diferentemente se dava em outros centros de salteadores — como os já enumerados — uma vez que os mouros possuiam barcos de alto bordo em igualdade de condições com os dos cristãos.

Para que o leitor conheça os "salteos" feitos do outro lado do Atlântico, por castelhanos e portuguêses, e, assim,

---

(60) Cf. *Convivium,* Novembro 1962, n.º 6, págs. 41-73.

não perca de vista a origem da instituição, daremos alguns exemplos. Para facilitar seu estudo, dividiremos a matéria em duas categorias. Ou seja, cuidaremos dos "salteos" feitos pelos mouros contra os cristãos, e dos "salteos" de cristãos contra os mouros. Para os demais itens, remetemos o leitor à nossa obra sôbre a instituição, que brevemente será publicada, e onde, em detalhe, todos êles serão abordados.

A) *CRISTÃOS CONTRA MOUROS*

É-nos particularmente grato revelar agora, pela primeira vez, no Brasil, um outro teatro de operações de cuja existência e relações íntimas com êste País nenhum historiador brasileiro cogitou, apesar de sua importância relevante para a História do país. Trata-se das ilhas Canárias.

A documentação canarina é numerosa, rica e importante para o conhecimento do Brasil colonial. Instituições bélicas e políticas de todo gênero e qualidade foram trazidas do aludido arquipélago para o Brasil, em sequência ininterrupta. Enumerar, ainda que sumàriamente, os canarinos que vieram para o Brasil, na época colonial, principalmente antes e durante a unidade Ibérica e domínio espanhol, é totalmente desnecessário, uma vez que êste assunto já foi abordado, entre outros, com a proficiência que lhe era peculiar, pelo grande mestre Taunay. Entretanto, nenhum dêles parece ter-se apercebido de um fato por demais evidente: o homem quando emigra, o faz com tôda a sua bagagem moral, política e *institucional.*

Por tê-lo esquecido, ninguém se preocupou em realizar pesquisas no riquíssimo acêrvo documental canarino, que professôres espanhóis tão ilustres como Rumeu de Armas, Serra Rafols e outros estão desvendando para o Brasil. Para comprovar essas afirmações, destacaremos alguns documentos dentre os numerosos existentes nos arquivos canarinos, nos quais se menciona a instituição tão em uso no Brasil e ora objeto de nossa atenção.

O primeiro dêles se refere a Don Hernando de Lugo, Governador das Canárias, que, a 27 de março de 1510, contratava Toribio de Baños, por documento assinado na cidade de La Laguna — bêrço do evangelizador do Brasil, o Venerável P. Anchieta — e o navio Trinidad, de propriedade dêle "que agora está surto, en el puerto de Santa Cruz, que es en esta isla de Tenerife, para llevar el dicho vuestro

navio a Bervería, *a saltear tierra de moros,* por meses, conviene a saber: mes entrado e mes salido, por precio de doze mil maravedís desta moneda, por el dicho vuestro navio, y por vos el dicho maestre y quatro marineros vuestros, y que yo, el dicho Don Hernando sea obligado a pagar un piloto..." [61].

Os portuguêses estabelecidos na África não concordavam em que os canarinos "salteassem", com seus navios, nas costas africanas, e, mais papistas que o próprio papa, "ni comian las berzas ni las dejaban comer a los castellanos". Porisso, não lhes escapava das mãos, qualquer navio canarino que poderiam prender. Tal fato provocou irada reclamação dos canarinos perante o Imperador castelhano Carlos V, na qual diziam "que los vecinos desa dicha isla e de las otras islas de la Grand Canaria, *muchas vezes van a saltear* y fazer guerra a los moros henemigos de nuestra Santa Fee Cathólica y a pescar en la costa de Bervería, e diz que yendo a fazer lo susodicho, estando nuestros súbditos en tierra, *los portugueses les toman los navios, e los prenden e llevan al reino de Portugal, e fazen justicia dellos y los destierran a las islas perdidas,* de que Nos somos deservidos, e los vezinos de las dichas islas reciben mucho daño..." [62].

Se no exemplo anterior mencionávamos o contrato de um navio, para saltear, assinalaremos agora, o contrato de "língua", feito, para o mesmo fim, também na Laguna, aos 8 de março de 1549, por Francisco Solórzano del Hoyo a favor de Luis Perdomo, que por sinal era analfabeto. Declara, "que yo, el dicho Luiz Perdomo, me obligo de yr com vos, el dicho Francisco Solórzano del Hoyo, *por lengua* a Bervería, este presente viage, que vais de resgate, y *de saltar en tierra de Berveria y de os servir de lengua con los dichos moros,* para que con ellos hagays vuestro resgate, ansy arriba como abaxo e donde quiera que los oviéredes de hazer, bien e fiel e diligentemente..." [63].

Em matéria de "salteo", porém, os castelhanos levam a palma, e, porisso, podem ser considerados os grandes mestres de todos quantos se lançaram a essa prática. Já demonstra-

(61) Archivo de Protocolos Notariales de Tenerife. Hernando Guerra, (Registro 15, fol. 125). Apud Rumeu de Armas: España en el Africa Atlántica, (II, 197).

(62) Ibid. (II, 254).

(63) Archivo de Protocolos Notariales de Tenerife, Luiz Méndes. (Registro 154, fols. 134-36). Ibid.

mos que a instituição bélica do "salteo", se encontra referida e legislada, nos códigos castelhanos, como o das Sete Partidas do Rei D. Afonso X, o Sábio, de Castela, de 1250, e também, em diplomas legais anteriores e posteriores, tais como o Fuero Juzgo, o Espéculo e outros mais. Entretanto, não remontaremos, em nosso estudo, a época tão longínquas. Muito mais próximo no tempo, possuímos um documento importantíssimo, escrito nos fins do século XV ou nos começos do século XVI (1506?), e que parece ter sido composto por solicitação de ou para o grande Cardeal da Espanha, o asceta franciscano, Dom Francisco Jimenez de Cisneros, quando êste preparava suas expedições marítimas contra os mouros norteafricanos.

O título dêste importantíssimo documento, ciosamente guardado, como precioso cimélio, pela Biblioteca da antiga Universidade de Alcalá de Henares, transferida e convertida hoje na Universidade Central de Madrid, é o de "Memoriales y nombres de Capitanes para la guerra de allende".

Seu autor é anônimo, e até agora não foi identificado, o mesmo acontecendo com a data, que só conjeturalmente podemos fixar em setembro de 1505.

A importância dêste manuscrito deriva do fato de ser totalmente dedicado à narração de *"las correrias y saltos* de nuestros levantiscos andaluzes, en el litoral africano, ignorados la mayor parte... por los historiadores..." (64).

A êste propósito, começa o manuscrito fazendo uma declaração, que já apontamos, acêrca da natureza bélica do "salteo": "porque aquella guerra (o salteo), — diz textualmente — no es de la calidad de la de acá..." (65).

Os Capitães, que comandassem os "salteos", deveriam ser todos especializados e naturais de Andaluzia. A tal ponto chegavam tais exigências que os Capitães do exército regular, integrados na expedição, precisariam ser "de tal condición, — diz o documento — que ame y reciba los buenos consejos, que le darán los hombres de guerra, que han de ir com él, porque destos hay hartos en el Andalucia, por haber acostumbrado, muchos años ha, *saltado en la tierra de Africa,* asi en la Berveria del Poniente, (Atlântico), como en la del Levante (Mediterrâneo)..." (66).

---

(64) *Jimenez de la Espada, M.*: La guerra del moro a fines del siglo XV. Boletín de la Real Academia de la Historia, Madrid, 1894, (pág. 172).

(65) Ibid. id. (174).

(66) Ibid. idem. (pág. 175). As palavras colocadas entre parêntesis são nossas.

Do pessoal que vinha a constituir o grosso da expedição também se requeriam qualidades especiais, devendo igualmente ser procedente de Andaluzia: "Otrossi, que la gente, que ha de ir em esta *armada,* es necesario que sea de Xerez de la Frontera y del Puerto de Santa Maria y de Caliz y de San Lucar e del ducado de Medina Cidonia y de Giblaltar y de Cartagena y de Lorca y de la costa de la mar, porque en estos dichos logares, lo tienen por uso ir a Africa y *saltear y correr la tierra* y barraxar aduares y aldeas, y *tomar navios de los moros en la mar...*" [67].

Nem a costa do "Levante", nem a de "Poniente" tinha segredos para êles [68]. "Los adalides (capitães) de la costa de Poniente son tambien muchos y conozco algunos por nombre, como los sobredichos: conosco a Juan de Piñar y a Bartolomé Verdugo, y a Juan de Sevilla, estos viven en Xerez y en el Puerto; *estos han salteado* y saben todos los ardiles desde Alarache hasta la Mar Pequeña..." [69]

A própria maneira de navegar apresentava características fora do comum, pois sendo a surpresa o principal distintivo do "salteo", os navios deveriam navegar sempre "engolfados en la mar, porque aquel es el propio navegar para tal guerra, por dos cosas: la una, porque no vean la flota desde la tierra dos moros y no se guarden; y lo otro, porque si toparen con el armada de los moros, es lugar dispuesto donde la pueden tomar; y así desta manera ha de procurar el capitán de hacer la guerra en Africa, como dicho es, que el armada de los moros no se ha de buscar, como se ha buscado hasta aquí, andándose de Giblaltar a Málaga, y de Málaga a Cartagena, andando en añagaças y en placeres y mariscando por las peñas de la costa, esperando que les viniesen a decir los guardas — *en tal parte han salteado* —; de manera que, cuando la flota lo sabía, que *habían salteado,* los moros estavan ya en Velez o en Orán..." [70]

Nestes "salteos", porém, os castelhanos e andaluzes não estavam sòzinhos. Acompanhavam-nos, também, seus vizi-

(67) Ibid. id.

(68) Ibid. id. Entendia-se por "costa de Levante" o trecho da costa norteafricana que vai desde Bugía até Tetuão e Ceuta, banhada tôda ela pelo mar Mediterrâneo. Por "costa de Poniente" entendia-se tôda a costa atlântica, desde Larache até o Mar Pequena.

(69) Ibid. id. (pág. 175).

(70) Ibid. id. (pág. 177).

nhos, os portuguêses, que em nada desmereciam de seus irmãos. O "Memorial", que estamos comentando nô-lo assegura nos seguintes têrmos: "En estas mismas islas (de Alhucemas), me hallé otra vez en *compañia de portugueses, saltamos en las mismas islas,* y se mataron y tomaron ciento cincuenta moros..." (71)

Eis aí, em detalhes, plenamente comprovada, a existência da instituição e as principais características da modalidade que estudamos.

B) *MOUROS CONTRA CRISTÃOS*

Mouros e renegados "salteadores" não eram menos virulentos em seus ataques, quer por água como por terra. Nave cristã, que se aventurasse mar adentro, ou povoado ou vila, plantados próximos à costa, constituiam prêsa quase certa, dos salteadores mouros, que não desmereciam, em nada, de seus congêneres cristãos. Possuiam tanta pertinácia, que chegaram a atingir povos inteiros. A mais completa insegurança reinava numa e noutra margem do Mediterrâneo.

Dentre os muitos "salteos" feitos pelos mouros, contra os povos peninsulares, mencionaremos ùnicamente, o narrado pelo "Memorial de la Guerra de allende", já citado, no seu último parágrafo: "Otrosí es cosa cierta, que si no se pone recabdo en Ogen (Ojén), un lugar que está cabe Marbella, *vernán por él los moros de aliende, como han venido por otros;* y yo me maravillo, como no ha venido, porque es cierto quel alguacil del dicho Ogén, y dejó y tiene, en el dicho Ogén su mujer e hijos y parientes, y *está solicitando de venir por ellos y por el lugar*".

"Este San Juán pasado, *cuando llevaron a Benahabiz los moros de aliende,* se pasó este alguacil de Ogen con los moros, aunque algunos dicen que lo llevaron por fuerza. Mas la verdad bien se entiende".

"De otros lugares diría, que se han de ir, sino los guardan, mas creo que Sus Altezas les es notorio; y este lugar dije, porque creí que no lo saben" (72).

A propósito do "salteo" contra o mencionado Benahabiz, cuja povoação foi tomada completamente pelos mouros salteadores, nos diz Jimenez de la Espada, que "la llevada de

---

(71) Ibid. id. (pág. 180).
(72) Ibid. id. (pág. 181).

Benahabiz, cuya fecha no me ha sido posible averiguar, es, indudablemente, una de aquellas de que el Rey Don Fernando hacía argumento, contra el Rey le Portugal, para quedarse con el Peñón de Vélez, cuando el año de 1508, escribía a su negociador y tesorero de su hija la Reina Doña María, Ochoa de Iságaga: "Yo nunca tuve fin de tomar cosa de su conquista, *salvo de trabajar de remediar y escusar el gran daño que desde Vélez, de contínuo hacían a los cristianos, y, señaladamente, en toda la costa del reino de Granada, que nunca hacían sino matar y llevar cristianos cautivos, y muchos lugares llevaron enteros,* de manera que a esta sola causa, en el tiempo que yo estuve ausente, en estos reinos, estuvo en mucho peligro de perderse el reino de Granada". (73)

VI

OS "SALTEOS" NOS TRATADOS, LEIS E REGIMENTOS

A importância da instituição bélica que nos ocupa é tão grande, que, nos próprios Tratados Internacionais, nas Leis e Regimentos emanados ou promulgados pelo poder real de ambas as côroas ibéricas, ela aparece não só consignada mas inclusive regulada, legislada e controlada.

A) *NOS TRATADOS INTERNACIONAIS*

Para não alongarmos demasiadamente nosso estudo, começaremos pelo próprio *Tratado de Tordesillas,* assinado, como todos sabem, pelos plenipotenciários castelhanos e portuguêses, nessa cidade valhisoletana, no dia 7 de junho de 1494. Uma de suas cláusulas refere-se expressamente à instituição que pesquisamos, quando estipula que "del Cabo Bojador para abajo, fasta el dicho Rio del Oro, y dende abajo... puedan (os castelhanos) *ir saltear a los moros* de la costa del dicho mar, donde suelen y fasta aquí, han ido algunos navios de los súbditos de Sus Altezas a lo fazer; e que en todos los otros mares, que están desta parte del dicho Cabo Bojador para arriba, puedan ir y venir, e vayan e vengan, libre e segura e pacificamente *a pescar e a saltear en*

(73) Biblioteca de la Real Academia de la Historia: Correspondência de Ochoa de Iságaga. Cf. também Galindo de Vera: Memoria Histórica de las posesiones hispano-africanas. Apêndice número 1.

tierra de moros, e fazer todos las cosas, que bien les estuviere, los súbditos e vassallos de los dichos señores Rey e Reina de Castilla, e de Aragón, etc. e así mismo los súbditos del Rey de Portugal, segund e como e de la manera, que hasta aquí lo fizieron los unos y los otros, sin embargo del vedamiento, que se dice que agora está puesto por ambas las dichas partes, en lo susodicho..." (74)

Um mes antes do referido Tratado ser assinado, quando o Rei de Portugal recebeu a minuta do mesmo para exame, quis introduzir-lhe modificações, sobretudo, na parte referente aos "salteos" dos castelhanos, acima transcrita. Os Reis Católicos, porém, não concordam. E assim lhe respondem clara, polida, mas terminantemente, por carta de 12 de maio do mesmo ano, com as seguintes palavras: "Cuanto a lo que dice, que sus Altezas manden que sus *súbditos e naturales no vayan a saltear a los mares del Cabo de Bujador, nin dende abajo,* así como no han de ir a pescar por el tiempo contenido en la capitulación: se responde que ya sabe el Señor Rey de Portugal cómo, al tiempo que acá vinieron sus embajadores, se platicó mucho en esto, y los respetos porque se asentó en la capitulación lo del pescar y los inconvenientes porque se dejó de hacer esto que se pide, y por esto les perece, que está bien lo capitulado". (75)

Anos depois, os Reis Católicos, em carta datada de Granada aos 30 de junho de 1501, lembram a Dom Alonso de Lugo, seu Capitão e Governador, em terras de Berveria, o estipulado em Tordesillas, informando-o de que *os castelhanos "puedan ir a saltear a los moros* de la costa de la dicha mar, por donde suelen e fasta aquí, han ido algunos navios de nuestros súbditos a lo fazer, segund que, mas largamente se contiene, en el dicho asiento..." (76)

Outro Tratado Internacional, não menos importante que o de *Tordesillas,* regula também, agora, porém de maneira definitiva o direito de os castelhanos "saltearem" em Berveria, partindo das ilhas Canárias. É o mundialmente conhecido *Tratado de Sintra,* uma de cujas cláusulas é dedicada totalmente à instituição, com as seguintes palavras: "...desde

---

(74) Arquivo Geral das Índias: Patronato Real, maço 170, n.º 5.

(75) Arquivo Geral de Simancas, hoje com paradeiro ignorado e apud Rumeu de Armas: Op. cit. (I, 205 e II, 24).

(76) Arquivo da Tôrre do Tombo, (Gav. 18, maço 2, n.º 6). Rumeu de Armas: Op. cit. (II, 102).

el Cabo de Boyador por la mar y costa de Berveria, hasta la parte de Levante, los súbditos y naturales de los dichos reinos y señoríos de Castilla, León y de Granada, etc. y de los reynos y señoríos de Portugal, etc., puedan yr y venir, y vayan y vengan, livre y segura y pacificamente, *a pescar y saltear y contractar en tierra de moros por la dicha costa* y surgir de la manera que fasta aquí lo podían y acostumbran fazer, pagando los sobredichos, en cada uno de los lugares y fortalezas y límites de ellas, que agora están fechas y se fizieren de aquí adelante, los derechos ordenados que estuvieren puestos, en los tales lugares..." [77]

Outros Tratados poderiam ser citados. Entendemos, no entanto, serem suficientes os transcritos para provar como a instituição do "salteo" era tão importante e conhecida que os próprios Tratados Internacionais dela se ocupavam.

B) *O "SALTEO" NAS LEIS E "CEDULAS REALES"*

Se a instituição era objeto de tratados internacionais, não há estranhar que a legislação interna de ambas as corôas ibéricas regulem também a matéria.

Dona Joana, Rainha de Espanha, decide atender às súplicas do procurador e vizinho da ilha de Grã Canária, Bartolomé de Varea, que lhe pedira levantasse a garantia dada pelo Governador castelhano Lope de Sosa aos mouros da costa africana. Outorga-lhe, para isso, uma "Cédula Real", datada da cidade de Toro, na atual província de Zamora, aos 26 de fevereiro de 1505.

Na referida garantia concedida aos mouros pelo Governador, se ordenava "que ninguno ose, *ni pueda entrar a saltear... a los moros,* en el dicho término, de Berveria, desde el Cabo de Aguer, fasta el Cabo de Buxedor, que están noventa leguas de costa, poco mas a menos..." [78]

O procurador alega "que sy se diese lugar, que desde la ysla de la Grand Canaria, *entrasen a saltear,* muchos moros y moras se tornaran christianos, e la ysla se poblaría mucho, y las rentas serían acreçentadas, aún el rescate de la Mar Pequeña sería mas e mejor, dando seguro a los dichos moros,

(77) Arquivo Geral de Simancas: Patronato Real, legajo 50, fol. 36.
(78) Arquivo Geral de Simancas: Registro del Sello.

que a la dicha Mar Pequeña, viniesen a contratar, dándoles cierto término e límite..." (79)

Para decidir a questão, a Rainha ordena ao Governador, que abra "ynformación sobre todo lo susodicho, e sy en se haver puesto la dicha carga como está puesta, los vesynos e moradores de la dicha ysla de Grand Canaria *entren a saltear,* se recreçen a mi servicio, e a mi súbditos e naturales, provecho..." (80)

As perguntas do interrogatório, a que deveriam responder as testemunhas *"sobre el saltear de la Bervería",* eram, entre outras, as seguintes:

"Yten, sy saben, etc. que ninguna, ni alguna persona osa *nin puede entrar a saltear* ni fazer guerra a los dichos moros, en el dicho término, por el defendimiento quel dicho Adelantado tyene puesto".

"Yten, sy saben, etc. que por el dicho defendimiento. Nuestro Señor ha seydo deservido e asy mismo Su Alteza ha seydo deservida, porque sy non se oviera defendido o se oviera dado logar, que desde esta ysla de la Grand Canaria, *oviera entrado a saltear,* muchos moros e moras se ovyeran tornado christianos e la dicha ysla se oviera poblado mucho, e las rentas reales, se ovieran acrescentado, e asy mismo el rescate de la Mar Pequeña avrya seydo e sería muy mejor tenyendo todavia su seguro, como le tiynem los dichos moros, que a la dicha Mar Pequeña vienem a contratar, dándoles cierto tiempo e límite, e en este artículo."

"Yten, sy saben, etc., que en dar logar, que desde esta dicha ysla de la Grand Canaria, *puedan entrar e entren a saltear a la dicha Bervería,* según dicho es, se recreçería e seguiría mucho serviçio a Su Altesa; e digan e declaren los testigos como e de que manera" (81).

A testemunha Pedro de Ervás, vizinho da mesma ilha, declara: "que sabe todo lo contenido en la dicha pregunta, como en ella se contyene; preguntado como lo sabe dixo: que porque sy el dicho defendimiento non se oviera avido, se ovieran tomado muchos moros e moras, e muchos se ovieran

---

(79) Arquivo Geral de Simancas: Registro del Sello.

(80) Ibid. id.

(81) Ibid. Cámara de Castilla. Pueblos. Costa de Bervería. Ap. Rumeu de Armas: Op. cit. (II, 136).

tornado christianos, de que Dyos Nuestro Señor fuera servido, e las rentas de Su Altesa acreçentadas, e porque sabe, que dando límite e término a la dicha Mar Pequeña, se darya cabsa e ocasión, que a ella vyniesen e se hiziesen grandes rescates, muy mejor e mas cresçido, que fasta agora se ha hecho; todo lo qual se harya e acrescentaría dando Su Altesa logar *para yr a saltear a la dicha Bervería*".

"A la quarta pregunta dixo: que la sabe como en ella se contyene, por lo que dicho tyene, e *porque sy se diese logar al dicho saltear,* esta ysla se poblaría, mucho e avrya mucho trato en ella, segund que se hazya quando e al tiempo, que *esta dicha ysla tenía logar de saltear en la dicha Bervería libremente.*" (82)

Fernando Bachicao, outra das testemunhas, tendo jurado na forma de costume respondeu: "A la terçera pregunta dixo: que sabe, que por el dicho defendimiento Dios Nuestro Señor, ha seydo deservido e asy mismo la Reyna, nuestra señora; e esto lo sabe, porque sy se *hovyera dado logar a saltear,* como de antes se hazia, muchos moros e moras se ovyeran tornado christianos..."

"A la sétyma pregunta dixo: que sy Su Altesa diese logar que se *pudiese saltear la Berveria,* muchos pobres e personas miserables e que poco tyenem, que biven a abytan en estas yslas... servyrian a Dios e a Su Altesa, en la dicha conquista...".

Cristoval Ramirez, outra testemunha, declara alto e bom som, "*que nom se saltea la dicha Berveria como se solía saltear*"... "porque sy se oviera dado logar *a saltear* se ovyeran tornado muchos christianos... porque en los tiempos pasados, *cuando se salteava la dicha Bervería* se pagaba el quinto a Su Altesa, e se avyan grandes provechos, e muchas personas fyvían e se mantenían *del dicho saltear...*"

Interessantíssima é a declaração do licenciado Fernando de Aguayo, que, perguntado, informou "que sy se diese logar a que *se saltease la dicha Bervería,* sería mucho provecho de la tierra e del Rey e Dios sería servido e todos procurarían de armar navios e gastar su tiempo e fasiendas en la dicha guerra", com o que fica bem de manifesto o carater de empresa particular que atribuimos à instituição.

(82) Ibid. id.

A renda obtida pelos "salteos" era fantástica: "El Governador Pedro de Vera ove em um año del medio quinto mas de trescientas mill maravedís", quantia enorme para a época.

Para provar, finalmente, a presença, nos "salteos", de elementos de tôdas as classes sociais, possuimos duas testemunhas, uma das quais era o "corregidor" e a outra o "regidor", na referida ilha Grã Canária. Êste último se encarrega de revelar que "sy se ovieran *salteado* e dado logar a ello, se ovieran traido a esta ysla muchas presas de moros e muchos dellos se ovieran tornado christianos... porque de la dicha Bervería se trayan grandes presas a esta ysla e se pagava el quinto dellas a Su Altesa; e esto que lo sabe, porque lo vyó muchas vezes..." (83)

Esta informação de caráter político foi apresentada por Bartolomé de Fontana aos Reis Católicos com uma carta que assinalava num de seus parágrafos: "por V.A. fué mandado al Governador de la Grand Canaria, que ovyese información para saber si sería mejor e mas servicio de V.A. que los vesinos de la Gran Canaria *salteasen a los moros* de Berbería, que no estuviesen en paz com ellos..." Resultado dessa informação foi a "Licencia", expedida a 2 de novembro de 1505 "por la qual doy licençia e facultad a todos los vesinos e moradores de todas las islas de Canaria e a todos los otros mis vasallos, súbditos e naturales de qualquier estado o condición que sean para que de aqui adelante, en quanto mi merced e voluntad fuere, *puedan saltear a los dichos moros de allende,* desde el Rio d'Oro arriba hazia la parte de Meça, en todas las partes que quisieren, con tanto que desde el dicho Rio d'Oro abaxo fasta la parte de Guinea, *non puedan saltear...*" (84)

C) *O "SALTEO" NOS REGIMENTOS E ALVARÁS*

Ao iniciar-se o Govêrno Geral do Brasil, em 1549, D. João III nomeou-lhe titular o ilustre fidalgo Tomé de Souza, conferindo-lhe, para tanto, um importante Regimento, datado de Almeirim aos 17 de dezembro de 1548.

---

(83) Archivo de Simancas: Cámara de Castilla. Puebos. Costa de Berveria, apud Rumeu de Armas, op. cit. (II, 135-146).

(84) Archivo de Simancas: Registro General de Sello. Libro Rojo de Gran Canaria. Las Palmas (fol. 101 — v 102). Armas: op. cit. (II, 134).

Um dos pontos capitais, nêle abordados, é o da liberdade dos índios. O assunto vem tratado nos seguintes têrmos, que bem definem a instituição escravizadora que nos ocupa: "Eu sou informado, — diz o Rei —, que nas ditas terras e povoações do Brasil, ha algumas pessoas que têm navios e caravelões, e andam neles de umas capitanias para outras e que, por todalas vias e maneiras que podem, salteiam e roubam os gentios que estão de paz, e enganosamente os metem nos ditos navios, e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes, e que por isso, os ditos gentios se alevantam e fazem guerra aos christãos, e que esta foi a principal causa dos danos que até agora são feitos; e porque cumpre muito, a serviço de Deus e meu, prover nisto de maneira que se evite, hei por bem que, daquí em diante, pessoa alguma, de qualquer qualidade e condição que seja, *não va saltear* nem fazer guerra *aos gentios, por terra, nem por mar* em seus navios, nem em outros alguns, sem vossa licença, ou do Capitão da Capitania de cuja jurisdição for, posto que os tais gentios estejam alevantados e de guerra..." (85)

Do mesmo modo que nos Regimentos, também, nas Leis, emanadas da corôa real portuguesa, aparece a instituição bélica do "salteo".

Dentre elas, destaca-se sobremaneira, a de 20 de março de 1570, promulgada pelo desventurado Rei Dom Sebastião, declarando pràticamente todos os índios forros: "Defendo e mando — diz o Rei — que d'aquí em diante se não use nas "ditas partes do Brasil, dos modos, que se até agora usou, em fazer captivos os ditos gentios, nem se possam captivar por modo nem maneira alguma, salvo aquelles que forem tomados, em guerra justa, que os portugueses fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu governador das ditas partes, *ou aquelles que costumam saltear os portuguezes, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamão Aymorés e outros semelhantes...*" (86)

Em 1572, resolveu a corôa dividir o Brasil em dois governos: para governador do Norte, foi escolhido Luís de Brito de Almeida; e para o governo do Sul, o desembargador Antônio Salena. Estando ambos na cidade de Salvador, juntamente com o ouvidor geral, Fernão da Silva e os Padres da

---

(85) Leite: Cartas, etc. (I, 6).
(86) Varnhagem: Op. cit. (I, 438).

Companhia de Jesus, chegaram todos ao acôrdo de 6 de janeiro de 1574, sôbre a liberdade dos índios, regulando-se mais uma vez a instituição do "salteo".

Um contemporâneo, como diz Varnhagen, resumiu o acôrdo, com a seguinte frase: "...depois que os Padres viram a sem razam, que com elles (os índios) se usava, e o pouco serviço de Deos que daquí se se seguia, proveram neste negocio e vedaram, como digo, *muitos saltos que faziam os mesmos portuguezes* por esta costa, os quaes carregavam muito suas consciências, com cativarem muitos índios, contra direito, e moverem-lhes guerras injustas..." (87)

O Alvará de 5 de março de 1561, referente à Capitania de João de Barros, também alude à situação criada pelos "salteos" proibindo-os terminantemente. Nele se fala dos esforços e gastos dispendidos pelo donatário para fazer vingar a civilização na aludida Capitania. Mas tudo resultou inútil "por os jintios della (os potiguares) estarem escandalizados asy dos moradores das outras capitanias, como de pessoas deste reino, que vão a dita capitania *fazer assaltos e roubos,* cativando os jintios da terra e fazendo-lhe outros insultos, de maneira que querendo seus filhos tomaar um porto, na dita sua capitania, pera se proverem do necesareo, por os ditos jintios estarem escandallizados, e de pouco *tempo atras sallteados de jente potuguesa,* lhe matarão uma lingoa com outro homem, e lhe feryrão outros e trabalhão pellos matarem a todos por se vingarem dos malles e danos, que tinhão recebido de navios com que no dito porto, *lhe tinham feito salltos...*" (88)

O Rei interveio no caso, expedindo o Alvará supramencionado a fim de proibir terminantemente tôda relação com os referidos índios: "Hey por bem, que daqui em diante, pessoa allgũa de qualquer callidade e condição que seja não vaa as ditas terras da capitania do dito João de Barros, *tratar, resguatar nem salltear* sob pena de quem o cantrairo fizer ĕncorrer nas penas conteudas nos fforaes das capitanias da dita costa do Brasil..." (89)

Essa mesma proibição já tinha sido feita em 1550, sem que, porém, houvesse surtido qualquer resultado.

---

(87) Porto Seguro, Op. cit. (I, 459, nota).
(88) Ibid. id. (I, 256-257).
(89) Ibid. id. (I, 257).

Como se vê, a instituição bélica do "salteo", no Brasil, é tão conhecida e importante que até Tratados Internacionais, tão conhecidos e de suma importância, como o de Tordesilhas ou de Cintra, se preocupam com êle, e regulam o seu exercício, sendo motivo, muitas vêzes, até de litígios entre as duas nações ibéricas: Portugal e Espanha.

Em ambas as Nações, a legislação interna referente ao "salteo" é tão numerosa que não existirá historiador brasileiro que não se tenha defrontado com ela. E isto sem considerar os documentos de carater particular, tais como cartas, relatórios e correspondência em geral, em que a instituição aparece frequentemente. Em que pese isto, não houve quem a identificasse.

Isso quer dizer, que vendo não viram, e lendo não entenderam, o que tinham diante dos olhos.

À vista de tal situação, ninguém poderá dizer que exageramos, quando afirmamos serem imprescindíveis, nos currículos universitários, as duas cadeiras de *Peleografia Diplomática* e de *Instituições Ibéricas*. O desconhecimento delas pelos historiadores e a falta das mesmas nos currículos são os responsáveis exclusivos de semelhante descalabro científico.

VII

OS JESUITAS E O "SALTEO"

Como sempre ocorreu em tôda a luta anti-escravagista, também o "salteo" — instituição escravizadora por excelência, tal como a "entrada" — contou com a indormida e ferrenha oposição dos jesuitas.

Nessa luta titânica, os inacianos recorreram aos mais variados meios, mas nem sempre foram bem sucedidos. Chegam mesmo a declarar, alto e bom som, que uma das causas principais do descrédito da religião, entre os índios, da dificuldade da conversão e da sua inimizade figadal para com os portuguêses era a prática dos "salteos" pelos brancos e não apenas a barbárie do próprio indígena... "esta gentilidad — diz o Padre Azpilcueta — *aún está dura por los escándalos y saltos que los christianos hizieron en estas tierras...*" (90)

(90) Leite: Cartas (I, 180).

E lamentando o fato, acrescenta o Irmão Pero Correia: "La otra causa porque la Iglesia tiene perdido mucho el crédito, y va perdiendo con la gentilidade, porque quando vinieron nuestros Padres de Portugal, se sonó por toda la costa, que ellos predicavam, y *que no ubiese mas saltos, ni salteadores y que los salteadores,* y todos los mas, que por engaño estavan puestos en cautiverio que todos fuesen puestos en libertad, y que el Rei así lo mandava. Holgava mucho por toda la costa, la gentilidad y hazíanse buenos, y adonde veían un Padre u Hermano desta Compañía queríanlo meter en el ánima, pues venían a hazer obra tan santa, como dellos se sonava, y todo lo que les dezían, lo creían. Agora ya dizen que no quieren creer en ellos, porque vienen muchos a recoger-se a esta nuestra iglesia y colegio, diziendo que los socorramos, que los tienen captivos contra derecho, *unos diziendo que fueron salteados,* otros diziendo que fueron engañados, y nosotros no los podemos hazer buenos, porque la justicia desta tierra es remissa: tanto que ia acontesció acogerse indios horros a esta casa de los *que fueron salteados* y entrar los señores con espadas desenbainadas dentro en casa, y maltratar los Hermanos de palabras, y despues de dezir y hazer lo que quisieron, irse para sus casas, sin por eso hazerles ningún mal..." (91)

Narra o Pe. Nóbrega que, ao procurarem os índios carijós para doutriná-los, os Padres castelhanos, da ordem de São Francisco, Bernardo de Armenta e Alfonso de Lebrón, tão bem se desincumbiram de sua missão, que até "casas de recogimiento para mugeres como monjas, y otra de hombres, como de frayles. Y esto duró mucho tiempo, hasta que el demonio llevó allá *una nao de salteadores y captivaron* muchos dellos. *Trabajamos por recoger los salteados,* y algunos los tenemos ya para los llevar a su tierra, con los quales yrá un Padre de los nuestros..." (92)

Ademais, animados de grande zêlo religioso, chegavam a negar a absolvição àqueles cristãos que, tendo escravos "salteados" injustamente (e o "salteo" sempre era injusto por não constituir guerra justa, estando, portanto, desautorizado no Brasil) não quisessem libertá-los. Como não podia deixar de ser, essa atitude causava sérios dissabores aos jesuitas: "Ayuntóse, tambien — diz o P. Nóbrega — en esta Capitania

(91) Ibid. (I, 436-7).
(92) Ibid. (I, 149).

haver muchos indios forçados, *otros salteados,* y porque nosotros los favorescemos, y predicamos contra ellos (contra los salteadores), y algunos se livertaron (dos índios), y no los absolvimos (aos portuguêses) si no los livertan, — commota est universa gens — contra nosotros..." [93]

Confirma-o, também, o P. Leonardo Nunes: "...era atribulado de los que tambien aquí tenían los negros Carijós christianos captivos *por los haver salteado* sin los querer dexar, teniéndolos injustamente... buscando yo muchos remedios para hechar este mal fuera de la tierra, lo qual es bien malo de desapegar, porque lo tienen muy arraigado, en sus coraçones, de los quales ale desordenada avaricia, y desseos insaciables de bienes temporales..." [94]

Nessa questão do "salteo", tudo eram problemas, chegando os próprios parentes a se "saltearem" uns aos outros.

Que fazer, em consciência, em semelhantes casos?

Eis aí uma pergunta à qual nem o próprio P. Nóbrega sabia responder. Assim o declara com a maior simplicidade: "Eu cuydei, que com a vinda do Bispo ficassemos quietos com a determinação dos *escravos salteados e que vendem os parentes* e agora estamos em maior confusão, e ainda esperamos a resposta do Doctor Navarro, durándo-nos as mesmas dúvidas..." [95]

Para lutar contra o "salteo" os jesuitas idearam vários expedientes. Um dêles foi negar a absolvição. Tratando-se, porém, de um recurso de ordem moral, não podia surtir efeito relativamente a degredados e criminosos empedernidos, encontráveis entre os primeiros colonizadores. Porisso, houve necessidade de recorrer a meios mais drásticos e eficazes, tais como incautação sumária de escravos e naves, a sua arribada ao destino, obrigando-os ou a libertar os índios ou a devolvê-los ao lugar de origem. Mas como conseguí-lo?

Medidas desta envergadura só alcançariam êxito com o concurso do poder civil. Êste foi solicitado a tomar providências, fazendo-o, porém, só em algumas ocasiões devido a circunstâncias todo especiais.

(93) Ibid. (I, 453).
(94) Ibid. (I, 210).
(95) Ibid. (I, 370).

Eis uma: o P. Antonio Perez era confessor do Governador D. Duarte da Costa e aconteceu "que viniendo un cavallero con dos vergantines y un varco, en que traya mucha suma de esclavos *salteados,* para vender en esta ciudad, y, sabiéndose como venían *salteados,* la cobdicia hazia que los comprasen, a lo qual acudió el Padre, diziendo que qualquiera que comprase sclavo de aquellos, que no se havía de salvar. Y queriéndose los hombres del navío confesar con el Padre, les respondió que no lo haría, si el Gobernador no le diese una sédula, firmada de su mano en que se obligase a poner todos los yndios que trayan *salteados,* en sus tierras, y con todo esto andar muy manifiesto por la tierra, se sufría, siendo cosa que el Rey mucho defiende. Y viendo el Padre que se vendían, hizo con el Gobernador que los mandase llevar a sus tierras, lo qual él hizo con grande repugnancia, y según parece, forçado de la verguença y escrúpulo que el Padre le puso por ser su confesor..." (96)

Medida semelhante também pôde levar avante o P. Nóbrega, servindo-se da sua condição de confessor do Governador Tomé de Souza. Mas êsse expediente era, òbviamente, aleatório. E só deu resultado positivo nestes dois e exclusivos casos, segundo nos consta. Deve-se isso ao fato de o poder civil temer os jesuitas; no entanto, com êles nem sempre colaborava.

Em relação a "salteadores" de consciência mais sensível, negar a absolvição era um remédio, que, às vêzes, dava o resultado esperado. Vários jesuitas assim o atestam: "Acerta-se também algumas vêzes — diz o P. Nóbrega — seremos causa de se forrarem os negros *salteados,* porque doutra maneira não absolvemos, no que lhes não falam os outros Padres: ajunta-se tudo para lançarem mão de murmurarem e principalmente os Carijós, que fizemos forrar por serem *salteados,* sendo christãos já na sua terra, e os pussemos no Espiritu Sancto, casados os machos com as fêmeas, em sua liberdade..." (97)

O P. Leonardo Nunes expressa-se em têrmos idênticos: "...en esta tierra entre otros males avía uno en los christianos muy arraygado y malo de arrancar por sus codicias y interesses, el qual era tener muchos indios injustamente captivos, porque los yvan a *saltear* a otras tierras, y *con*

(96) Ibid. (II, 241-2).
(97) Ibid. (I, 404).

mañas y engaños los cativavan. Y trabajando yo mucho sobre esto para los quitar de las manos de los christianos, pues que sin pecado, no los podían tener, algunos por descargo de sus conciencias los dexaron libres, y me los entregaron."

"Y ordenó el P. Nóbrega, que yo los llevase a su tierra, y así me embarqué con ellos... [98]

Para aumentar mais as dificuldades dos heróicos missionários, existiam os "clérigos desta tierra, que tienen mas officio de demonios, que de clérigos: porque allende de su mal exemplo y custumbres, quieren contrariar a la doctrina de Christo, y dizen publicamente a los hombres, que les es lícito estar en pecado con sus negras, pues son sus cativas, y que pueden tener los *salteados,* pues que son canes, y otras cosas semejantes, por excusar sus pecados y abominaciones..." [99]

Não será necessário dizer, que, afora os casos citados e mais algum outro, eventualmente ocorrido, "salteos" e "salteadores" continuaram impunes, pouco ou nada adiantando os sermões dos abnegados jesuitas. Era malhar em ferro frio, como diz o ditado. Ou, como mais literàriamente se exprime Frei Vicente do Salvador, em sua História do Brasil: "Quebravam os pregadores os púlpitos sôbre isto, mas era como si pregassem no deserto". [100]

VIII

CONCLUSÕES

De tudo quanto acima relatamos, deduz-se claramente a existência, no Brasil, de uma instituição bélico-escravizadora que, apesar de mencionada inúmeras vêzes nos documentos, permaneceu, até hoje, totalmente ignorada pelos historiadores.

Os *nomes* com que essa instituição aparece mencionada nos documentos são, entre outros, "salteo", "sallto", "saltear", "salteando" e derivados dêstes.

---

(98) Ibid. (I, 202).
(99) Ibid. (I, 270).
(100) Salvador, Fr. V. do: História do Brasil, (pág. 216).

Sua *orígem,* como a de outras instituições bélicas e escravizadoras do Brasil, é inteiramente ibérica. Nasceu na Península Ibérica e foi ideada pelos cristãos para prear escravos mouros. Cedo, porém, muito cedo, veio a ser aprendida por êstes, que a praticaram amplamente, servindo-se da mesma virulência e visando os mesmos objetivos de seus antagonistas. Daí passou para o Norte da África, depois para a costa Atlântica, em seguida para as ilhas castelhanas e portuguêsas do mar Tenebroso ou Oceano Atlântico e, afinal, foi introduzida no Brasil pelos conquistadores e colonizadores luso-castelhanos.

Provisòriamente, *definimos* o "salteo" como sendo uma instituição bélica, de carater particular que, sem formação tática determinada, caia de surprêsa sôbre suas vítimas, fôssem estas mouros, índios ou cristãos, ou, atraindo-os enganosamente, escravizava-os, preava e roubava.

As *modalidades* que a instituição apresenta são várias. O "salteo" podia ser feito tanto por terra como por mar ou rio; a pé, a cavalo ou em embarcações. Seus autores e suas vítimas, podiam ser brancos contra índios, índios contra brancos, ou mesmo índios contra índios. Tal ocorria sòmente no caso brasileiro.

Suas *finalidades* ou *objetivos* eram sempre de carater econômico: prear, escravizar pessoas, roubar gado ou bens que, leiloados, sempre produziam grandes lucros. Nunca objetivava a posse de territórios, a procura de minas ou a conquista da terra. Daí porque o "salteo" não pode ser classificado como "guerra regular".

Os *métodos* empregados na sua realização eram tão *sui generis* que escapam a qualquer classificação. Entretanto, a surprêsa, o número escasso de componentes, a falta de formação tática e a finalidade expressa de cativar índios, são suas *características* predominantes.

Do mesmo modo que a *entrada* e demais instituições escravizadoras, o "salteo" também teve por inimigos, em primeiro lugar, os jesuitas, estrênuos defensores da liberdade dos índios, seguindo-se-lhes os Papas, Reis, Governadores, Vice-Reis. Tôdas as autoridades inferiores, porém, eram coniventes, ao menos geralmente, com os próprios "salteadores", embora nos documentos de carater oficial — como as

Atas das Câmaras, os respectivos Registros e demais papéis — se nos afigurem, mas só na aparência, inimigas da instituição.

É esta, em grandes linhas, a instituição bélica do "salteo".

Tratando ùnicamente de identificá-la e de provar sua existência, nunca, porém, de esgotar o estudo de todos os seus aspetos, é óbvio que inúmeros documentos de todo tipo, inéditos na sua grande maioria, não foram sequer trazidos à baila. Tôda essa preciosa documentação será devidamente aproveitada na obra que sôbre a instituição brevemente publicaremos.

Antes de concluir, cremos de nosso dever responder a uma pergunta que surgirá, espontânea, na mente do leitor sério. Como é possível estarmos ainda em fase de descoberta de instituições bélicas tão importantes, depois de tantas Histórias do Brasil, como as que existem e nas quais se abordam até os seus aspetos mais amplos?

Não resta dúvida de que se trata de imperdoável lapso científico. A resposta, no entanto, é simples. O ensino e o estudo da História do Brasil se ressentem da falta de dois elementos imprescindíveis: a Paleografia e as Instituições Ibéricas. Sem o estudo aprofundado dessas duas matérias, é impossível pesquisar, estudar e entender a História do Brasil e a História da América. Leva-nos a essa afirmação mais que o zêlo de paleógrafo, a experiência do magistério e da pesquisa.

Sem a leitura direta dos documentos, a História do Brasil continuará no mesmo pé em que a deixaram os Capistranos e os Taunays. Da mesma forma, enquanto as Instituições Ibéricas continuarem desconhecidas, será impossível falar com seriedade sôbre a História do Brasil, pois aquelas são a preparação indispensável desta.

Ora, o que ocorre, entre nós, é exatamente o esquecimento destas duas importantes matérias. A conseqüência é óbvia: não há nem pode haver verdadeira História do Brasil. E então, instituições do Brasil, tão importantes como a estudada no presente artigo, e outras que, a seu tempo, divulgaremos, permanecem no olvido, além dos múltiplos erros que se cometem no estudo de fatos e instituições brasileiras.

É lamentável que isto aconteça e que, por falta de especialistas ou por falta de interêsse das autoridades universitárias, documentos de suma importância para a História do Brasil, não só continuem desconhecidos, como acabem, inclusive, se perdendo. É o patrimônio histórico do Brasil que está sendo ameaçado e acabará fatalmente destruído.

DOIS ASPETOS DA PALAVRA

VILÉM FLUSSER

AS línguas da humanidade podem ser classificadas, quanto à sua estrutura, em três tipos gerais: as línguas flexionais, as isolantes e as aglutinantes. O primeiro tipo, ao qual pertencem as nossas línguas indogermânicas, forma as suas frases com palavras. O segundo tipo, ao qual pertencem, por exemplo, as línguas chinêsas, constrói suas frases com sílabas inflexíveis. O terceiro tipo, ao qual pertence, por exemplo, o esquimó, liga suas frases com prefixos, sufixos, infixos e núcleos adesivos. Frases são pensamentos. Os pensamentos da chamada "humanidade ocidental" são frases de línguas flexionais. Consistem, portanto, de palavras, isto é: conceitos. O conceito é, para nós, ocidentais, o elemento do pensamento, porque a palavra é, para nós, o elemento da frase. Essa estrutura do nosso pensamento é fundamental, de modo que uma estrutura diferente é, para nós, impensável. Aceitamos essa estrutura sem crítica e ingênuamente. Não podendo pensar a não ser com conceitos, presumimos tàcitamente que nenhum outro tipo de pensamento é possível. A nossa tradição filosófica opera com essa premissa tácita, presumindo que todo pensamento é analisável, em tese, em conceitos, isto é: analisável lògicamente. Entretanto, essa premissa é falsa. Sòmente pensamentos de línguas flexionais são analisáveis lògicamente, porque são formados de frases analisáveis em palavras. "Lògica" e "gramática" das línguas flexionais são sinônimos. "Lógica" vem de "logos" = palavra. Ela é, portanto, a investigação da palavra. Pensamentos em línguas que não consistem em palavras não são analisáveis lògicamente, embora sejam analisáveis com base em critérios diferentes e inaplicáveis ao nosso tipo de pensamento.

Dada essa estrutura fundamental do nosso pensamento, é-nos vedada uma penetração autêntica de um tipo de pensamento diferente (por exemplo, de um pensamento chinês ou esquimó). Uma tentativa de penetração equivale a uma tentativa de tradução. Essa tentativa de tradução desvirtua, entretanto, o pensamento original, alterando-lhe a estrutura.

O nosso intelecto, informado como é pela estrutura das línguas flexionais, transforma tudo que considera em pensamentos lògicos, qual Midas que transforma tudo em que toca em ouro. A contemplação de pensamentos isolantes e aglutinantes por um intelecto flexional não favorece, portanto, a sua compreensão. Favorece, isto sim, a compreensão de seu próprio tipo de pensamento, já que o coloca numa perspectiva menos ingênua e mais adequada. Suponhamos, doravante, que as chamadas "categorias do conhecimento" da nossa tradição filosófica não sejam categorias da "razão pura" per se, mas tão sòmente categorias do pensamento do tipo flexional. Consideremos que influência esta retificação de perspectiva poderá ter sôbre uma teoria do conhecimento.

Tradicionalmente, o conhecimento é concebido como sendo "adaequatio intellectus ad rem" (adequação do intelecto à realidade). Um pensamento é conhecimento, êle é "verdadeiro", se e quando espelha a "realidade". Essa realidade é, para falarmos com Wittgenstein, o "Sachverhalt", isto é, a relação e o comportamento das coisas entre si. A estrutura do "Sachverhalt" é idêntica com a estrutura do pensamento "verdadeiro", que é um conhecimento. Entretanto, como dissemos, a estrutura do pensamento é, em nosso caso, a estrutura das línguas flexionais. Não podemos, ingênuamente, identificar essa estrutura com a estrutura da "realidade", já que há línguas de estruturas diferentes. Essas línguas de estruturas diferentes devem, forçosamente, conter pensamentos "verdadeiros", sob pena de serem um balbuciar não significativo. Em consequência, devemos abandonar o conceito tradicional do "conhecimento" e da "verdade".

Tomemos, como exemplo, o pensamento "verdadeiro", que é um conhecimento: "O rio corre para o mar". O pensamento compõe-se, se analisado lògicamente, de duas palavras substantivas: "rio" e "mar", e uma palavra verbal: "corre". (Para simplicar, não tomemos conhecimento das palavras "o" e "ao".) De acôrdo com o conceito clássico, êste pensamento é "verdadeiro" porque espêlha, em sua estrutura, um "Sachverhalt", o qual, por sua vez, constitui-se de duas substâncias: "rio" e "mar", e uma relação de comportamento entre elas: "corre". Com efeito: a realidade é concebida como sendo uma estrutura consistente em substâncias relacionadas entre si por determinados processos, estrutura essa espelhada pela estrutura do pensamento "verda-

deiro". Essa concepção envolve, entre outras, a seguinte dificuldade: as substâncias, espelhadas no pensamento pelos substantivos, "substanciam" o processo. São, com efeito, a "realidade imutável" parmenídica. O processo, espelhado no pensamento pelo verbo, "realiza" as substâncias. É, com efeito, a "realidade em fluxo" heraclitiana, e o "rio" em questão é o rio heraclitiano. Esta dificuldade não tem sido nunca autênticamente resolvida, mas tão sòmente recalcada, pela discussão filosófica. Ela é, entretanto, um problema puramente lingüístico, como o são muitas das dificuldades do conhecimento. Nada tem a ver com a "realidade". Os nossos pensamentos constituem-se de palavras que podem ser classificadas em substantivos e verbos. O chinês desconhece sustantivos e verbos, mas articula, não obstante, pensamentos "verdadeiros".

Êste argumento conduz à seguinte afirmativa: a "realidade em si" é inconcebível, impensável, inarticulável, como, aliás, Kant provou definitivamente. O nosso intelecto concebe "algo", e êste "algo" são conceitos, isto é, palavras de diversas funções dentro do pensamento, por exemplo, substantivos e verbos. Intelectos informados por uma estrutura diferente da nossa nada concebem, já que desconhecem conceitos (palavras), embora experimentem "algo", e êste "algo" é, por definição, inconcebível, portanto, não pode ser experimentado por intelectos do nosso tipo.

Consideremos, sob êste prisma, a atividade intelectual chamada "ciência." Ela é, com efeito, um método poderoso do intelecto flexional de afastar-se dos nomes próprios. Embora possa parecer uma disciplina de investigação da "realidade", e o possa parecer aos próprios intelectos empenhados nessa atividade, ela é, com efeito, uma disciplina lingüística. O primeiro passo da atividade científica é a "observação", isto é, o chamar por um nome próprio, por exemplo: "isto aqui". O último passo da atividade científica é a "aplicação", a "técnica", isto é, o proclamar de um nome próprio, por exemplo: "êste instrumento". Todo o resto da atividade científica, todo êste arco majestoso que a ciência constrói entre os dois nomes próprios, é uma manipulação de palavras do primeiro tipo, isto é, de símbolos que significam outros símbolos. Por exemplo: hipóteses, teorias, leis. Essa manipulação de palavras obedece à estrutura das línguas flexionais, é lógica. Consistindo, como consiste, em símbolos de segundo grau, é perfeitamente apreensível, compreensível e articulá-

vel. Os dois nomes próprios que lhe são fundamento e meta, são, entretanto, indiscutível. As perguntas do tipo: "o que conhece a ciência?" e "porque funciona a ciência?" carecem, portanto, de significado.

Os nomes próprios que a ciência proclama "observando" e "aplicando precisam ser aceitos pelo intelecto como dados brutos, sem discussão, num ato de fé muda numa realidade ulterior à língua. Entretanto, êsse ato de fé é dispensável quanto às palavras secundárias da ciência. A pretensa realidade de conceitos científicos como "átomo", "gens", "complexo de Édipo" ou "lei da oferta e da procura" é um mito. São palavras que significam outras palavras, e nada têm a ver com a "realidade". A ciência funciona como funciona, porque é uma cadeia de palavras que se afastam progressivamente dos nomes próprios. A matematização das ciências avançadas é uma demonstração dêsse progresso. A matemática é uma língua flexional que pretende eliminar os nomes próprios do seu léxico. É, portanto, o ideal da linguagem científica. Esta estrutura matemática da ciência nada tem a ver com a "realidade". É tão sòmente conseqüência do tipo de língua na qual pensamos. A famosa frase de Newton, "Deus é matemático", é fruto de uma ingenuidade lingüística.

As palavras que concebemos são símbolos. Apontam para fora, substituem "algo", significam "algo". A maioria das palavras significa outras palavras ou grupos de palavras. Por exemplo: a palavra "gravidade" significa o grupo de palavras "corpos se atraem", e a palavra "g." significa a palavra "gravidade". Há, entretanto, outros tipos de palavras, mais especialmente os "nomes próprios". Estas apontam para fora da língua, significam "algo" extralingüístico. Por exemplo: "João da Silva" ou "isto aqui". O significado do primeiro tipo de palavra pode ser apreendido, compreendido e articulado, isto é, pode ser discutido. O significado do segundo tipo de palavra, por ser extralingüístico, é, por definição, indiscutível. Êste segundo tipo de palavra é o dado bruto do intelecto, a ser aceito sem discussão. A discussão, que é a totalidade da atividade intelectual, é limitada, por definição, ao campo da língua. No caso de intelectos do nosso tipo, ela é limitada à manipulação de palavras.

O argumento, pela maneira como foi conduzido até aqui, tem por finalidade tornar um pouco mais plausível a tese defendida neste artigo, segundo a qual são as palavras responsáveis por todo conhecimento do qual são capazes intelectos

do nosso tipo. Essa tese não pode jamais esperar tornar-se inteiramente plausível. Ela contradiz o senso comum, o qual afirma a correspondência entre pensamento e "realidade", inabalável a qualquer argumento. A voz do senso comum não pode ser abalada vàlidamente. Ela representa uma fôrça extra-intelectual, inatingível pelo intelecto. Com efeito, ela é idêntica àquela fé muda no significado ulterior dos nomes próprios já mencionada. É dessa fé que brota o intelecto. O máximo que o presente argumento pode atingir é a eliminação dessa fé da discussão. A fé, que neste caso específico assume a forma do senso comum, é o fundamento indiscutível de tôda atividade intelectual, e precisa ser eliminada dessa atividade, se esta quiser ser rigorosamente articulada.

Desta maneira ficou vagamente delineado um aspeto da palavra, a saber, o seu aspeto epistemológico: a palavra como responsável por todo conhecimento do qual é capaz nosso intelecto. Há, entretanto, um segundo aspeto, ìntimamente ligado ao primeiro, o qual precisa ser iluminado, se êste argumento quiser apresentar validez. Êste segundo aspeto diz respeito à vivência que temos do mundo, dentro do qual estamos jogados. É o aspeto ontológico da palavra.

Antes de abordar êste aspeto, tentemos enquadrar a presente argumentação no conjunto da tradição filosófica. A imagem do intelecto como tear de pensamentos que utiliza palavras como fios, (imagem que esta argumentação provoca), parece localizar a argumentação no campo do racionalismo. Entretanto, a imagem é inadequada. O intelecto, em contraste com o tear, pode produzir seus próprios fios, pode criar palavras. A criação de palavras, a produção de conceitos, é uma atividade intelectual que se processa dentro de um clima de inspiração poética que o racionalismo é incapaz de captar. O racionalismo contempla o intelecto de um ângulo restrito e, consequentemente, tôda uma dimensão do intelecto, (a dimensão poética), fica excluída de seu campo de visão. A posição defendida no curso desta discussão não deve, portanto, ser confundida com a posição racionalista. Ela está, entretanto, em contradição com a posição empirista e sua afirmativa: "Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensibus" (nada está no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos). A posição empirista é insustentável à luz da presente argumentação. As palavras de segundo grau, os símbolos que significam outros símbolos, certamente nunca estiveram nos "sentidos", embora estejam no intelecto. Mas se,

num esfôrço por salvar o empirismo, quiséssemos reduzir o seu escôpo à afirmativa: "Os nomes próprios estiveram nos sentidos", verificaríamos que essa afirmativa é circular. A palavra "sentidos" é, neste contexto, um sinônimo de "inarticulado", embora ela se dê ares de ter um significado fisiológico, significado êste completamente alheio ao presente argumento. Despida de sua máscara pseudo-fisiológica, a afirmativa reduzida do empirismo afirma: "Os nomes próprios, antes de serem articulados, eram inarticulados". Não podendo ser considerada esta formulação como tentativa feliz, a posição empirista, mesmo restrita, deve ser abandonada. Hume, aliás, provou isto mesmo com uma argumentação diferente.

A posição agora assumida pode parecer-se com a do nominalismo radical, no sentido medieval. Entretanto, esta semelhança é enganadora. Sabemos que, històricamente, o nominalismo deu origem à posição empirista, embora isto possa parecer paradoxo. A explicação dêste desenvolvimento histórico está na atitude dos nominalistas em face do nome próprio. Enquanto que as palavras de segundo grau (os "universalia"), eram para êles meros "flatus vocis" (hálitos da voz, os nomes próprios eram considerados "realia" (realidades). Trata-se de uma distinção extra-intelectual, portanto, justamente de uma distinção daquele tipo que a presente argumentação se esforça por evitar. Embora o significado dos nomes próprios seja indiscutível, não se distinguem êles em nada, intelectualmente, das demais palavras. O intelecto opera, indistintamente, com qualquer tipo de palavra. A tentativa nominalista é uma tentativa de superar a língua lingüìsticamente e é, por isto, fadada ao malôgro. A posição assumida no curso desta discussão parte do nominalismo com o fito de superá-lo.

As palavras, sejam elas nomes próprios ou de segundo grau, são o material dentro do qual o intelecto está jogado e do qual o intelecto está composto. O intelecto, em sua projeção, nada encontra senão palavra, consistindo, êle próprio, em palavras. O intelecto manipula palavras com palavras. O intelecto existe ("ist da") em palavras e tudo que lhe é disponível ("vorhanden") são palavras. Para usarmos uma expressão de Russell, são as palavras o "neutral stuff" (material neutro) com o qual e dentro do qual o intelecto funciona. Porque neutro? Aquilo que chamamos "idéia" é o aspeto introspectivo da palavra, é a palavra tal qual ela é

experimentada dentro do intelecto. Aquilo que chamamos "matéria" é o aspeto extrospectivo da palavra, é a palavra tal qual é experimentada ao ser encontrada e apreendida pelo intelecto. A dicotomia "materialismo ou idealismo" é intelectualmente falsa. Não existe essa dicotomia. O idealismo ilumina o aspecto introspectivo ("daseiend") da palavra. O materialismo ilumina o aspeto extrospectivo ("vorhanden") da palavra. Ambos iluminam, de dois ângulos diferentes, o mesmo dado ontològicamente primordial: a palavra. E ambos, por estarem presos ao seu ponto de vista restrito, perdem a visão integral da palavra. Estão, cada um de seu modo, preconceituados contra a palavra, incapazes, portanto, de compreender que a palavra é o lugar geométrico sôbre o qual uma síntese dialética dos seus dois pontos de vista pode dar-se.

Localizada, desta maneira, a posição defendida no curso desta discussão, no conjunto da conversação filosófica, podemos passar a considerar o aspeto ontológico da palavra. Podemos considerar aquilo que é, para o nosso tipo de intelecto, a realidade. Desde logo podemos distinguir nela duas características: elas é limitada e se expande. Está limitada pelo número de palavras disponíveis, e expande-se na medida em que novas palavras surgem. A realidade pode ser comparada ao cosmos da cosmologia moderna, o qual explode expandindo-se em tôdas as direções, as quais são, tôdas elas, direções do nada. Cada intelecto individual, sendo o lugar em que palavras são apreendidas e compreendidas, é o centro da realidade. E cada intelecto individual, sendo o lugar em que surgem palavras novas, é o horizontal da realidade em avanço. Essa realidade é ordenada, ela é um cosmos. As palavras se agrupam ordenadamente em frases, de acôrdo com regras pré-estabelecidas. Entretanto, essas regras, embora pré-estabelecidas, não são imutáveis. Pelo contrário, desenvolvem-se, ora simplificando-se, ora ampliando-se. Essas regras, de acôrdo com as quais as palavras se ordenam em frases, variam de língua para língua. Em consequência, variam as regras, de acôrdo com as quais os conceitos se ordenam em pensamentos, de língua para língua, e portanto, varia a estrutura da realidade de língua para língua. As famosas e famigeradas "categorias da realidade", regras gramaticais que são fundamentais, variam de língua para língua. A limitação e a expansão da realidade têm, portanto, diversos horizontes. A realidade é limitada pelo número de palavras, pelas regras das diferentes línguas, e pelo número

de conjunto de regras (isto é, pelo número de línguas). A expansão da realidade se processa pela produção de novas palavras, de novas regras gramaticais, e pelo aparecimento de novas línguas. Um dos exemplos mais elucidativos deste último tipo de expansão é o enorme enriquecimento da realidade pelo aparecimento da matemática como língua nova, com suas regras e suas palavras. À possibilidade de tradução de língua para língua estabelece um elo, embora cheio de dificuldades teóricas e práticas, entre as diferentes realidades, autorizando-nos, embora precàriamente, a falar em "uma realidade". O mesmo elo, visto introspectivamente, é representado pela participação de um intelecto poliglota em realidades de diversas línguas. Essa tradução e essa participação são possíveis, porque a estrutura fundamental de tôdas as línguas do tipo flexional é a mesma: é lògica. A realidade, a qual somos e dentro da qual estamos jogados, é fundamentalmente lògica.

A realidade é um processo de que participamos. Conversando, participando da atividade lingüística, estamos mantendo e propagando a realidade. Criando novas palavras, (novos conceitos), ou ordenando palavras em novos conjuntos, criando novas frases (pensamentos), estamos expandindo a realidade, estamos "realizando". Nessa atividade estamos, introspectivamente, realizando-nos, e, extrospectivamente, realizando "o mundo". Estamos conquistando parcelas do nada ao território da realidade. Nessa atividade criadora de língua estamos, portanto, em situação de limite em face do nada. Podemos, pois, resumir o papel ontológico da palavra na afirmativa seguinte: cada palavra chama o nada e assim surge a realidade. Neste sentido podemos dizer que a palavra, símbolo do nada que é, significa nada e é, justamente por isto, realidade.

Terá notado o leitor que a palavra "realidade", tal qual está sendo utilizada no curso dêste trabalho, sofreu uma modificação de significado, sôbre a qual é preciso chamar a atenção. Na discussão do aspeto epistemológico da palavra, "realidade" significava "realidade em si", e na discussão do aspeto ontológico da palavra, "realidade" significava "realidade para o intelecto informado por línguas flexionais". Essa modificação de significado pode dar origem a malentendidos evitáveis se tivéssemos utilizado duas palavras diferentes. Entretanto, dada a convicção fundamental dêste argumento quanto à importância da palavra para a discussão, que é a realização do intelecto, a possível confusão dos dois significados de "reali-

dade" representava um risco a ser enfrentado. A palavra, em seu aspeto epistemológico, procura significar "a realidade em si", e neste sentido ela desaponta. A palavra, em seu aspeto ontológico, procura ser a "realidade para o intelecto", e neste sentido ela cumpre sua finalidade. Estando, entretanto, êstes dois aspetos ìntimamente ligados entre si, de modo que um é complemento do outro, o pensamento proposto nesta discussão pode ser pensado sòmente, se fôr utilizada a mesma palavra "realidade" em ambos os contextos. A possível confusão é consequência da dificuldade que reside na tentativa de utilizar a língua como instrumento de pesquisa da língua. Êste método de utilizar a língua contra si mesma é, entretanto, o único autêntico para especular. É o método da filosofia, queira ou não queira esta confessá-lo.

Porque a realidade dentro da qual o intelecto está jogado e que o intelecto é, essa "realidade para o intelecto", não é um processo tão sòmente expansivo. Ela é também um processo reflexivo. A realidade explode em direção do nada, criando novas palavras, novas regras, novas linguagens. Mas a realidade também se recolhe sôbre si mesma, e a filosofia é o resultado dessa retirada, dêsse retiro. O intelecto, que é o centro e o horizonte da realidade, é também o lugar sôbre o qual a realidade reflui, o intelecto "filosofa". A filosofia é o refluxo da realidade sôbre si mesma dentro de um intelecto individual, é a palavra que não mais procura significar, mas procura ser significada. Na filosofia a palavra não é mais sujeito, mas objeto da atividade. Ela não é mais ativa, mas passiva. Como, entretanto, o próprio intelecto que filosofa consiste em palavras, encontra a palavra em retirada, a palavra à procura de ser significada, a palavra como objeto, a palavra passiva, encontra essa palavra para recebê-la como nada, não mais que palavra. A filosofia é, portanto, uma atividade lingüística em duplo sentido. Ela é uma atividade lingüística como qualquer outra atividade intelectual, porque o material com o qual trabalha são palavras. E ela é, ainda, uma atividade lingüística, porque a finalidade do seu empenho são palavras. Isto distingue a filosofia de tôdas as demais atividades do intelecto. Na ciência, na arte, nos terrenos da "razão prática", o intelecto pretende ultrapassar a língua pela língua, procura expandir a realidade em busca de uma realidade ulterior, de acôrdo com a fé do senso comum no significado extra-lingüístico da língua. Na filosofia, o intelecto procura penetrar a língua pela língua, abrindo mão, precàriamente, do significado extra-lingüístico da língua. Esta qualidade reflexiva da filo-

sofia, que a distingue radicalmente de tôdas as demais atividades intelectuais de um lado, e dessa atividade extra-intelectual que é a fé religiosa do outro, não tem sido apreciada sempre devidamente pelos intelectos empenhados em filosofia. Entretanto, ela está se tornando sempre mais evidente, na medida em que a pesquisa reflexiva filosófica progride. As tradicionais querelas de competência, por exemplo, entre ciência e filosofia, ou entre religião e filosofia, são consequências da interpretação errada da filosofia pelos filósofos. Uma vez compreendida como disciplina que é da pesquisa da língua pela língua, a filosofia encontra o clima que lhe é apropriado, e que caracteriza todos os grandes intelectos filosóficos: o clima da distância, do "dégagement", da ironia em face da procura do "algo" extra-lingüístico, na qual as demais atividades intelectuais estão empenhadas.

O território da presente discussão é o território do intelecto. Nele reina, soberana, a palavra. A fé religiosa informa o intelecto, com mitos ou com parábolas, portanto, com palavras, sôbre a existência de outros territórios, com verdades, conhecimentos e realidades diferentes e, quiçá, superiores. Entretanto, êsses territórios são, por definição, inalcançáveis pelo intelecto. São indiscutíveis. O intelecto, quando se perscruta filosòficamente, e choca-se contra os muros da língua que lhe barram o acesso a essas paisagens do silêncio. Êsse próprio choque é prova de mais um horizonte da "realidade para o intelecto". O horizonte da fé silenciosa, da qual, possìvelmente, o intelecto surgiu para, possìvelmente, refluir novamente. A palavra, êste elemento do intelecto, é, provàvelmente, uma realização do inarticulado em direção do inarticulável, e a língua, como um todo, é o avanço do significado em direção do nunca significável. O "nada" do qual ela surge e para dentro do qual ela se expande, êsse "nada" que é nada para o intelecto, é talvez aquilo do qual tenta falar a fé ao intelecto através de seus mitos e suas parábolas. Parece, pelo menos, que assim devem ser interpretados os testemunhos daqueles intelectos que atravessaram o território do intelecto para emudecer. Entretanto, tôdas estas afirmativas, tentativas como são de articular o inarticulável, servem tão sòmente para demonstrar as limitações do intelecto, e nunca para superá-lo. Devem ser consideradas como escadas auxiliares, a serem abandonadas depois de alcançado o último degrau, como recomenda Wittgenstein num contexto um pouco diferente.

Os dois aspetos da palavra que êste argumento se esforçou por iluminar devem ser, portanto, na opinião de quem escreve estas linhas, dois temas básicos, senão os dois temas básicos, de tôda especulação filosófica consciente de si mesma. Efetivamente, a discussão filosófica atual se orienta em parte nessa direção. Os problemas aqui delineados estão sendo atacados pelo menos sob três pontos de vista: o existencial, o lógico formal e o daquela corrente de pensamento que estamos acostumados a chamar de "neo-kantianismo". O presente artigo é uma tentativa de contribuir, embora modestamente e com recursos muito limitados, para o progresso dessa discussão entre os pensadores brasileiros.

O PROBLEMA DO LIVRO TÉCNICO

Leônidas Hegenberg

ESTÁ na ordem do dia a formação de uma literatura "universitária" em nosso país. Em certos setores essa literatura se vem desenvolvendo em rítmo acelerado, a revelar progresso das camadas consumidoras. É o que sucede, p. ex., na sociologia e na política. Em outros setores, entretanto, embora não seja muito menor o mercado consumidor, o desenvolvimento é lento ainda. Ainda é risível, p. ex. o número de livros de matemática e de física aparecidos no Brasil. Dispomos já de uma literatura especializada, aparecida via de regra na forma de "cadernos" ou "notas" mimeografadas e temos também alguma coisa em nível elementar, introdutório, escrita por brasileiros ou traduzida. Mas falta aquilo que seria o desejável, isto é, a obra de referência para o estudante de faculdades, exatamente a obra que está acima do nível de acesso às escolas superiores e não chega ao nível de especialização, próprio dos profissionais.

Anos atrás os livros "universitários" eram mais ou menos inúteis. Inúteis neste sentido de que o estudante que ingressava em nossas escolas superiores, com raras exceções, dominava uma língua estrangeira e se servia de obras escritas nessa língua para acompanhar seus cursos. Livros em português eram dispensáveis e nenhuma editora se animaria a publicar obras destinadas a público tão reduzido. A democratização, digamos assim, do ensino, levou e está levando às faculdades um número crescente de jovens. Infelizmente o preparo básico da maioria desses jovens é deficiente e hoje, contràriamente ao que antes acontecia, são poucos os estudantes que dominam outro idioma além do pátrio. Em conseqüência disso, a literatura universitária em nossa língua se vem tornando necessária e às editoras já parece econômicamente vantajoso publicar livros em português. As tentativas são ainda modestas mas tem permitido o aparecimento de um número razoável de textos básicos, aqueles que hão de atender aos estudantes interessados em prestar concurso de ingresso nas escolas superiores e podem servi-los ainda, talvez, no início do curso universitário. De outra parte, a criação de centros de estudos e de pesquisas tem permitido o aparecimento de obras especializadas que revelam o preparo obtido por nossos profissionais, vários dos quais com estudos feitos em centros europeus ou americanos. O que falta, precisamente, é a obra de referência para o estudante de faculdade.

Diante disso, duas soluções seriam viáveis. Uma delas seria a de incluir nos currículos das escolas o estudo de uma língua estrangeira. Escolas da Europa e da América do Norte assim procedem e é comum exigir pelo menos três semestres de estudos de um idioma. Aqui no Brasil essa idéia foi adotada pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Os alunos desse Instituto fazem, quando ingressam na escola, um exame de inglês e, de acôrdo com os conhecimentos que já tragam

desse idioma, são obrigados a acompanhar curso de um, dois ou três semestres dessa matéria. Acabam em condições de ler e entender o inglês (e até mesmo de escrever relatórios técnicos nesse idioma). Recordando que a grande massa de livros de engenharia e assuntos relacionados está disponível em língua inglesa, dá-se, desse modo, aos estudantes a possibilidade de acompanhar as aulas com textos adequados. E se dá também a possibilidade ao estudante de seguir vários cursos que com alguma freqüência são lecionados por professores visitantes não familiarizados com o português e que expõem a matéria em inglês. No I.T.A., ainda, procurando atender àqueles jovens cujo preparo em inglês já é satisfatório, se tem buscado oferecer cursos (opcionais) de francês, alemão e russo. A solução, como é natural, tem sido combatida por alguns e apoiada por outros. Apoiam-na aqueles que julgam conveniente introduzir em cursos técnicos pelo menos uma cadeira de caráter "humanístico", digamos, e que gostariam de ver no engenheiro, antes de mais nada, um homem, um interessado por problemas que estejam fora de sua esfera de atividades. Combatem-na, em particular, aqueles que apreciariam poder dar aos estudantes maior número de conhecimentos técnicos e que encaram a intromissão de cadeiras não técnicas (com caráter obrigatório), como as de línguas, em currículos profissionais, com maus olhos. A pendência não aparece poder dirimir-se com facilidade diante das posições extremistas assumidas. Contudo, é possível que se chegue ao estágio de equilíbrio, recordando os estudos recentes feitos em grandes universidades do Exterior, colocando nos currículos de escolas técnicas uma cadeira humanística obrigatória ao lado das profissionais, permitindo certa flexibilidade de escolha. Entre as opções possíveis estariam, então, as línguas, acompanhadas por aqueles que o desejassem.

A outra solução seria a de estimular os professores a escrever as suas lições, estimular a tradução de obras de referência de boa qualidade, editar livros destinados aos estudantes universitários. Os cursos mimeografados (que já se vem tornando freqüentes em nosso meio) são o primeiro passo para a formação de uma bibliografia adequada. Para evitar o mau hábito de limitar a vida estudantil à apostila, é preciso prosseguir. Dando atenção a certas obras "clássicas" que deveriam ser traduzidas para o português o mais ràpidamente possível e criando um clima favorável para a produção de livros entre nós. Os estudantes de engenharia, no Congresso da Bahia, realizado no fim do ano passado, sugeriram a criação (caso ainda não existisse) de um órgão federal encarregado de dar a lume pelo menos um livro (presume-se: de engenharia) cada ano, destinado a atender ao crescente número de matriculados em nossas escolas técnicas. O desejo de alertar as autoridades para o problema do livro técnico é louvável. Estamos, de fato, em condições de construir uma biblioteca de ciências puras e aplicadas com livros brasileiros. Tem crescido o número de brasileiros com cursos de extensão no exterior; aumenta o número de professores estrangeiros que nos visitam e que aqui deixam um rastro de bons ensinamentos; consolida-se a consciência de nossa capacidade. A questão é coordenar êsses fatores favoráveis e fazê-los frutificar. Sob êsse prisma, não me parece que os estudantes de engenharia tenham proposto a solução melhor para a questão de dar livros técnicos ao público brasileiro. Não creio que se deva entregar a um órgão federal a incumbência de editar livros. A êsse órgão caberia, isso sim, a coordenação dos trabalhos. Acredito que cada centro, cada

núcleo de pesquisa, está em melhores condições de julgar de suas necessidades do que um órgão central, mais ou menos afastado das atividades locais e que, pròvàvelmente, teria a tendência de agir em função de uma espécie de denominador comum das necessidades regionais. O órgão federal poderia agir com grande proveito ao funcionar, pois, não como editor, mas como supervisor das atividades locais. Teòricamente o problema se equaciona e se resolve de modo simples. Cada localidade daria uma indicação a respeito de suas necessidades e de suas pretensões. Em particular, indicaria as obras que apreciaria ver traduzidas. O órgão central distribuiria, a seguir, a tarefa de tradução, evitando, assim, duplicidade de afazeres, passível de suceder caso a tradução já tivesse sido programada por alguma editora ou estivesse em andamento em um dado local. Trataria, ainda, caso a tradução estivesse em fase final, de tornar acessível a obra traduzida, a preço baixo, a quaisquer dos solicitantes que o tivessem procurado. Cada faculdade, cada centro de pesquisa, continuaria a sua atividade editorial, melhorando-a mediante, talvez, um auxílio financeiro da cúpula coordenadora. Estariam assim atendidas as necessidades próprias de cada escola. Ao órgão central caberia, a seguir, o exame das obras aparecidas e o financiamento de edições em larga escala daquelas que pudessem servir aos demais centros interessados. A cada núcleo de ensino e pesquisa caberá a tarefa de estimular a produção de impressos adequados, sejam livros, sejam folhetos, notas, periódicos. E sòmente na hipótese de não poder êsse núcleo favorecer a produção dessas obras, principalmente se aí estiver um especialista disposto a escrever suas lições, é que o órgão central interviria (num sentido positivo, é claro) para dar-lhe condições de trabalho profícuo.

Das duas soluções lembradas, a segunda tem a vantagem de ser menos discutível. Um equilíbrio entre ambas seria bastante animador, procurando-se não apenas estimular a formação de uma literatura técnica entre nós, como ainda preparar os estudantes de escolas superiores a dominar um idioma estrangeiro para que se familiarizassem com a produção de outros centros mundiais. Um bom professor de humanidades pode complementar a educação de um engenheiro, dando-lhe justamente noções que evitem tornar-se o jovem um apaixonado pela técnica e um ignorante da função que a técnica deve exercer numa sociedade. O assunto, naturalmente, é debatível e as vantagens e desvantagens de cadeiras de caráter não técnico em currículos de escolas técnicas podem anular-se de modo que se venha, afinal, a abolir a idéia de considerá-las como desejáveis. Tudo se pode fazer, entretanto, para realizar a idéia de constituir uma biblioteca brasileira de livros técnicos. Aqui, parece, as vozes são mais concordes. Que se tente portanto dar aos nossos jovens os livros de que necessitam. Parece que a ocasião é propícia para debater o problema. O exemplo que nos dá a sociologia deve ser seguido. Trate-se de organizar coleções de matemática, de física, de eletrônica, de tudo, enfim, que fôr necessário, cogite-se em estimular os professores a escrever suas lições, coordene-se o trabalho de traduções, sugira-se que o Ministério da Educação cuide de divulgar, a preços acessíveis, por todo o país, aquilo que se tem produzido e pense-se, enfim, em fazer um levantamento das necessidades bibliográficas regionais, incumbindo centros mais adiantados de fornecer às regiões menos favorecidas os textos reclamados. Estaremos, creio, desse modo, agindo patriòticamente, dando aos jovens a educação de que necessitam, contribuindo para que melhore o ensino universitário entre nós.

CHAMADA GERAL

ALCANTARA SILVEIRA

No Natal de 1948, tendo dirigido, pelas colunas de "Letras e Artes", suplemento literário de "A Manhã", do Rio de Janeiro, um apêlo às revistas de novos que se publicavam no Brasil, no sentido de me enviarem exemplares dessas publicações, recebi de Bagé (Rio Grande do Sul), um número de "Avião". Revista interessantíssima, feita parte a mão, parte dactilografada, com fotografias e notícias tiradas de outras publicações novas e velhas, "Avião" trazia em suas páginas, ligadas por barbante, poemas, músicas, desenho, ilustrações, tudo saido do cérebro de gente que ainda não completara a maioridade, conforme me informava um dos colaboradores. "Avião" foi a revista mais original feita no Brasil, não sòmente porque dela saiu apenas um único exemplar — o que lhe dá o caráter de raridade bibliográfica — mas porque refletia o estado de espírito de um grupo de rapazes gauchos insatisfeitos com a época em que viviam. Os rapazes mostravam-se enfadados e tristes. E se algumas vêzes davam risada, esta lhes saia frouxa, quando não amarga, velada por ceticismo e desesperança.

Se, por um lado, essa atitude entristecia, pois revelava desânimo e descrença que não convém aos jovens que, apesar de tudo, devem se conservar confiantes e esperançados, por outro, denotava ela um grau de inteligência e uma ânsia de conhecimentos que estavamos desacostumados a ver nos rapazes de então. Assim, enquanto os jovens daqui de São Paulo, do Rio, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Recife, onde abundam os centros universitários, as conferências, os museus, as livrarias, as bibliotécas — se dedicavam ao aprendizado do "jiu-jitsu" e à leitura do "Gibi" e das "Seleções", os rapazes de Bagé — a 528 quilômetros de Porto Alegre — num ambiente acanhado, longe dos contactos intelectuais, procuravam fazer algo no terreno do Espírito: um compunha música, outro fazia versos, um terceiro tentava a filmagem cinematográfica. Não se dedicavam a estas atividades por esporte ou para passar o tempo, mas como uma tentativa de libertação do meio acanhado em que eram obrigados a viver. Mas da turma de "Avião" — Ernesto Wayne, Glenio Bianchetti, Glauco Rodrigues, Paulo Bisol, Jacy Maraschini — difícil seria prever os que continuariam se dedicando à poesia, à música, ao desenho. Quando não existe espírito de sacrifício a vida prática obriga o indivíduo a tomar posição incômoda, pois muitas vêzes os versos brigam com a "caixa" e o "borrador", o desenho abstracionista tem que ceder lugar ao sorriso do anúncio de pasta dentrifícia, e Stravisnki, Bach ou Bertok precisam ser substituídos pelos Arys Barroso, pelos Heriveltos Martins, pelos Chubby Checker tocados por orquestras de baile ou de televisão...

Talvez por isso o grupo foi se dispersando; um veio para São Paulo, outro foi para o Rio de Janeiro e talvez tenha sido êste o ponto de partida de sua desagregação. Um grupo literário só se mantém quando seus membros estão em permanente contato. Não bastam as cartas, as trocas de livros e outras manifestações de amizade, pois não é sòmente esta que mantém ligados os fios que tramam a constituição de um grupo de intelectuais. Às vêzes ela é até contraproducente, pois existe o perigo do elogio mútuo, tão freqüente no braseiro, não por subserviência, mas pelo espírito de auto-defesa contra os ataques de outros literatos ou de políticos que não vêm com bons olhos qualquer reunião de intelectuais. Ou ainda de burgueses que não toleram rapazes que não se dedicam à corretagem de imóveis. Para manutenção do grupo intelectual melhor será a independência de seus membros, a discussão, o debate, a polêmica, a fim de que êle se mantenha sempre vivo e sem a necessidade de um chefe.

No caso dos rapazes de "Avião" avultava a necessidade dessa união, já que no interior tudo conspira contra as atividades dos intelectuais, desde a falta de intercâmbio com os centros culturais, até a campanha que lhes movem os moradores da cidade, por despeito ou por compaixão, pois que geralmente o intelectual, nos pequenos centros, é sempre mal visto: ou é fascista ou é comunista. De qualquer forma, um indivíduo "perigoso", sôbre o qual é sempre prudente exercer vigilância... Com a dispersão de alguns membros, ou melhor, de alguns tripulantes de "Avião", principiei a temer pela sorte do grupo, que nascera estouvado, brincalhão e piadista. Mas inteligente também. Não eram seus componentes rapazinhos-prodígios, porém moços que, diante da mediocridade do ambiente em que viviam, procuravam reagir contra êsse clima asfixiante também através da piada. Muitas vêzes a piada é desconversa ou tapa-buraco de falta de inteligência e supre a ausência de cultura, como o trocadilho serve de válvula de escape para criaturas dominadas por complexos. Mas a piada que havia em "Avião", era de outra espécie, atingia o humor. Os componentes do grupo não lembravam os Pardal Mallet, os Paula Ney, os Emilio de Menezes, comedores de empadas e trocadilhistas incorrigíveis, que deixaram muitos discípulos, principalmente entre os subintelectuais. Sua piada era amarga, nela se adivinhando o desespêro de uma geração que se julgava fálida: *"Somos a pobre geração suicída. A que não pode, nem aguenta mais".*

Infelizmente ninguém se interessou pelos rapazes de Bagé, embora Ernesto Wayne haja gritado por socorro:

"Poetas de outros tempos tende piedade de nós
Camões, Rimbaud, Felipe d'Oliveira,
Bilac mesmo: socorro."

A voz do poeta não conseguiu atingir Camões, nem Rimbaud, nem Felipe d'Oliveira. Nenhuma voz de vivo fêz-se ouvir em seu socorro e aquilo que eu tanto temia chegou-me um dia às mãos nesta carta de Ernesto Wayne:

"Prezado Alcântara Silveira

Êste ano não podemos te mandar a "Avião". É que envelhecemos tanto, nos decepcionamos tanto, nos liquidamos tanto e de tal ma-

neira que não podemos te mandar, neste Natal de tempo zero, senão um comovido abraço de agradecimento, despedida e desespêro.

Sabes perfeitamente que não temos consciência clara de que coisa estamos nos despedindo, entretanto sentes que estamos nos despedindo de algo mui grave e belo.

Nesta altura desistimos e capitulamos. Não prosseguiremos.

Engajar-nos-emos no pobrediabismo municipal. Inútil fincar pé. Não reivindicaremos nossa mocidade.

Alcantara, perdôa esta declaração idiotizante, desculpa-nos e concede-nos a caridade de, pela derradeira vez, nos levar a sério. Obrigado pelo crédito que uma vez nos concedeste.

Junto vai um poema, êle diz melhor do que tudo isto, do descalabro irremediável a que chegamos.

Pela turma,

a) Ernesto".

Os jovens de Bagé quebraram a pena com a mesma desorientação com que a empunharam; faltou-lhes um guia — chamasse êle Jackson de Figueiredo ou Mário de Andrade — que os conduzisse, para o bom combate ou para o estudo. Talvez um dêles os ajudasse a reagir contra o "pobrediabismo municipal" para o qual caminharam de cabeça baixa porque imaginavam o que os esperava: o empreguinho na Prefeitura ou no Ginásio, a conversa na farmácia, a esperança de acertar na loteria, a filharada, tudo isto envolvido numa môrna atmosfera de lassidão, tédio e desesperança que conduz ao embotoamento total, que faz nascer o desinterêsse pelos problemas culturais, que produz a submissão ao chefete político, o aprofundamento no charco da mediocridade.

Diante da iminência da capitulação, procurei dois ou três medalhões literários de S. Paulo para que — através de uma mensagem ou de qualquer outra atitude — transmitissem aos rapazes de "Avião" uma palavra de estímulo e de encorajamento. Os medalhões, porém, estavam, na ocasião, muito ocupados com a própria vaidade — flor que precisa constantemente ser adubada, tratada, protegida — e não dispunham de tempo para atender ao S.O.S. que vinha do Sul. Vi-me, então, obrigado a fazer o que estava ao meu alcance, dirigindo aos rapazes de "Avião" um apêlo pelas colunas de "O Estado de S. Paulo", que terminava por estas palavras:

"A circunstância de serem os jovens obrigados a se engajar no "pobrediabismo municipal" não deve significar demissão. Pelo contrário: é precisamente nêsse setor que os moços de Bagé devem agir, procurando transformar o "pobrediabismo municipal" numa arma útil e respeitada, já que é no município que reside a fôrça moral, econômica e cívica da Nação, pois é do município que poderá vir a reação contra os excessos das capitais, que se entregam com volúpia a tôdas extravagâncias, a tôdas seduções, a tôdas aventuras políticas, a todos amolecimentos de espinha e do cérebro. Quanto mais longínquo fôr o município, quanto menos progressista fôr o o seu povo, mais fàcilmente será ensinado a reagir contra a onda de malefícios a que aludi. E do município há de vir um dia a reação

contra a capital, há de vir a imposição do seu peso moral, econômico e cívico, se os moços souberem convencer os mais velhos da fôrça e do valor das comunas.

Não podem e nem devem os moços desistir e capitular. Pelo contrário: do que precisam é agir, reagir, pois que só existe o "pobrediabismo municipal" quando os jovens a êle se entregam, quando a êle se habituam. Sendo produto do comportamento humano, êsse mal pode perfeitamente desaparecer pela ação do homem, não do homem já comprometido, já esclerosado pollticamente, incapaz de abrir um livro, de meditar sôbre o destino do Espírito. Mais pela ação dos moços que ainda têm sangue quente, que ainda possuem ideal, cuja capacidade de estudo e de compreensão ainda não foi embotada. A êles cabe a tarefa de transformar o "pobrediabismo municipal" numa fôrça. É justamente pelos pequenos centros que a luta pela reforma dos nossos costumes políticos e pela revalorização da inteligência tem que começar. Não importa que os moços não colham os frutos dessa semente que hoje precisam lançar à terra: outros mais tarde saberão agradecer-lhes o esfôrço.

Acredito que os rapazes de Bagé tenham se decepcionado bastante, mas não creio na sua velhice, porque se isto aconteceu então o melhor é cruzar os braços e implorar a Deus. Não é possível que os moços de "Avião", nos quais eu vislumbrei algo de novo, de vivo, de palpitante, de arejamento intelectual, entreguem os pontos, mergulhando no desespêro. Por que não transformar êste desespêro num motivo de reação, num ponto de apôio para um grande salto? Quem tem a vida à sua frente não pode desesperar!"

Estas minhas palavras devem ter sido dispersadas pelo vento, pois nunca mais tive notícia dêsses rapazes inteligentes e insatisfeitos que se chamam Ernesto Wayne, Glenio Bianchetti, Glauco Rodrigues, Paulo Bisol e Jacy Maraschini. Que é feito de vocês, agora que se passaram 13 anos após o nosso encontro? Serão deputados? Serão estancieiros? Farão parte das "fôrças vivas da Nação"? Ou conseguiram salvar-se da mediocridade?

* *
*

Lembrei-me dêstes fatos e hoje os recordo ao entrar em contato — através de uma *Antologia dos Novissimos* (1) — publicada em S. Paulo em 1960 (segundo informação de uma sua colaboradora). Volto a encontrar nos "novíssimos" paulistas de dois anos atrás algumas das características que marcavam os rapazes de Bagé em 1948. Mas enquanto êstes lutaram contra uma situação social por êles simbolizada no "pobrediabismo municipal", os jovens de S. Paulo mostravam seu desentendimento com algo indefinível, que nem êles saibam precisar o que fôsse e cujas origens talvez pudessem ser encontradas em várias causas, como falta de religião, falta de orientação ou falta de um objetivo.

---

(1) Massao Ohno Editôra, s/d.

Os jovens paulistas de 1960 eram do contra, mas talvez não soubessem explicar a razão dessa atitude. Os versos de Alvaro Alves de Faria (um dos colaboradores da *Antologia*) —

"Vou andar sem rumo
Vou chorar sem pranto
Caminhar sem pés
E falar sem tema" —

bem poderiam servir de epígrafe ao volume cujos autores pareciam querer justificar a frase terrível de Ghelderode: "Nous sommes des égarés, des niais, des imbéciles, à qui l'ont ment et que l'ont méne" (2), mas não conseguiram, através de sua poesia, mostrar êsse estado de espírito.

Vez ou outra seus versos demonstram inqueitude e insatisfação, como êstes, escolhidos ao acaso, de Alberto Seixas Lins:

"Sei que a luz do abajur acesa é acesa
quero saber que a não-luz acesa não é apagada",

ou êstes, de Clovis Beznos:

"Sou um homem perdido
Na multidão dos ais
Na soma dos desiguais
E caminho sob o impacto dos prédios
Que eu tento esmagar".

Mas êles não nos convencem. Não sei, parece haver um pouco de atitude nesses versos, um desejo de escandalizar, como nestes de Decio Bar:

"Defequei minha'lma
e fiz-lhe acalanto de nulidade.
Faltaria que me matasse
mas restaria a dúvida."

Mais sincero deve ser êste terceto do mesmo autor que — como os versos de Alvaro Alves de Faria atrás citados — poderiam servir de tema à *Antologia*:

"Sei que não posso ficar
sei que não quero ir
sei que não consigo parar";

também autênticas estas palavras de Roberto Piva:

(2) Michel de Ghelderode, "Barabbas" in **Thêâtre**. 1938.

"Tábuas milenárias
Nos proibem
A languidez nas praias.
Gotejamos a vida
— burguêsmente —
Pelas fissuras
da Morte".

Também revelador de uma insatisfação é êste "Rondel algo espesso" de Sergio Cesar:

"Zumbindo no espaço
é a cigarra
é a flor
é a brisa
deixemos a tarde azul desmaiar
se fôr cigarra há de cessar
se flôr não terá sentido absolutamente nenhum.

se brisa
e brisa será
estaremos dentro dela
enormes e confusos".

Mas por ora (considerando o sentido dêste artigo, que não é de crítica) o que mais me impressionou na *Antologia dos Novíssimos* foram as pequenas linhas autobiográficas que antecedem os versos. Leiamos algumas delas. Decio Bar escreve: "Nasci. Juro que nasci. Dêste crime penitencio-me há quase 18 curtos anos, cuja principal característica é um nada total mas não absoluto." Já Edgard Gurgel do Amaral ("já passei dos vinte, mas ainda não cheguei aos vinte e cinco") confessa escrever por "revolta, insatisfação, incompreensão, vontade e pretensão de reformar o mundo". Eduardo Alves da Costa (25 anos) declara-se "assíduo frequentador do caos" e ter "uma vontade de fazer revolução". Seu verso preferido era "Proletários de todos os países, uni-vos". Talvez João Ricardo Penteado (nascido em 1939) tenha sido o único a colocar a questão em seus devidos têrmos: "Acredito que o problema maior de minha geração é o cansaço advindo do fato de depender de uma sociedade que nada mais tem a lhe dar. A rebelião que caminha em mim e nos outros não pode calar-se sob pena de ser vencida para sempre. Acredito que somos revolucionários porque somos descontentes", frases que lembram aquelas do *young angry man* Bill Hopkins (3) : "Eis exatamente a nossa situação. Em cada decênio, após o começo do século, aumentamos nossas ambições, enquanto nossas possibilidades diminuem. Parece atualmente que malgrado nossos esforços, nossa ciência e nossas esperanças, sem contar as vidas humanas destruidas aos milhões, não chegamos a nada. O gôsto sêco da futilidade permanece em nossa bôca."

Entre os bageenses de 1948 e os paulistas de 1960 vislumbro uma diferença essencial: talvez esteja errado, mas julgo descobrir nos

(3) Colin Wilson e outros, **Declaration**, MacMillan, 1957.

colaboradores de *Antologia* uma atitude literária que não havia nos rapazes de "Avião", ou melhor dizendo: parece-me que a angústia revelada por aquêles é menos sincera que a dêstes. E a isso sou levado por um pormenor que talvez pareça insignificante, mas que precisa ser considerado: a preferência por êles revelada pelos escritores nacionais e estrangeiros. Dize-me o que lês e dir-te-ei quem és... Nenhum dos colaboradores da *Antologia* sentiu-se atraido por Kierkegaard, por Camus, por Kafka, por Buzzati, por Cioran, por Becket, por Kasack, por Colin Wilson, enfim por nenhum dêsses escritores que fizeram da angústia e do absurdo o tema de suas obras. Pelo contrário: suas preferências vão para poetas nacionais (alguns de segunda categoria). Ora, não é possível que Eduardo Alves da Costa tivesse realmente vontade de fazer revolução lendo Rilke, Sá-Carneiro e Mário de Andrade; que Luis Regis Galvão alimentasse os pensamentos que dizia ter lendo Cassiano Ricardo, Paulo Bonfim e Rilke; que Roberto Piva — leitor de Guimarães Rosa, Jorge de Lima, Carlos Drummond e Vinicius de Moraes — pensasse verdadeiramente que o cristianismo deveria suicidar-se; que Ronald Zomignan Carvalho fôsse pela ascenção do proletariado ouvindo Noel Rosa e lendo "nas horas vagas, Nietzsche, Origines Lessa e Bolinha". Em matéria de piada e declaração de Zomignan só perde para a de Octavio Julio Junior. Êste rapaz, que em 1960 tinha 16 anos, afirmava: "Baudelaire e Schopenhauer foram meus primeiros mestres (...) Agora percorro com Nietzsche e Marx caminhos que conduzam a novos horizontes". Ou estamos diante de um menino-prodígio ou à frente de um grande mistificador.

Dir-me-ão que o desespêro ou a insatisfação do homem independem de leituras, pois a criatura é angustiada naturalmente e não porque Camus, Cioran, Kasack e outros lhe revelaram o absurdo do mundo. Concordo. Mas também hão de concordar comigo quando estranho que pessoas angustiadas ou que pregam a revolução leiam de preferência Paulo Bonfim e Lupe Cotrim Garaude, como acontece, por exemplo, com essa estranha Haydée Sorensen que — ao lado de Carlos Alberto Seixas Lins — é dos mais inteligentes colaboradores da *Antologia dos Novíssimos*.

* *
*

Faz dois anos que a *Antologia* foi publicada. Dois anos... período razoável para quem vive neste clima que não é nada "temperado de bons, delicados e salutíferos ares" como queria o Padre Fernão Cardim no seu *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. Dois anos são suficientes para transformar em bombeiro muitos jovens desejosos de atear fogo ao mundo, em próspero burguês algum moço idealista que se casou com herdeira rica. Por isso, pergunto: que será feito de tôdas essas criaturas que se diziam marcadas pelo desespêro, pela falta de religião, pela vontade de mudar a sociedade? Que é feito de Ronald Zomingnan Carvalho que se declara a favor da ascenção do proletariado? Que é feito de Luís Regis Galvão que se intitulava "agnóstico por índole e verista por princípio"? Que é feito de Roberto Piva, para quem o cristianismo devia suicidar-se?

Gostaria que um dos bageenses de "Avião" ou alguns dos paulistas da *Antologia dos Novíssimos* atendessem a esta convocação geral que ora faço, dando o depoimento de seu estado de espírito atual com relação aos dias passados. Qual o rumo tomado? Quais as causas que influiram para que muitos se salvassem, se encontrassem ou se perdessem? Que experiência lhes ficou do período em que se sentiam desorientados? São respostas a perguntas como estas que estão faltando, para que se possa chegar a uma conclusão sôbre a revolta dos moços. Êles puseram-nos a par apenas de seu desajustamento; como o *hipster* norte-americano e como o A. Y. M. inglês, o jovem intelectual brasileiro sòmente nos dá o depoimento das horas amargas. Ora, o que interessa é o depoimento das horas que vieram depois, que — para muitos — talvez tornaram-se ainda mais amargas.

Sob o ponto de vista puramente literário, que nos legaram os rapazes de *Avião* e da *Antologia?* Da famosa *lost generátion* ficou-nos a obra de Pound, de Hemingway, de Gertrude Stein e outros; da *beat generation* temos pelo menos Jack Kerouac e Allen Ginsberg; os *young angry men* chateiam-nos com as obras de Colin Wilson, de Kingsley, de Stuart Holroyd e de outros. Mas, da *Antologia*, quais os que prosseguem fiéis à literatura? Que eu saiba apenas Eunice Arruda continua fazendo poesia. O Carlos Felipe Moisés de hoje é um crítico sério, (apesar de sua obscuridade), completamente diferente do contista e do poeta da *Antologia*. Quanto aos demais, de nada sei. Que é feito de todos êles? Aí fica a pergunta.

O TEATRO DE UMA CIDADE

Paulo Villaça

NA França de após-guerra, a geografia teatral não diferia muito da nossa nos dias de hoje. Paris, como São Paulo e Rio, concentrava em suas mãos pràticamente tôda a atividade profissional. Às províncias concedia-se o privilégio da apresentação de um grupo ou outro nos mêses de verão. Entre nós esta prática também fêz escola, porém muito mais precàriamente, em virtude de obstáculos mais sérios, decorrentes de nossa extensão territorial e das dificuldades de comunicação e transporte, ainda hoje pesando negativamente no processo de nosso desenvolvimento cultural.

O esfôrço de descentralizacão teatral que se empreendeu na França logo depois da Libertação, assinalou porém sua etapa mais importante sòmente depois de uma década com a criação do Théâtre de la Cité, em 1957, por iniciativa da municipalidade de Villeurbanne, nas proximidades de Lyon. O novo teatro foi confiado a Roger Planchon e seu grupo, que veio a ser a primeira companhia profissional a instalar-se em caráter permanente na província. Até então, o grupo lutara pela sobrevivência, durante três anos, no Théâtre de la Comédie de Lyon, pequeno sub-solo transformado em sala de espetáculos, situado num beco e com capacidade para cem pessoas. Enfrentava os mesmos problemas que os nossos teatros enfrentam: falta de dinheiro, pouco público, recursos técnicos primários. Sua tenacidade e o bom nível de seus espetáculos foram a credencial que lhe valeu o convite da municipalidade de Villeurbanne.

Fazer, porém, de Villeurbanne uma cidade-testemunho da descentralização dramática não significava tão sòmente montar num grande teatro peças populares, mas sobretudo tornar popular êsse teatro, fazer dêle um instrumento de cultura de tôda uma comunidade.

A equipe de Planchon via-se agora diante de uma realidade completamente nova, a reclamar uma profunda compreensão, a fim de que pudessem ser atendidas as suas mais autênticas solicitações. Tal imperativo exigia do grupo uma séria investigação de seu futuro público, em função do qual seriam assumidas atitudes e comportamentos específicos. Era preciso aprender tudo: como colocar os novos problemas, como responder a êles em novos têrmos. Antes, portanto, da concretização de seus projetos como encenador, Planchon procurou objetivamente lançar as raízes de seus futuros espetáculos, junto de um público em potencial, em sua grande maioria constituido por operários.

Seis mêses antes da primeira apresentação, lançou-se a equipe numa árdua pesquisa da opinião pública local, a quem caberia dar o tom de seus espetáculos. A elaboração desta pesquisa não obedeceu

a formulações apressadas e nem padeceu da descontinuidade tão frequente nas tentativas que nesse sentido já se fizeram entre nós. Nossos projetos são faraônicos e na maioria das vêzes frutos de mera improvisação. Ou se arrefecem diante do insucesso, ou se instalam sôbre as glórias do êxito. Vitórias esporádicas não se prestam para avaliar o alcance da atividade dramática de um grupo, muito menos de um país. Os fracassos financeiros dos chamados espetáculos de alto nível, e cujas causas muito frequentemente se vinculam ao carater improvisado de que também se revestem, cedem ingênuamente ao pretenso sucesso dos execráveis "textos comerciais", espécie de remédio para os males que atingem os bolsos dos responsáveis pelo nosso profissionalismo. Não basta que se tenha apôio do govêrno para que se faça bom teatro. Essa perspectiva tem sido encarada entre nós de maneira muito repousante. Paralelamente a essa imprescindível colaboração dos governos, é preciso que tanto atores como diretores não se deixem tentar pelas soluções mais fáceis e apressadas.

A equipe de Planchon percebeu logo que não bastava únicamente "improvisar" um repertório em que cada um dos espectadores pudesse sentir-se interessado, em que as inquietações e as preocupações de cada um aí se vissem refletidas. Em pé de igualdade com a estética teatral, deveriam ser considerados no mesmo grau de importância o preço dos ingressos, os meios de divulgação, a solução do problema de transporte, permitindo o acesso do maior número possível de pessoas ao teatro.

Tais preocupações foram substantivas para o Théâtre de la Cité, pois que, respondendo a uma profunda necessidade cultural, se considerava desde o primeiro momento um serviço público, um instrumento posto à disposição de todos, a fim de que cada um pudesse usufruir das vantagens e prazeres proporcionados pelo teatro.

Sentindo vivamente o alcance dessa iniciativa, o Centro de Informação Cultural Lyon-Villeurbanne, cuja maior preocupação era propugnar pela penetração cultural nos meios profissionais, decidiu pôr sua ação a serviço do Théâtre de la Cité. Durante seis mêses, empenhou-se num intenso trabalho de contato popular, que redundaria não só na promoção do teatro, como na justa compreensão das possibilidades, interêsses e preferências do público. Para isso realizaram-se vinte e oito exposições mostrando — "Como se realiza um espetáculo" e "Quem são o senhor Molière, o senhor Shakespeare e o senhor Brecht", que percorreram as fábricas da região; distribuiram-se oitenta mil questionários, onde, em linhas gerais, se encontravam formuladas questões abrangendo a totalidade dos aspetos em que se repartiam os eventuais interêsses do público, conjugados aos objetivos do grupo; difundiram-se oitenta e cinco mil folhetos e vinte mil prospectos; promoveram-se quinze debates públicos e treze conferências, estabelecendo assim um positivo diálogo que deixou patente até que ponto o público interessado compreendera o sentido da nova experiência. Os resultados foram encorajadores. Conquistaram a adesão de setenta e cinco empresas estabelecidas na região e um público participante de vinte mil pessoas.

O grupo, após examinar o gôsto dos futuros espectadores e remover, agindo dentro de suas possibilidades, os possíveis entraves

revelados pela pesquisa anteriormente feita, lançou-se com "Henrique IV", de Shakespeare, a que se seguiram "Falstaff", "La Seconde Surprise de l'Amour", de Marivaux, "Les Trois Mousquetaires", de Dumas, "Les Âmes Mortes", de Gogol, etc.

Nossa primeira reação diante do êxito indicutível dessa experiência nova com um público em condições particulares traduzir-se-á em têrmos de "explicação dêsse quase milagre". Para nós, ainda tão desabituados ao repertório clássico, a montagem de tais peças, falsamente concebidas como inacessíveis às camadas populares, não deixa de causar surpresa, quanto mais se tivermos em perspectiva que a encenação de Planchon a elas se destinou, e que seu sucesso a elas se deveu. A explicação repousa na preocupação do encenador de revelar a identidade das intenções dos textos do passado com as dos de nosso tempo, despojando-os daquelas vestimentas tradicionais peculiares, ao chamado teatro-museu, como o qualifica Roger Vailland, e enriquecendo-o com sua extraordinária capacidade inventiva, associada aos múltiplos recursos oferecidos pela cenografia e cenotécnica modernas. Nem se escondeu nem se esconde Planchon atrás dos textos. Todos os que até agora se propôs encenar, na sua maioria clássicos, denunciam sua vigorosa presença, o que entretanto não significa desrespeito a êles. Não. Seu teatro é liberto de peias, de regras desusadas, não obedece a nenhuma convenção pré-estabelecida. Ao contrário, criou suas próprias condições na medida de suas necessidades. Planchon não receou criar a estrutura de seu teatro em meio a uma experiência desbravadora. Eis porque se tornou um vivo exemplo de expressão da atualidade.

Esboça-se entre nós tentativa congênere. Para que ela se torne uma realidade dinâmica, têm seus promotores concentrado esforços que certamente frutificarão. Encarando realìsticamente nosso público, decidiram conduzir sua atuação junto aos estudantes, apreciável contingente, até agora mais ou menos desprezado. Aguardemos os resultados, que, sem dúvida, irão rarefazer a atmosfera teatral paulista.

O CINEMA RELIGIOSO

Guido Logger

NÃO é apenas a enxurrada de filmes "religiosos" dos últimos anos que me faz escolher êsse tema para um pequeno ensaio. É também a necessidade do homem estudioso de Cinema de colocar êsse gênero especial no universo da contemporaneidade.

Se o Cinema é um fenômeno complexo, mais ainda o é o Cinema religioso, muitas vêzes tentado, raras vêzes realizado e menos ainda estudado por aquêles que estão enfronhados tanto nos problemas religiosos quanto nos problemas do Cinema.

Certo é que o filme religioso é um fenômeno complexo e diferenciado que ocupa o seu próprio lugar entre os gêneros de filmes, que são 22 conforme alguns autores.

A problemática teológica imanente ao Cinema adquire mais relêvo no filme religioso. Como pode o "medium" Cinema servir de interpretação e transmissão da religiosidade do homem e da Revelação divina? — Pode o Cinema "visualizar" o sacro, o invisível? — Eis as perguntas que se nos antepõem em primeiro lugar. Existem outras, como, por exemplo, em que medida se pode transmitir o religioso ao espectador? Como êle vive e recebe o religioso? Pode o Cinema ser um instrumento de pregação e de evangelização?

Por enquanto quero limitar-me à tentativa de definir e classificar o Cinema religioso.

Excluímos de início a idéia de que o conteúdo religioso de um filme seria determinado pelo *assunto* religioso. Certos filmes espetaculares como "Os Dez Mandamentos" (The ten Commandments", de Cecil B. de Mille, ou "O Pescador da Galil.ia" (The Big Fisherman), de Frank Borzage convencem-nos do contrário. Por outro, um filme sem assunto religioso pode ser de profunda religiosidade, embora indireta, como provam os filmes "Na Estrada da Vida" (La Strada), de Federico Fellini ou o mais velho "Desencanto' (Brief Encounter), de David Lean.

Excluímos também a interpretação *subjetiva* do espectador religioso, porque quase todos os filmes podem ser interpretados religiosamente, sobretudo os que dão forma a um conflito humano, que sempre, em tôda parte e em seu todo, toca na tensão entre o Tempo e a Eternidade, entre a criatura e o seu criador, entre uma situação atual e o Destino eterno do homem, entre o que êle é e o que sonha ser, entre a realidade e o ideal.

Ademais, todo e qualquer filme é susceptível de uma interpretação religiosa por parte do espectador. Para o homem religioso

"Amantes" (Les Amants), de L. Malle ou "Os Cafagestes", de Ruy Guerra podem oferecer motivos de aversão ao mal, sentimentos de compaixão com os que erram, de gratidão para com Deus, de expiação, etc. Por isso, escreveu A. Ayfre: "A vrai dire tout film, même anti-religieux, même a-religieux, a um rapport avec la Religion, en ce sens, qu'ils sont susceptibles d'une interpretation religieuse. Dans ce cas, c'est toute production cinématographique que nous aurions programmé" (quando êle fala sôbre Cinema Religioso).

"L'âge d'or" do passado ou "Viridiana", mais recente, de L. Buñuel, "Madre Joana dos Anjos" (Matha Johanna od Aniatow), de Jerry Kawalerowicz mostram, em certo sentido, a grandeza de Deus e da Igreja, instituída por Jesus Cristo como instrumento de salvação definitiva, porque o homem racional não levanta seu ódio, seu sarcasmo contra uma quimera, contra um pobre, um louco ou um aleijado. Ambos os cineastas, grandes espíritos, são grandiosos no seu ódio, que apenas coisas grandiosas, reais, existentes podem provocar.

UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO

Comecemos pela exclusão. Excluímos antes de tudo os filmes "religiosos" *espetaculares* que nos mostram episódios da Sagrada Escritura com "décors" espetaculares, grandes massas humanas, lutas de gladiadores, orgias pagãs, martírios de cristãos, etc., como, por exemplo, "O Manto Sagrado", "O Filho Pródigo", "Quo Vadis?", "Sansão e Dalila", "Salomão e a Rainha de Sabá", "Os Dez Mandamentos", "O Rei dos Reis", etc.

Neles não são tratados os assuntos de um ponto de vista religioso. As figuras bíblicas, Moisés ou Cristo, são usadas para construirem uma ideologia qualquer contra o materialismo ou para apresentarem-nas como exemplo de fraternidade universal. De Mille, por exemplo, fêz de Moisés um porta-voz dos seus ideais de democracia, à moda americana, e nada ficou do Moisés, homem profundamente religioso, e da sua missão junto ao povo de Israel e seu lugar importante no mistério da salvação da Humanidade.

Filmes dessa categoria destacam-se pela ingenuidade com que são tratados os dados bíblicos, pela manipulação fantasista dos dados históricos e um uso requintado do sexo e do erótico. Os diretores identificam, geralmente, historicidade exata com a verdade e a recontrução histórica como recondução ao passado. Nem essa é sempre bem realizada. Vejamos, por exemplo, a reconstrução do templo de Jerusalém em "O Rei dos Reis", cujas dimensões, linhas e ornamentação são detalhadamente descritas na Sagrada Escritura, nem de longe se parecem com êsse templo.

A reconstrução histórica não leva o espectador a compreender e alcançar o significado dos fatos. A Sagrada Escritura é usada parcialmente pelas histórias interessantes, parcialmente para dar rédeas à fantasia que se pode locupletar com riquezas orientais, bacanais e cenas sensuais (Salomé!), tudo com um verniz "religioso'.

As figuras bíbicas destacadas dão margem à fantasia desenfreada, como as de Judas e Barrabás no "Rei dos Reis' ou o caso sentimental de Moisés com a princesa egípcia Nefretiri em "Os Dez Mandamentos!"

E o mais grave é, conforme a expressão de A. Ayfre a "sterilization" do "sagrado". São os truques cinematográficos que substituem o verdadeiro milagre ou o põem no mesmo nível.

Malcolm Boyd, homem da produção cinematográfica e mais tarde ministro da Igreja Episcopal, escreveu no seu livro "The celebrity of God": "God becomes a super magician who works strictly physical and capricious miracles, and the Bible is teatred primary as a book of tall tales about his tricks" (P. 26-27).

E sôbre os filmes "religiosos" espetaculares em geral: "Hundred of thousands of youngsters will receive their "christian education" from Mr. de Mille and his associated rather than in church-schools. Why is this bad? Because the impression of the nature of God as presented in this film, is clearly so umbilical that it must be exposed by fundamentalist along neo-orthodox Christians. The "God" of the movie is a technological creation of man, cut down to the size of mechanical miracles. One sees and hears (but does not experience relatedness with) a fairy story deity whose only claim to holiness in a modern cultural measurement of overseing size and overpowering sound" (P. 78-79).

Incluimos também os filmes que apresentam uma religiosidade vaga em que se reconhece a relatividade humana. O homem não é considerado como centro de tudo mas como um ser dependente de "Alguém" que deve encaixar na sua vida de uma ou de outra maneira.

É pouco, comparado com a riqueza da vida cristã plenamente desenvolvida, é muito, quando considerado como ponto de partida para um desenvolvimento futuro da vida religiosa (Por exemplo o caso de Fellini!).

Essa religiosidade vaga nada tem que ver naturalmente com certas práticas religiosas ou católicas como acréscimo sentimental. A bênção, por exemplo, do circo em "O maior espetáculo do mundo", um casamento na igreja, parte de uma missa, tão em voga em certos filmes italianos ou franceses.

O verdadeiro filme religioso distancia-se inteiramente daquelas fitas bíblicas espetaculares e romantizadas, dos filmes de vaga religiosidade. Procura dar-se conta das consequências e das tensões que o Evangelho contém para o indivíduo e para a sociedade. Tanto a relação íntima do indivíduo para com Deus ou o divino, o sagrado, quanto à atitude entre os homens em relação com o Evangelho, são a marca do filme religioso.

Êsses filmes se desenrolam geralmente nos tempos atuais, dando forma a situações modernas e reais, em que se procura destacar a decisão humana pela fé, pela convicção religiosa, pela concepção da vida dos protagonistas.

O triunfo ou a derrota da convicção não vem a caso. Temos, como exemplos, "Sublime Tentação" (Friendly Persuasion), "The Heart of the Matter", "Desespêro d'alma" (Le Defroqué), "Heaven knows Mr. Allison", "Aquêle que deve morrer" (Celui qui doit mourir), "Ponte da Esperança" (Der letzte Brücke), "Uma cruz à beira do

abismo" e o recente "Question 7". Neste número podemos incluir quase todos os filmes de Ingmar Bergman e de F. Fellini.

Feitas tôdas essas ressalvas, poderíamos definir como filme religioso aquêle que se ocupa direta ou indiretamente com dados religiosos em geral, que procura dar forma à realidade religiosa assim como esta se apresenta na tradição cristã, atualizando e concretizando a convicção religiosa no *agir* de determinadas pessoas como bom exemplo do testemunho religioso.

A condição é que o religioso não exista de maneira fragmentária, mas interprete a realidade total do homem, não na qualidade de *sua* crença, de *seu* pensamento a respeito de Deus, mas qualificado pelo pensamento de Deus a respeito *dêle*, o homem. É o filme puramente religioso, evangélico, do qual "La Strada", "Le Défroqué" ou "Question 7" são um exemplo.

Uma pequena síntese das várias modalidades do filme religioso mostrará melhor as nossas intenções.

O FILME DOCUMENTÁRIO RELIGIOSO

O filme que se ocupa com dados religiosos em geral é o menos problemático, porque não quer ser outra coisa do que uma ilustração da vida cristã, dos personagens, ritos, arte cristãos. São filmes como "L'Evangile de pierre", "Legenda de S. Orsola", "Mahteus Passion de Bach, de E. Marischka, "Lourdes et ses miracles", de G. Rouquier e muitíssimos outros documentários sôbre a arte cristã nas catedrais, igrejas modernas, esculturas, pinturas e tudo quanto a arte cristã produziu no decorrer dos séculos.

O FILME HAGIOGRÁFICO

É o filme que toma a vida de santo por assunto. Assim como poema épico, os afrescos, a escultura, oferecem a possibilidade de visualizar para o homem de hoje, a boa nova do Evangelho. P. Leprohon disse a êsse respeito: "Le filme sacré, non seulement ustifié, s'impose" (Ch. Ford: "Le Conéma et da Foi" — P. 56). O filme hagiográfico sempre atraiu os diretores. Lembramo-nos das 8 versões de "S. Joana D'Arc", a vida de São Francisco, de Rossellini, de S. Maria Goretti, de Genina, de São Vicente de Paulo, do Pe. Damião Deveuster, "Molokai".

Mesmo a luta interior que se manifesta na vida de sacerdotes e religiosas obteve a atenção dos cineastas como demonstram "Desespêro d'alma", Journal d'un curé de campagne", "Uma cruz à beira do abismo" e outros. Os protestantes que nunca aceitam a canonização de algum mortal pela Igreja Católica, porque não sabem o que faz de um pecador um justo e um santo (Dr. Drinkers) apresentam também seus heróis como C. Oertel no seu "O rebelado obediente", "Martinho Lutero", de L. de Rochement e "A Dieu seul la gloire" (Calvino), de R. Leenhardt.

O FILME DE ENRÊDO COM TEMA RELIGIOSO

Existe uma série de matizes entre os de tema religioso direto e indireto, entre os que se preocupam com a história, a vida social ou

psicológica, como faz A. Ayfre, mas êle mesmo admite certos senões: "Mais nous verrons que, pour saisir par contrastre la spécificité de ces oeuvres, il fraudra constamment faire appel à l'autres écales apparemment très proches". (Dieu au Cinéma — P. 161). São os filmes que colocam a vida normal debaixo do prisma do evangelho como está muito claro nos filmes supra-citados, ou acontecimentos, ou problemas como em "Aquêle que deve morrer", "Para todo o sempre" (A man called Peter) "Lost Boundaries".

Mas nem sempre são os ambientes cristãos ou católicos onde se põe a religiosidade explìcitamente. "Desencanto" resolve a crise da fidelidade conjugal por um acontecimento fortuito. Mas não podemos ver essa solução apenas pela convicção religiosa. "Drame humaine, profondement humain, parce que drame de la conscience, effort de la faiblesse pour se vaincre, faiblesse sympathique, oui, à cause de la noblesse de ces coeurs que savent lutter. Je ne vois pas pourquoi Quigley veut interdire par principe la description du mal au nom de la moral chrétienne; rarement description du pêché fut au Cinéme aussi profonde, aussi sublime et aussi moral". (R. Ludmann, "Cinéma, foi et moral" — P. 126).

Portanto, não é fácil determinar quais os filmes em que a fé é dominante ou não, sobretudo na escola neo-realista. Nem todos são tão claros como "La Strada" onde o destino do homem, seu lugar e importância na relação com o próximo, o valor do sacrifício pessoal pela felicidade de outro, são conceitos profundamente cristãos, que fazem R. Ludmann exclamar "Heureuse Gelsomina, heureux Il Matto!" Ames franciscaines, les Béatitudes du Seigneur, pour elles!" (Op. cit. — P. 123).

Mas mesmo "La Dolce Vita" não pode ser compreendido sem um fundo religioso não só pela imagem de Cristo que de helicóptero domina o mundo, mas também pela cena final do "anjo", a pureza do outro lado daquele mundo corrupto, enjoado e cansado da vida.

O caso de Ingmar Bergmen é diferente. Cada filme de Ingmar Bergman é uma espécie de confissão e pensamento religioso que dominou sua juventude. "A Fonte da Virgem", por exemplo, grita aos ouvidos: "Que sentido tem a vida? O sofrimento? que faz Deus nisso tudo? "Interroga-O e não obteve como resposta senão uma indiferença silenciosa" (J. Burvenick em "Ingman Bergman zoekt de Sleutel" — P. 100).

Bastam, por enquanto, essas poucas linhas para mostrar como é complexo o "Cinema religioso", como é difícil minha definição formulada com hesitação.

C R Ô N I C A

"CINEMA E CRIANÇA": SIMPÓSIO EM MARÍLIA:

Marília foi o local escolhido para a realização do II Simpósio de "Cinema e Criança", promovido pela Cine-Clube daquela cidade e pelo Centro de Cine-Clubes.

Essa importante reunião constou de vasto programa:

I — Exposição de vários pontos de vista sôbre o problema: de um Pai, de um Professor, de um Psicólogo, de um Membro do Juizado de Menores de São Paulo, de um Vereador e de um dirigente de cine-clube infantil.

II — Discussão dêsses pontos de vista num plenário constituído por representantes de Cine-Clubes do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, da Cinemateca Brasileira, etc.

III — Mostra de trabalhos de cineclubismo infantil.

IV — Projeções de filmes adaptados ao universo infantil: "Tchuk e Guek", "Estranha jornada", "A vara encantada" e "O gato e o rato".

V — Apresentação da fita "O Encontro", do Pe. José Tavares de Barros, S. J.: uma experiência de um cineclubista, ora estagiando na "Università Sacro Cuore", de Milão.

O Simpósio, tal como aconteceu com o de Pôrto Alegre, representou a tomada de consciência da problemática do "Cinema e Infância".

Os problemas levantados são em grande número; as soluções virão com o tempo.

Voltamos a insistir no que dissemos em "Convivium" (Setembro — N.º 4): a problemática "Cinema e Criança" deve ser enfocado, preliminarmente, a partir de uma autoridade judiciária. E essa autoridade judiciária é o Juiz de Menores.

Mas os Magistrados de Menores estão sempre a pressupor, para um pleno exercício de sua atividade, o assessoramento de um complexo de especialistas, recrutados entre Advogados, Antropólogos, Assistentes Sociais, Educadores, Psicólogos, Psiquiatras, Sociólogos, Técnicos ou Pais.

E a função do Magistrado de Menores não é de censurar; a sua finalidade é de definir o espetáculo fílmico para o menor.

Mas essa definição, que corresponde a uma atitude de Psicologia Social, deve ser alicerçada em profundas pesquisas filmológicas.

CURSO DE INTRODUÇÃO À PESQUISA FILMOLÓGICA

A Secção de Psico-Filmologia do Instituto de Psicologia (Serviço do Prof. Dr. Enzo Azzi) da Universidade Católica de São Paulo iniciou suas atividades após o término do Curso de Introdução à Pesquisa Filmológica.

A Secção de Psico-Filmologia tem por missão proceder a amplos estudos de estrutura e finalidade filmológica, "sub specie Psychologiae".

A Psico-Fimologia significa não só o estudo sistemático do estímulo fílmico; de outro, o estudo analítico e dinâmico das leis da se. De um lado, a finalidade é acumular observações, experiências e pesquisas, selecionando-as e sistematizando-as, do paciente do estímulo fílmico; de outro, o estudo analítico e dinâmico das leis da criação cinematográfica, do agente do "universo fílmico", do criador (individual ou coletivo).

A Secção de Psico-Filmologia está formando um grupo de pesquisadores, visando a todo um conjunto de estudos e de levantamentos de natureza bibliográfica, de documentação filmográfica e de concretização investigatória.

A Secção de Psico-Filmologia conta, desde já, com o apôio e a colaboração dos Professôres Álvaro Malheiros, Lúcia Maria Salvia Coelho, Ruy Galvão de Andrada Coelho e Samuel Pfromm Netto.

"O ENCONTRO"

O Pe. José Tavares de Barros, S.J., um ativo cineclubista, resolveu ingressar na criação cinematográfica. Fê-lo como amador, realizando "O Encontro".

Uma história simples: a tentativa de captar o universo infantil, principalmente quando êste toma consciência do mundo exterior.

A fita tem as suas limitações, seja de composição, seja de iluminação; sente-se uma limitação no roteiro.

Mas é uma fita a revelar uma vocação e vocação numa linha do vanguardismo. Esperemos...

Hélio Furtado do Amaral

ERICH FROMM — **O conceito marxista do Homem** — Biblioteca de Ciências Sociais — Zahar Editores — Rio de Janeiro — 1962, 233 páginas.

A convicção que nos fica da leitura de mais êste livro de Fromm é que a obra vale precìpuamente pela segunda parte, que contem a tradução portuguêsa dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx. Apoiando-se nestes escritos até há pouco tempo inéditos de Karl Marx, Fromm tenta inùtilmente apresentar-nos um Marx "desconhecido", ignorado, um pensador pacìficamente classificável na linha dos grandes humanistas do Ocidente. "A interpretação materialista ou econômica da História feita por Marx, nada tem a ver, absolutamente, com um suposto anelo materialista ou econômico considerado como o impulso mais fundamental do homem". Fromm procura indultar inexplicàvelmente Marx da acusação de materialismo, mesmo tergiversando o próprio pensamento de um autor que afirmou rotundamente que a "matéria em movimento é o elemento constitutivo fundamental do universo". Perguntamos como não deve ser alinhado entre os "materialistas" um filósofo que enunciou peremptòriamente que "os homens desenvolvendo sua produção material e seu inter-câmbio material, alteram, a par disso, sua existência real, seu pensamento e os produtos dêste". Fromm pretendendo combater a adulteração das idéias de Marx, acaba por adulterá-las ainda mais, em sua porfia de conferir um "status" não-positivista a um pensamento que nasceu no auge do positivismo do século passado. Max decidiu-se indeclinàvelmente pelo materialismo mais grosseiro no Manifesto Comunista, ao declarar que a consciência é um reflexo do ser, isto é, das relações de produção, da infra-estrutura econômica, e não recìprocamente. É inútil pretender encobrir êste aspeto positivístico, esdrúxulo e superado do Marxismo procurando aclimatá-lo à atmosfera filosófico-cultural dêste século.

Muito interessante é advertir, também, como Fromm, ao tratar no Capítulo IV de seu livro, do conceito da natureza humana segundo Marx, procura apelar para outros pensadores — Spinoza, Goethe e mesmo Jacob Boehme — em sua ânsia de dar um pouco de substância cultural a essa súmula de insensatezes que é a antropologia marxista.

Afirma From que o conceito marxista do homem nasce do pensamento de Hegel; poderíamos acrescentar que nasce de Hegel, desenvolve-se em linguagem hegeliana, mas deturpa e saqueia o sistema do mestre. Dizer que o homem é primoldialmente Ação, — Tat, Tathandlung — é puro Fichte e puro Hegel, e nada de Marx, a não ser na terrível atrofia da noção de ação produtiva e criadora nas mãos dêsse energúmeno pensamento. A raiz prática do espírito, o homem como Ação, foi, como sabemos, um dos "leit-motivs" de tôda a escola idealista, à qual Marx imaginou se opôr quando, realmente, nem chegou a compreender seu núcleo interno. A acentuação produtiva do sujeito, o conceito de produtividade como antítese do estranhamente passivo do homem num mundo de objetos também é de proveniência idealista.

Assim como a idéia de Ação, também o conceito de Alienação — Entfrendung, Entäusserung — é de extração fichteana e hegeliana e não como afirma Fromm de orígem bíblica. Na eventualidade de querermos remontar às orígens

remotas ou tradicionais talvez fôsse mais justo recorrermos à representação ovidiana da Metamorfose como modêlo de **ander sein,** de alteração ou alienação de um ser. Em nossos tempos foi ainda Fichte que, em sua genial **Doutrina da Ciência,** introduziu a idéia de uma lógica dialética e da auto-limitação e auto-alienação do Eu, como condição propulsiva de sua manifestação. A objetivação do Eu, a sua auto-alienação se realiza às expensas da própria atividade do Eu, que se opõe a si mesmo, que se nega, para, numa negação da negação, voltar a si mesmo.

Tôdas estas categorias fundamentais do marxismo, que constituem o que ainda resta de filosófico em sua enunciação doutrinária, forma hauridas no ambiente especulativo declinante da Alemanha. Contudo Marx não percebeu que a sua redução da idéia de subjetividade em subjetividade-econômica, desnaturava o próprio sentido da consciência-trabalhadora. O trabalho como forma da subjetividade se inscreve num projeto mais amplo da própria subjetividade-projetiva, pois o trabalho se manifesta sempre como mediação na efetivação de uma dada teleologia.

O livro de Fromm, êste — como suas demais obras — constitui um exercício de divulgação ou popularização de idéias. De um ponto de vista técnico-filosófico nem este ensaio de Fromm, nem o próprio marxismo oferecem qualquer maior interêsse de conhecimento. Podemos afirmar que o único mérito do livro é o de nos brindar com uma primeira tradução dos Manuscritos que ocupam, aliás, a maior parte da publicação.

NOTAS DO BRASIL

"A cidade e o campo na civilização industrial"

Fernando de Azevedo acaba de publicar, pelas Edições Melhoramentos, o XVIII volume de suas obras completas, intitulado *A Cidade e o Campo na Civilização Industrial,* série de estudos sociológicos e histórico-sociais em que se estudam temas atualíssimos, como: introdução ao estudo das ciências no Brasil; introdução às ciências sociais; ciências sociais e ciências naturais; a antropologia e a sociologia no Brasil; as atividades humanas em face das mudanças sociais, a educação como agente de mudança social; mudanças sociais e variações semânticas; relação entre êsses dois tipos de mudança; a idéia de progresso; é possível uma noção científica de progresso? A cidade e o campo na civilização industrial; antagonismo, oscilações e contradições; a evolução das elites políticas no Brasil contemporâneo e, particularmente, em S. Paulo; da "palestra" ao Estádio: reflexões históricas e sociológicas sôbre a educação física; verdades amargas; face a face com a realidade brasileira.

No momento em que se discute a reforma agrária e, ao mesmo tempo, se agravam alguns dos grandes problemas nacionais, como o êxodo rural e a escassez de gêneros alimentícios, oportuna parece a publicação do livro de Fernando de Azevedo. Analisando o antagonismo entre a fábrica e o campo, assim como as oscilações e contradições da estrutura agro-industrial, o A. apresenta idéias e sugetões, buscando ainda soluções, que interessam não só aos especialistas como também a todos quantos se preocupam com a atual situação econômica nacional.

Julga o A. que o aumento de salários, que as habitações dotadas de eletricidade e água corrente, que a assistência sanitária e social, que as oportunidades de educação, cultura e recreação, são os meios e os únicos meios que existem para a fixação do homem no campo.

O A. termina suas considerações afirmando que caminhamos, embora a passos lentos, para a urbanização dos campos; mas para que se reduza a taxa normal do êxodo rural, é preciso que os trabalhadores do campo tenham uma vida saudável e o mesmo confôrto e as comodidades plásticas de que se valem os habitantes das cidades.

Como se vê, Fernando de Azevedo é um idealista algo afastado da realidade nacional e do comportamento do nosso homem dos campos. É conhecida aquela história verídica do caipira que, precisando vir a S. Paulo, para a casa do patrão, teve que dormir num colchão de mola e que só conseguiu conciliar o sono quando resolveu estender as cobertas no assoalho... Não adianta dar eletricidade,

vitamina e botina para os colonos das nossas fazendas. O que é preciso é educar seus filhos e netos. Sòmente êstes é que, talvez, no futuro, saibam perceber o valor do sapato, do vestuário, da alfabetização e da higiene.

Vejo, porém, que estou fazendo considerações que em nada têm a ver com o objeto desta secção. Passo adiante.

"Martim Cererê"

O célebre livro de Cassiano Ricardo, ora reeditado pela Editora Saraiva, atinge a sua décima primeira edição. Fato sem nenhuma importância, se fôssemos comparar a vendagem dos livros de poesia no Brasil com a do estrangeiro. Segundo se lê em *Poésie et Société,* de Georges Mounin, as *Poésies,* de Valéry, estão na sua 87.ª edição; *Alcools,* de Apollinaire, alcançaram a 118.ª edição e *Peroles,* de Prevert, ultrapassaram a 200.ª edição! Até mesmo de *Arbre, mon ami,* dessa insignificante Minou Drouet, já foram vendidos mais de 38.500 exemplares...

Tratando-se, porém, de um livro de versos escritos em português e publicado no Brasil, o número de edições alcançado por *Martim Cererê* é respeitável. Aliás, a repercussão tida pelo livro é merecida, pois a poesia nêle contida é dessas que embalam o leitor, mesmo após as emendas e corrigendas que o A. andou fazendo no texto anterior, visando, talvez, colocá-lo de acôrdo com a última tendência de sua poética. Como diz o A. na "biografia" da obra, esta "é uma espécie de *Martim Cererê* passado a limpo. Quase que o escrevo de nôvo, de cabo a rabo, tais as modificações que lhe impus." Seria mesmo interessante um estudo comparativo das várias edições do livro, no sentido de verificar se as modificações nêle introduzidas melhoram ou não o texto, sob o ponto de vista do leitor.

O presente volume ainda traz, além da citada "biografia" do livro, muito interessante, uma parte iconográfica, coisa que deveria ser usada mais freqüentemente pelas nossas editoras, tal como acontece na Europa, onde se dá valor a tudo quanto diga respeito aos grandes livros e aos grandes autores.

Lendo os traços biográficos de Cassiano noto, com tristeza, haver sido esquecido um detalhe que talvez não lhe interesse muito, mas que me fala ao coração: o prêmio que lhe outorgou o "Jornal de Letras", da Guanabara, de "Maior Poeta de S. Paulo", prêmio obtido por concurso popular por mim organizado na antiga página paulista dêsse mensário e que eu tive a honra de passar às suas mãos.

NOTAS DO ESTRANGEIRO

Uma reedição oportuna

Na sua pequena e simpática coleção "Idées", a N.R.F. acaba de publicar nova edição dos *Propos sur le Bonheur,* de Alain. Não têm estas páginas a inteligência brilhante das *Préliminaires à l'Esthétique,*

a profundidade dos *Eléments de Philosophie*, nem a beleza de *Vingt Lecons sur les Beaux-Arts,* mas são elas as mais humanas escritas por êsse pensador que deixou uma grande e suculenta bagagem cultural. Não foi êle, no entanto, um livresco; embora haja escrito páginas preciosas sôbre a leitura, sôbre o barulho da página que se volta sob a luz do abajur, gostava de recomendar o estudo através da experiência adquirida ao ar livre. Não considerava a leitura um ato obrigatório, pois não ignorava que o livro às vêzes serve apenas para dissipar idéias incômodas ou adiar soluções desagradáveis. Além disso, — conforme dizia — "il y a de temps où l'on est heureux de rever; alors on ne lit point"... Esta frase define bem o espírito que animou sua vida, voltada para a meditação e para o estudo, mas sem nunca perder contato com a realidade do cotidiano, fonte também de ensinamento e de experiência.

Alain soube guardar até o fim da vida o senso justo das medidas e o sentimento de hierarquia, que tanta falta fazem ao mundo de hoje, no qual êle conseguiu manter intacta a esperança em melhores dias para o homem. Esta foi sempre a máxima preocupação: contra a massa e contra o desportismo opunha o homem com tôdas suas conquistas morais, cívicas e filosóficas; o homem representava para êle o humanismo, no sentido mais nobre do vocábulo. Também a felicidade foi uma de suas metas, como demonstram os *Propos sur le Bonheur.* Assim como Spinoza dizia que a felicidade não é a recompensa da virtude, mas a própria virtude, Alain fêz dela o objetivo final. Muniu-se para isso de profundo otimismo, tão forte que não foram poucos os que lhe reprovavam essa esperança de olhos fechados, isso que muitos chamam de "mentira a si próprio". Sabendo que o grande culpado pela desgraça do homem não é o mundo que o rodeia, mas o próprio homem, construiu um sistema de vida digno de ser seguido, nêle inscrevendo como base essencial a obrigação de ser feliz.

Deve-se — escreveu Alain — ensinar às crianças a arte de ser feliz; não a arte de ser feliz quando a desgraça cai sôbre nossas cabeças, mas a arte de ser feliz quando as circunstâncias são suportáveis, quando o amargor da vida se reduz a pequenos aborrecimentos e a momentos de contrariedade. Naturalmente há dificuldades que contrariam nossa vontade, vontade de ser feliz; temos, porém, o dever de lutar com tôdas as nossas fôrças antes de nos declararmos vencidos; precisamos querer a felicidade e mesmo fazê-la. Esta teoria talvez cause escândalo em terras como o Brasil, cujos habitantes têm o vêzo de transformar os menores acontecimentos em terríveis tragédias e o costume de propalar sua desdita aos quatro ventos; mas é precisamente para povos dêste feitio que a teoria de Alain parece ter sido escrita.

Não desejo, todavia, nesta simples nota descer a pormenores desta teoria; mesmo porque não quero dar aos leitores a impressão de que Alain é uma espécie de apóstolo da bem-aventurança ou professor de resignação. Pelo contrário: como escreveu Maurois no seu livrinho sôbre Alain, os seus conselhos formam como que um "manuel d'honnête et juste orgueil. Rien n'est impossible, dit Alain; Jetez-vous dans l'action présente et, dans la limite des forces humaines et de vos moyens propres, vous obtiendrez ce que vou voulez." Não é esta uma lição digna de ser experimentada? Adivinho o sorriso incrédulo do leitor, pensando na fila do açucar, na falta de feijão, no preço da carne, em tantos outros problemazinhos diários que o apoquentam

desalentadoramente. Mas será que alguém pode imaginar que a vida consiste em correr atrás dos alimentos terrestres? Será que êsse alguém se esquece de que — além da luta pela existência — temos que sustentar outra, não menos difícil, pela preservação dos alimentos do Espírito?

The Alexandria Quartet

Justine, Balthazar, Mountolive e *Clea* são os quatro romances de Lawrence Durrel que constituem o que êle próprio chamou de "Alexandria Quartet". Colocando a obra sob o signo dessa cidade egípcia, mostra L.D. a sua preponderância no desenrolar da intriga; na realidade, Alexandria não é apenas o local em que se desenvolve a maioria das ações dêsses livros, mas é um de seus personagens, o seu único personagem verdadeiro, embora em entrevista a "Réalités", o A. haja dito ter dois sósias na história — Darley e Persewarden: "Je n'approuve pas tout ce que ils disent, mais ils sont moi"...

Os heróis de quarteto são produtos típicos dessa cidade (cujo encantamento o A. não cansa de exaltar): "we are the children of our landscape; it dictates behaviour and even trought". Mas não é sòmente na mentalidade de seus habitantes que Alexandria exerce influência; mesmo aquêles que, tendo visto outros mares e outras terras, possuem o corpo marcado por outros sóis e outros ventos, são também envolvidos pelo encanto e pelo mistério de suas ruas, de seu céu, de sua poeira.

Em outro lugar não poderia ter ocorrido a aventura que une, numa mesma área de influência, os destinos de Justine, de Baltasar, de Mountolive e de Clea, seres que, embora prisioneiros do mundo, não se importavam com as regras do mundanismo. Não por esnobismo ou para escândalo, mas como uma justificativa para sua existência. Escolheram um caminho e, apesar de não ser êle nem saudável nem suave , era um caminho, isto é, um desejo de afirmação. Entre a paz das águas estagnadas e o tumulto das tempestades, optaram por êste, certos de que é na fúria dos elementos e não na quietude das lagoas que há mais beleza, mais sensação e mais emoções.

Para o frequentador da literatura estrangeira ter uma idéia do tom dos romances de L.D., é suficiente classificar o A. como admirador de Freud, de Sade e do poeta grego Cavafis. Foram essas três figuras realmente impressionantes que plasmaram o clima do romance durrelliano. De Sade são as epígrafes dos quatro volumes, sendo que a do primeiro está acompanhada por um trecho da correspondência de Freud; o título do primeiro dos romances deve ter sido copiado do nome da heroina de Sade, que, aliás, é lembrado em *Balthazar,* quando o Narrador compara o sentido da festa dos Cervoni a uma cerimônia fúnebre, celebrada por monges-sátiros numa cripta medieval, "each imagined by De Sade!"

Os métodos de Freud, por sua vez, se revelam através de várias cenas, como aquela em que Arnauti tenta curar Justine pela psicanálise ou quando Leila tenta explicar seu amor por êsse método freudiano ("feeble incestuous desires"...) A influência maior, entretanto, é de Constantin Cavafis que é mesmo um dos personagens; foi pronunciando uma conferência sôbre êle que o Narrador aproximou-se de Justine; de resto o romance está cheio de versos dêsse poeta de Alexandria. Como diria um político de hoje, Cavafis tem "livre trânsito" nos romances de L.D.

Além de Freud, Sade e Cavafis, sente-se também a presença de D.H. Lawrence, por quem o A. — em *Clea* — dá gritos de entusiasmo ("How wanderful the death — strugle of Lawrence... his strugle in our — to rescue Jesus from Moses", etc.). Escritos assim, sob a invocação de tais personalidades, os romances de D.L. transcorrem num clima de excessiva sensualidade. Vistos, no entanto, sob o ângulo literário, constituem êles uma obra de grande beleza, feita por um verdadeiro artista.

Não se procure, porém, em suas páginas qualquer profundidade, como encontramos em Musil, Broch ou Proust; em que pese a afirmação do A. de que elas estão imbuidas de uma filosofia, esta inexiste, ou está tão diluida que difìcilmente a descobrimos. O que há — isto sim — é uma técnica inteiramente nova, revolucionária, que funciona admiràvelmente bem, transformando os quatro volumes num só, *Clea* explicando *Justine* que, por sua vez, se liga a *Mountolive,* que continua *Balthazar,* no mais curioso entrelaçamento de destinos.

Steinbeck, Prêmio Nobel

O mundo literário é cheio de surpresas; nêle quase tudo pode acontecer. E é por isso que enquanto Françoise Sagan e Minout Drouet batem os *records* de venda de livros, outros escritores do chamado "grupo dos impopulares" não encontram nem editor para sua obra. O fenômeno, aliás, é universal: no Brasil, na Alemanha, nos U.S.A. a fama e o dinheiro sorriem aos escritores de menos talento e cultura.

Conta Dickinson — em sua *The Making of American Literature* — que, num concurso promovido por um jornal norte-americano, para indicar o maior escritor vivo da América do Norte, Hemingway e Steinbeck terminaram empatados! Eis aí uma surpresa. Embora Hemingway não seja o grande romancista que dizem ser, está bem acima de Steinbeck, cuja obra não chega nem mesmo a despertar interêsse fora do seu país. Não fôsse o cinema haver espalhado seu nome, filmando *Tortilla Flat, Of Mice and Men, The Grapes of Wrath, The Moon is Down* e. *East of Eden,* talvez hoje sua fama seria bem menor do que é.

Mas outra surpresa — e esta bem maior — ainda estaria reservada aos que acompanham a literatura universal: a concessão do Prêmio Nobel ao referido John Steinbeck. Desta vez a láurea foi tão mal distribuida que as primeiras impressões já começaram a surgir na imprensa européia, estranhando a escolha da Academia da Suécia. Aliás, a Academia não tem sido muito feliz em sua seleção literária.

Estreando obscuramente em 1929, com um livro sem repercussão — *Cupo Gold* — Steinbeck foi aos poucos conquistando leitores através de uma série de livros de ficção, em que se inscrevem *Pastures of Heaven, To God Unknown, In Dubious Battle, The Red Pony. The Long Valley, The Forgoten Village, Cannery Row, The Wayward Bus, Sweet Thursday, The Pearl, Burning Bright, Travels Charley,* etc. Mas, repitamos, foi o cinema que lhe popularizou o nome, atraindo para sua obra uma multidão de leitores norte-americanos.

Sem dúvida alguns de seus romances falam de perto ao povo de seu país, como êsse famoso *The Grapes of Wrath* em cujos personagens — a família Joad — milhares de norte-americanos, recém-saidos da sua desastrosa crise econômica, se reviram e se reconheceram. Também as treze novelas de *The Long Valley* refletem com felicidade usos, costumes e tradições dos habitantes da região em que o romancista nasceu, o Vale de Salinas, na Califórnia. Mas não são circunstâncias como esta que criam grandes romancistas.

Creio que as características da obra de Steinbeck que talvez influiram no espírito dos acadêmicos suecos foram a simplicidade, o vocabulário limitadíssimo e a ternura. Os personagens dêsse romancista parecem ilustração do homem de Rousseau: todos são bons por natureza e corrompidos pela sociedade. É precisamente por isso que êsses personagens não comovem, não despertam no espírito do leitor os sentimentos contraditórios que fazem nascer, por exemplo, os heróis de Faulkner.

Não há complexidades psicológicas nos romances steinbeckianos e mesmo quando um personagem seu chega à beira do abismo — como acontece em várias histórias de *The Long Valley* — o leitor não sente arrepio nem perturbação, porque o romancista não tem fôrça para transmitir-lhe essas sensações. Tomamos contato com o destino de Pilon e de Danny (em *Tortila Flat*), de George e de Lennie (em *Of Mice and Men*), de Mac e Jim (em *In Dubious Battle*), mas não sentimos por êle ódio ou piedade. É que tudo nos romances do último Prêmio Nobel — enrêdo, personagens, estilo e linguagem — deslisa como água de rio sem pedras ou cachoeiras. Às vêzes tem-se mesmo a impressão de que as criaturas de Steinbeck são mais marionetes que gente, bonecos representando num cenário de papelão.

Alcântara Silveira